



Relatório e Contas 2018

MAPFRE – Seguros de Vida, S.A.





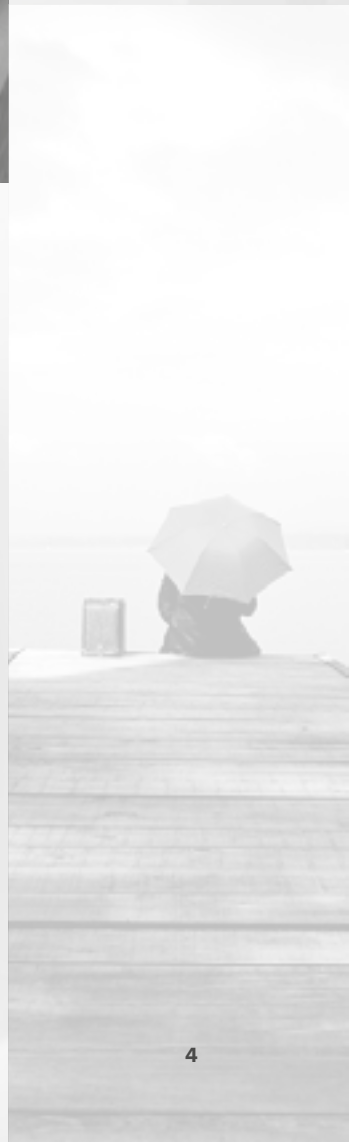
Índice

MAPFRE – Seguros de Vida, S.A.

1	Órgãos Sociais	4	4	Notas às Demonstrações Financeiras	32
2	Relatório de Gestão	6			
3	Contas Anuais 2018	24			
			5	Certificação Legal das Contas e Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	114

1

Órgãos Sociais



Conselho de Administração (2017-2020)

Presidente

Luis Anula Rodriguez

Vice-Presidente

Vítor Manuel da Silva Reis

Secretário

Pedro Ribeiro e Silva

Vogais

Juan Fernández Palacios

Pedro Ribeiro e Silva

Conselho Fiscal (2018-2020)

Presidente

José Ferreira Machado

Vogais

Luís Filipe Caldas

João Sobral do Rosário

Suplente:

José Gabriel Chimeno

Mesa da Assembleia Geral (2017-2020)

Presidente

José Manuel Inchausti Pérez

Secretário

Pedro Ribeiro e Silva

Sociedade Revisora Oficial de Contas (2018-2020)

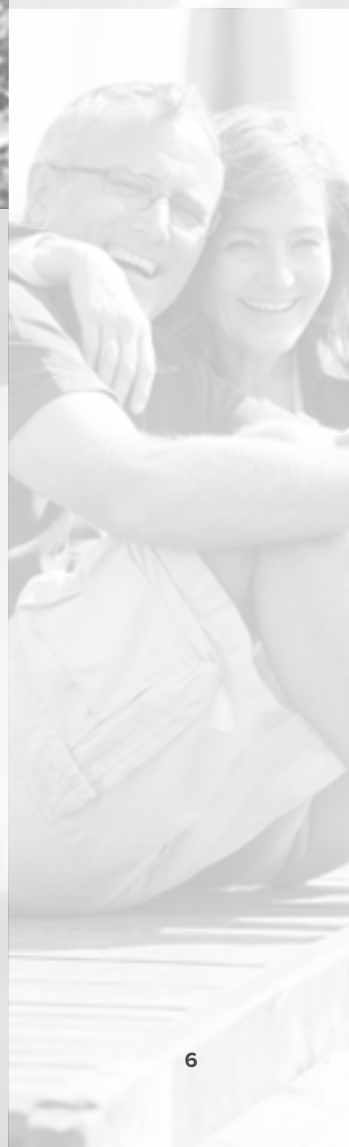
KPMG & Associados, Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A., representada por
José Manuel Horta Nova Nunes

Suplente:

Hugo Jorge Gonçalves Cláudio

2

Relatório de Gestão



Principais indicadores

61 pessoas

56%
mulheres

44%
homens

Média de indicadores
de idade e antiguidade

entre
45 e 14 anos

1.386 h
de formação
COLABORADORES

9,1%
e-learning

22.977 h
de formação
MEDIADORES

80%
e-learning

O Fundo Monetário Internacional, no seu *World Economic Outlook* de outubro de 2018, aponta para que continue a expansão económica em curso desde meados de 2016, prevendo que o crescimento para o período de 2018 – 2019 se mantenha ao nível do ano 2017.

1. Enquadramento Económico

De uma forma geral, tanto a nível mundial como no caso de Portugal, o contexto económico pode-se caracterizar por um período de crescimento algo robusto, embora apresentando sinais que levam a antever um certo abrandamento.

Com efeito, o Fundo Monetário Internacional, no seu *World Economic Outlook* de outubro de 2018, aponta para que continue a expansão económica em curso desde meados de 2016, prevendo que o crescimento para o período de 2018 – 2019 se mantenha ao nível do ano 2017.

Não obstante, avança que tal crescimento deverá apresentar-se menos equilibrado, na medida em que, por um lado, algumas economias importantes poderão ter já atingido um pico e, por outro, surgiram alguns riscos ameaçadores nos últimos seis meses.

Por isso, procedeu mesmo a uma revisão em baixa de 0,2 pontos percentuais da estimativa de crescimento do PIB mundial, em relação às de abril, situando-a agora nos 3,7%.

No caso dos Estados Unidos da América, ainda que o momento se caracterize por um forte estímulo fiscal, as previsões foram revistas em baixa devido ao recente anúncio de medidas comerciais restritivas, nomeadamente a imposição de taxas adicionais às importações da China, sendo previsível que essas medidas estendam os seus efeitos a outras economias Asiáticas, para além da China, causando um abrandamento nas percentagens de crescimento desses países.

No que concerne às economias emergentes as perspetivas são mistas. Se, por um lado, são mais positivas no caso dos países produtores de petróleo que beneficiaram da subida das cotações desta matéria-prima no ano 2018, noutras, como o Brasil e a Turquia, identificam-se dificuldades específicas derivadas, nomeadamente, de tensões geopolíticas e financeiras que tenderão a estabelecer um sentimento menos positivo.

Também em relação à Zona Euro e ao Reino Unido as perspetivas de crescimento foram revistas em baixa, após se ter observado uma surpreendente redução da atividade no início de 2018.

Além disso, não se pode deixar de ter em conta o processo em curso de saída do Reino Unido da União Europeia, conhecido como Brexit, pelos efeitos negativos que se adivinha poderem vir a produzir sobre as economias Europeias.

O FMI aponta ainda dois outros fatores que, de uma forma geral, se constituem como limitadores do crescimento económico: de um lado, a elevada incerteza política e, de outro, a lenta expansão da população em idade ativa e os modestos ganhos de produtividade esperados.

Na verdade, alguns riscos que tinham sido apontados no *Outlook* de abril, como, por exemplo, o aumento das barreiras comerciais e a reversão dos fluxos de capital nas economias emergentes, agravaram-se e materializaram-se pelo menos parcialmente, pelo que a revisão anunciada em outubro aparece como natural e totalmente plausível de se vir a confirmar na realidade.

<i>Indicadores da economia mundial</i>	2017	2018	2019	2020
PIB Mundial (% crescimento)	3,6	3,6	3,3	3,4
PIB Zona Euro (% crescimento)	2,5	1,9	1,7	1,7
Comércio (% crescimento)	5,2	4,7	3,7	3,7
Cotação petróleo (euros)	48,2	60,9	59,5	58,8

Fonte: Banco de Portugal (Boletim Económico dezembro 2018)

Passando agora para o plano da economia portuguesa, as projeções do Banco de Portugal apontam para uma trajetória muito similar à mencionada anteriormente para a economia mundial.

De facto, esta instituição, no seu Boletim Económico de dezembro, antevê que se mantenha uma trajetória de crescimento, mas prevê uma certa desaceleração. Deste modo, ajustou a percentagem de crescimento do PIB no ano 2018 para 2,1% face aos 2,3% avançados nas estimativas de junho e outubro, agravando, assim, o *gap* em relação aos 2,8% com que fechou o ano 2017.

Este ajustamento, que tem a particularidade de alinhar o crescimento do PIB português com as perspetivas do Banco Central Europeu para o conjunto a Zona Euro, assenta essencialmente na revisão em baixa do crescimento das exportações, derivada da evolução prevista para a economia mundial e do abrandamento da percentagem de crescimento do turismo já revelado pelas estatísticas ao longo do ano 2018.

Para o consumo privado, estima-se que se mantenha em 2018 uma taxa de crescimento similar ao ano anterior, reduzindo-se a partir de 2019.

Por sua vez, a percentagem de crescimento do investimento deverá sofrer uma redução significativa em 2018, voltando a acelerar um pouco nos anos seguintes, essencialmente por aumento da dinâmica do lado empresarial, uma vez que o investimento público tem sido e continuará a ser bastante restrito, dados os condicionalismos associados à necessidade de controlo do *deficit* das contas públicas.

No mercado laboral, após um ano de 2017 bastante forte, espera-se uma redução da taxa de crescimento do emprego em 2018 e nos anos subsequentes. Apesar disso, a taxa de desemprego deverá manter uma desaceleração consistente ao longo dos próximos anos, chegando muito próximo da percentagem de referência de pleno emprego.



Mais uma vez, foi o segmento de Vida o impulsionador desta performance com um crescimento de 14,5% em relação ao ano anterior, para um valor superior a 8 mil milhões de euros, destacando-se os Planos Poupança Reforma (PPR) com um aumento de 55,5%.

No que respeita à inflação, a perspetiva é que se apresente em 2018 e se mantenha nos anos seguintes em níveis inferiores aos que são apontados para a Zona Euro. Embora seja provável que se verifique uma trajetória ascendente quando excluídos os bens energéticos, a mesma tenderá a ser compensada pela estabilidade em baixa prevista para o preço do petróleo.

Em termos monetários, ao longo do ano 2018, Portugal continuou a beneficiar da manutenção de um baixo nível de taxas de juro, tendo aproveitado para realizar amortizações antecipadas dos empréstimos concedidos pelo FMI aquando do resgate financeiro ocorrido em 2011, reduzindo assim a fatura da despesa com juros.

Apesar do termo anunciado do plano de aquisições de dívida soberana levado a cabo pelo Banco Central Europeu, espera-se que o panorama das taxas não se altere significativamente no ano 2019.

<i>Indicadores económicos de Portugal</i>	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
PIB	0,9	1,6	1,5	2,8	2,1	1,8	1,7
Consumo Privado	2,2	2,6	2,1	2,3	2,3	2,0	1,8
Consumo Público	(0,5)	0,8	0,6	0,2	0,7	0,1	0,0
Investimento	2,2	4,5	1,6	9,2	3,9	6,6	5,9
Exportações	2,6	6,1	4,1	7,8	3,6	3,7	4,0
Importações	6,3	8,2	4,1	8,1	4,1	4,7	4,9
Taxa de Desemprego	13,1	12,4	11,1	8,9	7,0	6,2	6,5
Índice Preços Consumidor	(0,1)	0,5	0,6	1,6	1,4	1,4	1,5
Saldo das Contas Públicas	(4,8)	(4,4)	(2,1)	(1,4)	(0,7)	(0,2)	0,7
Taxa Juro Curto Prazo	0,169	0,000	(0,300)	(0,300)	(0,300)	(0,300)	0,000

Dados em percentagem – Dados de 2018, 2019 e 2020 são estimativas

Fontes: Saldo das Contas Públicas – Ministério das Finanças, restantes indicadores – Banco Portugal (Boletim Económico dezembro 2018)

Assim, beneficiando do ciclo de crescimento económico e da redução da despesa com juros, o *deficit* das contas públicas prepara-se para apresentar uma redução acentuada de 2,3 pontos percentuais, situando-se em 0,7% do PIB, trajetória que se deverá manter nos próximos anos, embora de forma mais moderada, prevendo-se que termine nesse ano nos 0,2% e acabe mesmo por atingir um *superavit* no ano 2020.

2. Panorama Setorial

O volume de prémios do setor segurador voltou a ter em 2018 uma evolução bastante favorável, apresentando um crescimento de 11,8% e alcançando um total muito próximo de 13 mil milhões de euros, de acordo com a informação disponibilizada pela Associação Portuguesa de Seguradores (APS).

Este facto permitiu que, pelo segundo ano consecutivo, tivessem melhorado os índices de penetração no conjunto da economia, com o rácio de vendas em relação ao PIB a situar-se em 6,9% (mais 0,9 pontos percentuais que no ano anterior) e o prémio *per capita* a ficar nos 1.261,72 € (um crescimento de 12% face aos 1.126,65 € do ano anterior).

Mais uma vez, foi o segmento de Vida o impulsionador desta *performance* com um crescimento de 14,5% em relação ao ano anterior, para um valor superior a 8 mil milhões de euros, destacando-se os Planos Poupança Reforma (PPR) com um aumento de 55,5%, atingindo praticamente 3,5 mil milhões de euros, o valor mais elevado dos últimos 10 anos.

Quanto ao segmento Não Vida, embora tenha tido uma performance mais moderada, consolidou-se em terreno positivo, apresentando um crescimento de 7,5% que não pode deixar de se considerar relevante, atingindo um valor superior a 4,8 mil milhões de euros.

Destacou-se o ramo de Acidentes de Trabalho que voltou a crescer a dois dígitos, este ano 13,5%, certamente em consequência da implementação das correções tarifárias imprescindíveis ao seu reequilíbrio técnico.

Por sua vez, o ramo de Doença, ainda que tenha abrandado ligeiramente o ritmo de crescimento, de 8,3% no ano anterior para 7,4% em 2018, continuou a marcar uma posição importante, assumindo-se pelo terceiro ano consecutivo como a segunda linha de negócio mais expressiva do segmento Não Vida.

Merecem também referência os incrementos de 6,8% em Automóvel e de 5,4% dos Multiriscos, em ambos os casos mais acentuados que no ano anterior, em resultado do momento favorável da economia.

No que respeita à sinistralidade, o ano 2018 voltou a ser fustigado por um fenómeno extremo, no caso, a passagem do furacão Leslie, que afetou especialmente o ramo Multiriscos, embora o prejuízo tenha sido menos expressivo do que o associado aos incêndios ocorridos no ano anterior. Por esse motivo e porque funcionou a tradicional proteção de resseguro contratada pelas seguradoras, a taxa de sinistralidade medida a prémios emitidos baixou para os 59%, ainda assim mantendo-se acima do nível de outros anos recentes.

Gráfico 1 | Penetração do setor segurador na economia

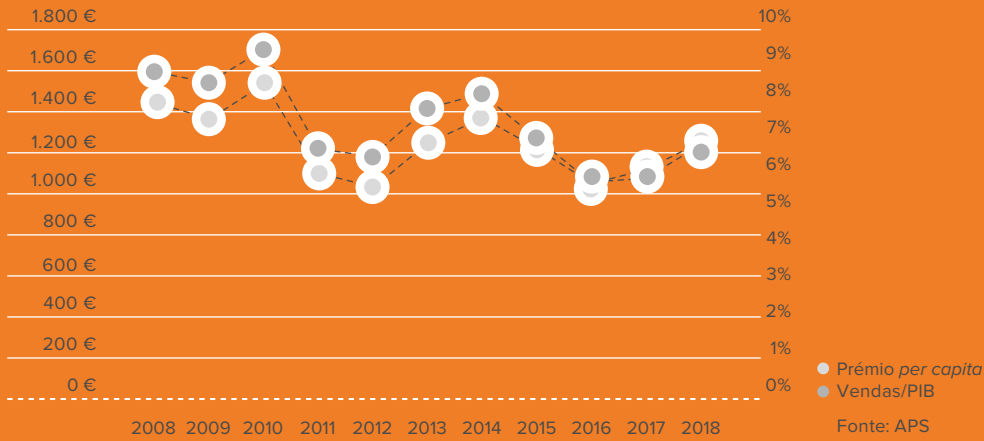


Gráfico 2 | Taxa crescimento nominal vendas

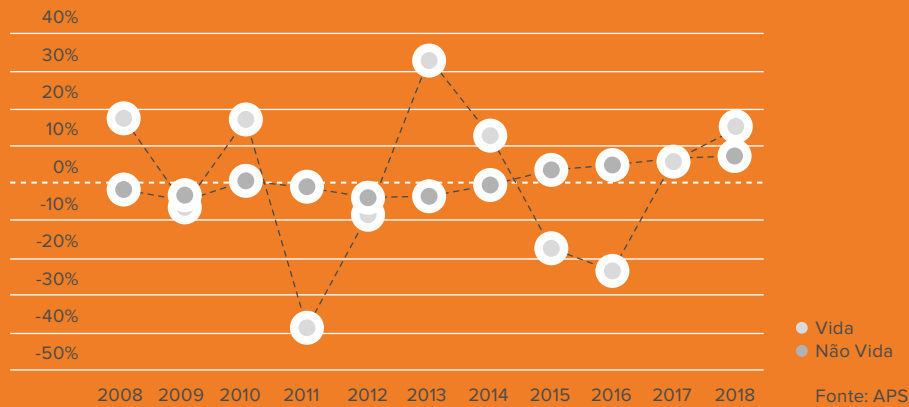


Gráfico 3 | Taxa crescimento ramos Não Vida

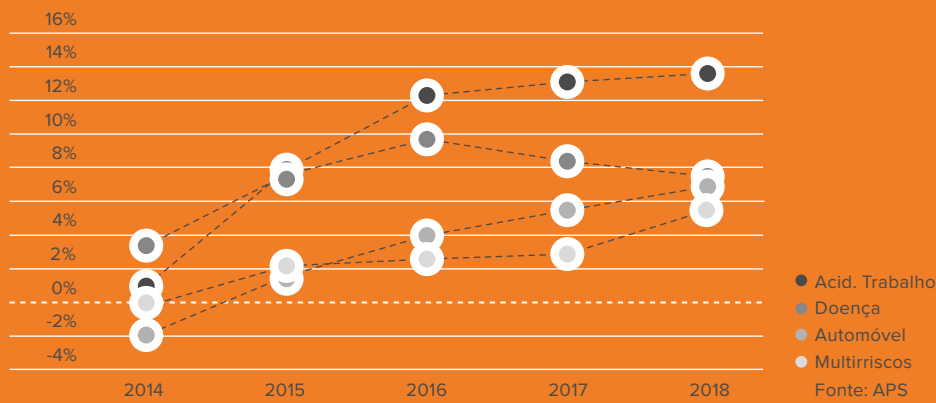
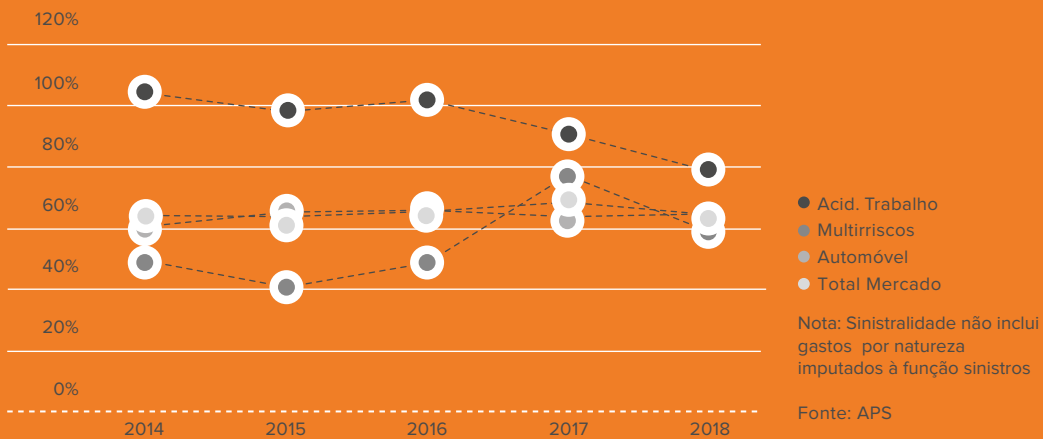


Gráfico 4 | Taxa sinistralidade Não Vida (s/ prémios emitidos)



Por sua vez, o ramo Automóvel viu a taxa aumentar quase um ponto percentual para os 64,7%, evolução que poderá estar relacionada com o aumento de circulação de veículos em decorrência do reforço da atividade económica.

Já o ramo de Acidentes de Trabalho, pelo segundo ano consecutivo, apresentou uma descida significativa, situando-se nos 78,7%, certamente em resultado das correções tarifárias já aludidas. Ainda assim, este nível não será suficientemente confortável para poder afirmar-se que o equilíbrio técnico do ramo está assegurado.

Na área de Vida, a sinistralidade dos produtos de risco puro, após a inflexão verificada no ano anterior, voltou a uma tendência de descida, situando-se nos 25,9%, a percentagem mais baixa dos últimos cinco anos.

O Fluxo Técnico do Ramo Vida, depois de ter iniciado o ano em terreno negativo, acabou por recuperar ao longo dos meses e terminou próximo dos 666 milhões de euros, cifra praticamente igual à que tinha atingido no ano anterior.

Este comportamento positivo dos últimos dois anos não foi, contudo, suficiente para compensar a perda do período mais recente, pelo que o saldo acumulado no conjunto dos últimos sete anos ainda é bastante negativo.

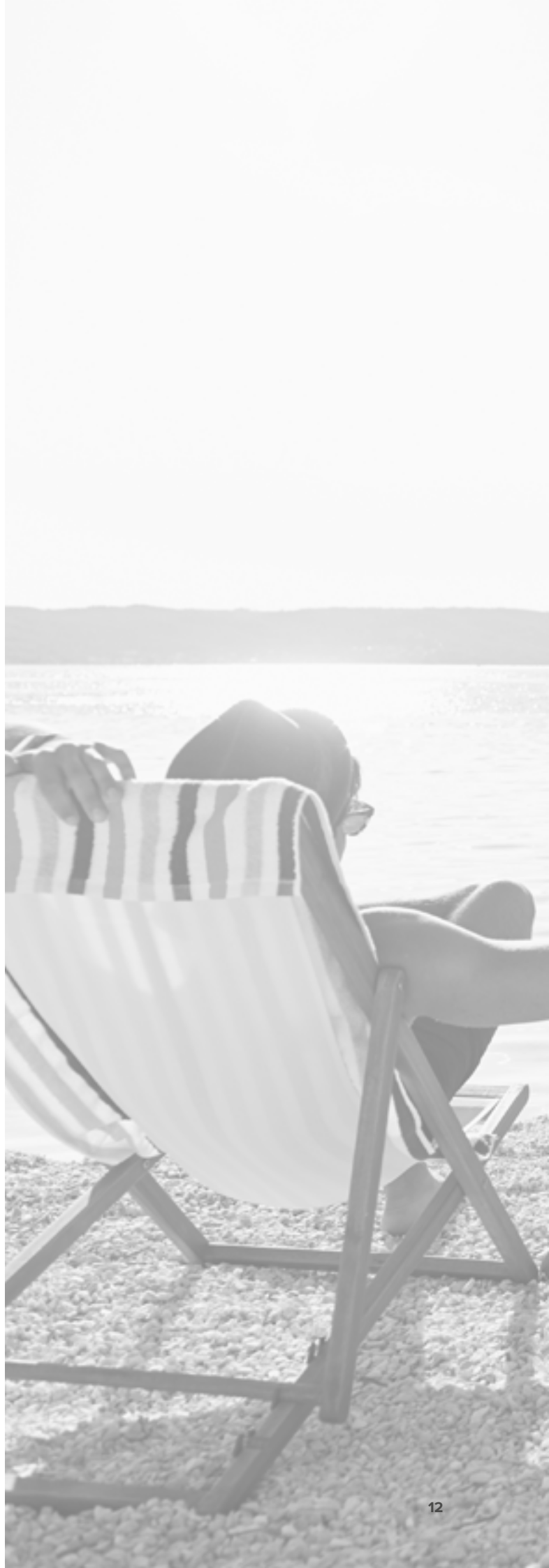
A nível de resultados, segundo os dados provisórios disponibilizados pela APS, o ano fica marcado por uma subida significativa do resultado líquido, na ordem dos 58%, para um valor próximo dos 550 milhões de euros que compara com 347 milhões no ano anterior.

Esta *performance* fica-se a dever à melhoria da conta técnica do segmento Não Vida, que alcançou os 219 milhões de euros frente aos 78 milhões do ano 2017, enquanto o segmento de Vida estabilizou num valor muito parecido ao do ano anterior a rondar os 430 milhões de euros. O restante contributo para o bom desempenho verificado é atribuível ao resultado não técnico, o qual, ainda que negativo, recuou praticamente 70 milhões de euros.

Em 2018:

58%

Subida do resultado líquido do Setor Vida



A melhoria ocorrida no segmento Não Vida aparece especialmente associada à inversão de resultados em Acidentes de Trabalho e em Incêndio e Outro Danos, no primeiro caso, certamente, pelo efeito das correções tarifárias implementadas e, no segundo, pelo regresso a uma certa normalidade num ano onde, apesar do efeito do furacão Leslie, os prejuízos foram menores que os decorrentes das catástrofes dos incêndios florestais do ano anterior.

Do ponto de vista da Solvência, tudo aponta para que não se verifiquem alterações muito significativas ao fecho

do exercício. Com efeito, segundo o relatório de evolução trimestral da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), no final do terceiro trimestre o rácio de cobertura do SCR (Requisito do Capital de Solvência) situava-se em 184%, cerca de 9 pontos percentuais acima do rácio de encerramento do exercício do ano anterior. Esta melhoria era proveniente das companhias Não Vida e Mistas, ao passo que as companhias Vida mantinham o rácio inalterado, indiciando que a mesma se poderá ter ficado a dever ao comportamento mais favorável das variáveis associadas ao negócio Não Vida já comentado anteriormente.

Gráfico 5 | Taxa sinistralidade Vida Risco Puro (s/ prémios emitidos)

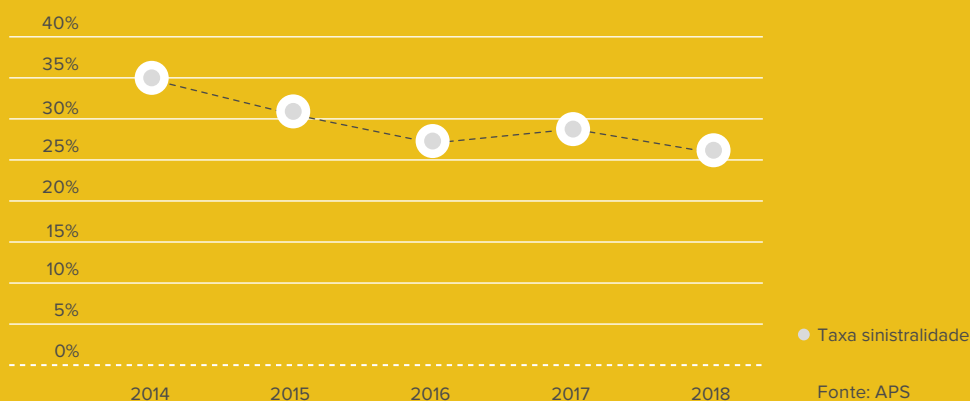


Gráfico 6 | Evolução do fluxo técnico do ramo Vida 2018 (milhões €)

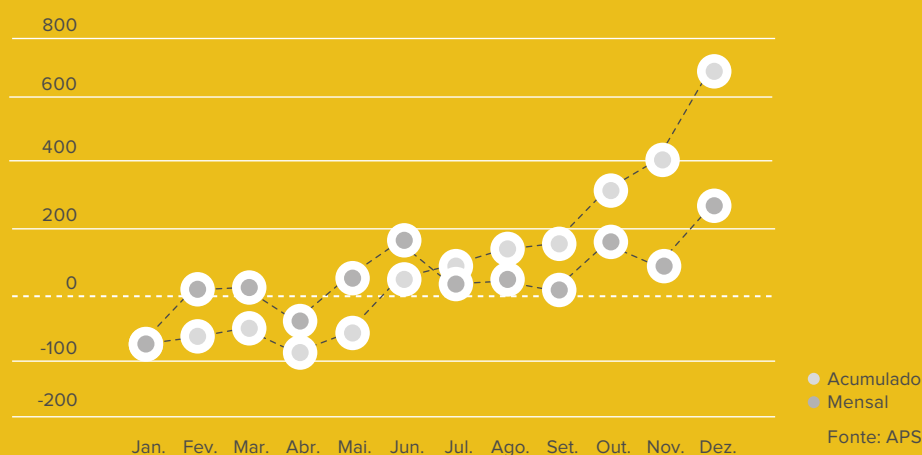
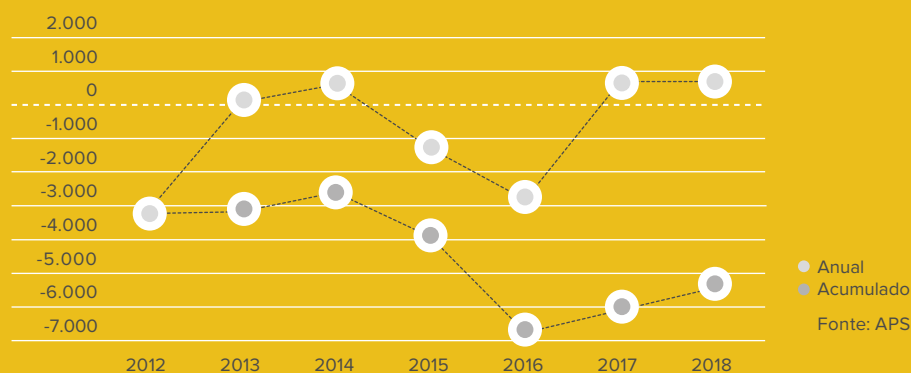


Gráfico 7 | Evolução do fluxo técnico do ramo Vida 2012-2018 (milhões €)





3. A MAPFRE

3.1. Estrutura de Capital

O capital social da MAPFRE – Seguros de Vida, S.A. é de 21.000.000 € constituído por 4.200.000 ações, no valor nominal de 5,00 €, cada uma, integralmente detidas pela acionista MAPFRE – Seguros Gerais, S.A.

3.2. Modelo de Governo

Atentas as exigências legais impostas pelo Código das Sociedades Comerciais, na revisão de 2006, os modernos princípios e recomendações sobre transparência e eficiência do governo societário contidos, nomeadamente, nas alterações ao Código das Sociedades Comerciais, através do Decreto-Lei n.º 185/2009, de 12 de agosto, do Decreto-Lei n.º 2/2009, de 5 de janeiro, da Norma Regulamentar n.º 5/2010 de 1 de abril e da Circular

n.º 5/2009, de 19 de fevereiro, ambas da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), a estrutura de administração e fiscalização da MAPFRE – Seguros de Vida, S.A. compreende os seguintes órgãos:

- **Assembleia Geral** – Cujas mesa é composta por um Presidente e um Secretário;
- **Conselho de Administração** – Composto por quatro a dez membros eleitos pela Assembleia Geral para mandatos de quatro anos, renováveis, que designa o seu Presidente e um Vice-Presidente;

- **Conselho Fiscal** – Composto por três membros efetivos, um dos quais é o Presidente, e um Suplente, sendo que pelo menos um dos membros efetivos deverá possuir um curso superior adequado ao exercício das suas funções, ter conhecimentos em auditoria ou contabilidade e ser independente, nos termos definidos no Código das Sociedades Comerciais;
- **Revisor Oficial de Contas** – Função confiada a uma sociedade de Revisores Oficiais de Contas, eleita pela Assembleia Geral sob proposta do Conselho Fiscal.

As alterações estatutárias são sujeitas à aprovação em Assembleia Geral sob proposta do Conselho de Administração.

De acordo com os estatutos da Sociedade, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre qualquer assunto da administração da sociedade e nomeadamente:

- a) Cooptação de administradores;
- b) Pedido de convocação de assembleias-gerais;
- c) Relatórios e contas anuais;
- d) Aquisição, alienação e oneração de bens imóveis;
- e) Prestação de cauções e garantias pessoais ou reais pela sociedade;
- f) Abertura ou encerramento de estabelecimentos ou de partes importantes destes;
- g) Extensões ou reduções importantes da atividade da sociedade;

- h) Modificações importantes na organização da sociedade;
- i) Estabelecimento ou cessação de cooperação duradoura e importante com outras empresas;
- j) Projetos de fusão, de cisão e de transformação da sociedade; e
- k) Qualquer outro assunto sobre o qual algum administrador requeira deliberação do conselho.

O Conselho de Administração reúne obrigatoriamente uma vez por trimestre.

3.3. Política de Remuneração dos Órgãos de Administração

A política de remuneração dos membros dos Conselhos de Administração das sociedades que conformam o Grupo MAPFRE é estabelecida pelo Conselho de Administração da MAPFRE, S.A., segundo as propostas que lhe são efetuadas pelo Comité de Nomeações e Retribuições, órgão delegado daquele Conselho de Administração.

O Código de Ética e Conduta do Grupo MAPFRE prevê expressamente no seu Título II, 2, J) que o Conselho de Administração da MAPFRE S.A. deve submeter à Assembleia Geral, como ponto separado da ordem do dia, um relatório explicativo da política de remunerações.

Nos termos do relatório apresentado na Assembleia Geral da MAPFRE, S.A., de 3 de fevereiro de 2010, e atentas as especificidades dos órgãos de administração e de fiscalização da sociedade MAPFRE – Seguros de Vida, S.A., cabe mencionar que os administradores executivos, quando auferem remunerações por via do desempenho em exclusivo dessas funções, auferem-nas nos termos em que as mesmas se encontram estabelecidas nos seus contratos, que incluem salário fixo, incentivos de quantia variável vinculados aos resultados e após apurados os resultados de exercício, seguros de vida e invalidez, e outras compensações estabelecidas com carácter geral para o pessoal da entidade.



Se situarmos a análise do desempenho no plano do negócio rentável que, no caso do ramo Vida, é essencialmente representado pelos produtos de Risco, o crescimento de 9,8% alcançado pela rede própria neste segmento é bem sintomático dos progressos conseguidos.

Todavia, no Conselho de Administração da MAPFRE – Seguros de Vida, S.A., dos quatro membros que o integram, excetuando o seu Presidente, que apenas auferem remuneração como Administrador-Delegado da MAPFRE – Seguros Gerais, S.A., dois são trabalhadores dependentes desta sociedade e um é trabalhador de outra empresa que integra o Grupo MAPFRE, não auferindo, por isso, quaisquer remunerações como membros de órgãos estatutários.

No Conselho Fiscal da MAPFRE – Seguros de Vida, S.A., os respetivos membros, incluindo o suplente, apenas auferem uma remuneração única pelo desempenho dessas funções na sociedade MAPFRE – Seguros Gerais, S.A., nos termos que se encontram estabelecidos nas Atas n.º 42, de 14 de março de 2008, da Assembleia Geral desta sociedade, e n.º 1, de 27 de outubro de 2009, da Assembleia Geral da MAPFRE – Seguros de Vida, S.A., e que são divulgados, do mesmo modo, de acordo com as exigências legais.

3.4. Estrutura Organizacional

Depois de ter sido objeto de um ajuste no ano 2017, já numa perspetiva de médio/longo prazo, com o objetivo de se adaptar à estratégia e aos objetivos definidos, a estrutura organizacional da empresa manteve-se inalterada durante o ano 2018, conforme diagrama que se apresenta a seguir.

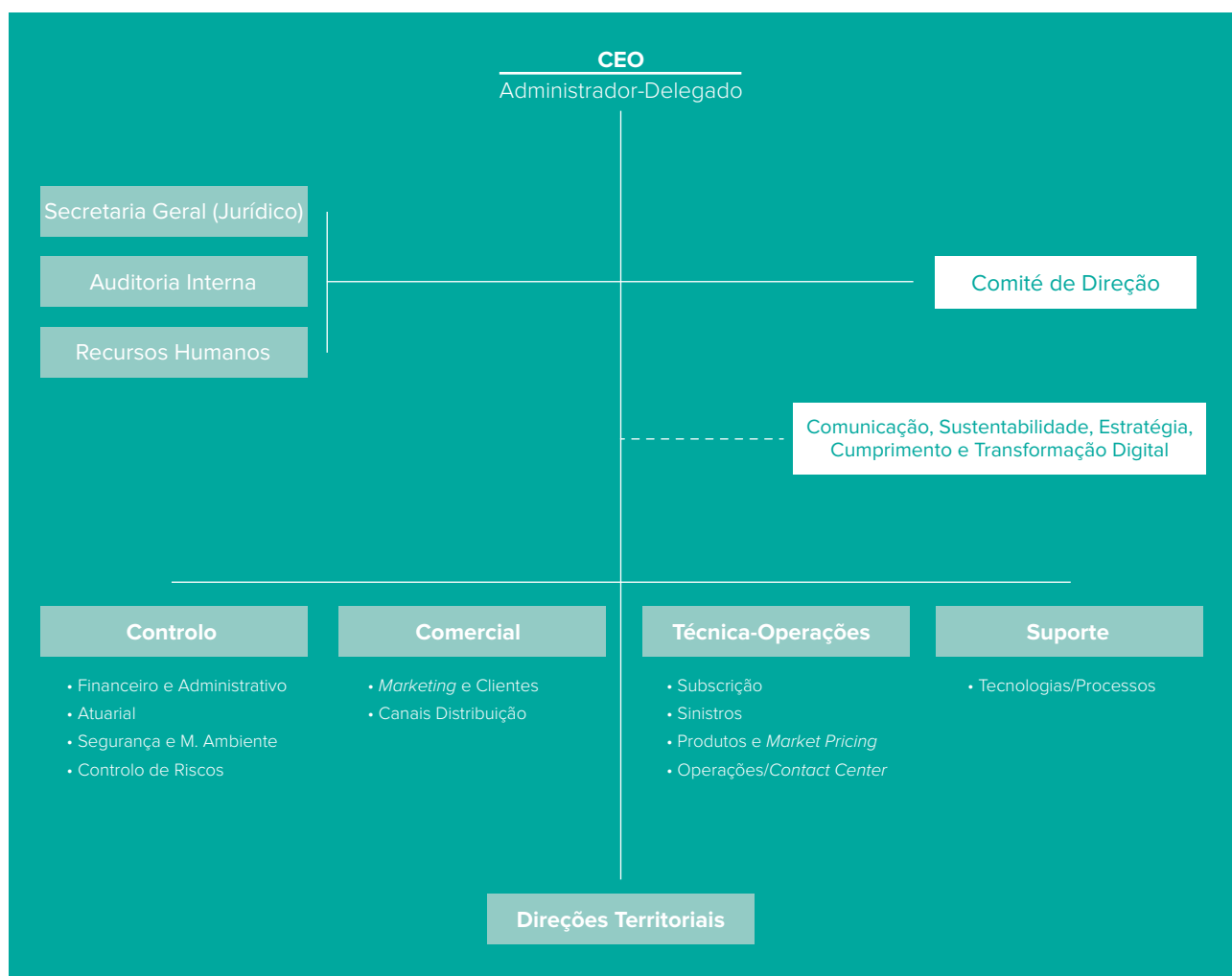
Dado que têm sido evidentes as sinergias, tanto na vertente da otimização de gastos como na capacidade de resposta às solicitações dos clientes, esta estrutura manteve-se, um ano mais, comum à MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. que explora os ramos Não Vida e à MAPFRE – Seguros de Vida, S.A. que opera os ramos Vida e é integralmente detida por aquela.

3.5. Atividade Desenvolvida

A atividade desenvolvida ao longo do ano 2018 foi norteada por três pilares estratégicos:

- Desenvolvimento de rede comercial própria;
- Foco no negócio rentável;
- Investimento na cultura e no talento humano.

No que concerne ao desenvolvimento da rede própria, foi dada continuidade aos programas de formação de APM – Agentes Profissionais MAPFRE e APE – Agentes Profissionais Específicos MAPFRE (especializados no ramo Vida). Após os resultados naturalmente incipientes obtidos no ano 2017, no qual se deu início a este programa, a aposta consolidou-se ao longo de 2018, tendo-se alcançado resultados bastante encorajadores e que parecem ser consistentes com a estratégia.



É certo que o entorno de baixas taxas de juro continuou a condicionar a atratividade dos produtos financeiros e esse facto não podia deixar de ter reflexo no volume global de vendas da generalidade dos canais, não sendo exceção a rede própria.

Mas, se situarmos a análise do desempenho no plano do negócio rentável que, no caso do ramo Vida, é essencialmente representado pelos produtos de Risco, o crescimento de 9,8% alcançado pela rede própria neste segmento é bem sintomático dos progressos conseguidos.

Em termos de vendas, de uma forma global, o ano terminou com um volume de 39,29 milhões de euros, um decréscimo de 13,6% em relação ao ano anterior, essencialmente impactado pela já aludida menor atratividade dos produtos financeiros

que são, tipicamente, os grandes responsáveis pela maior parte do volume de vendas da área de Vida do setor segurador. Para tal decréscimo concorreram também a quebra de dinâmica de um acordo especial de distribuição e um desempenho mais moderado dos prémios de rendas vitalícias.

Apesar dos constrangimentos associados aos produtos financeiros, o segmento específico de PPR teve um crescimento assinalável de 33,7%, parecendo refletir a crescente preocupação dos clientes em acautelar o seu futuro pós atividade laboral.

Em função destes comportamentos, o movimento mais relevante na estrutura da carteira de vendas foi o aumento do peso dos PPR e diminuições da representatividade das Rendas e dos produtos de Investimento.

Gráfico 8 | Taxa crescimento vendas Vida

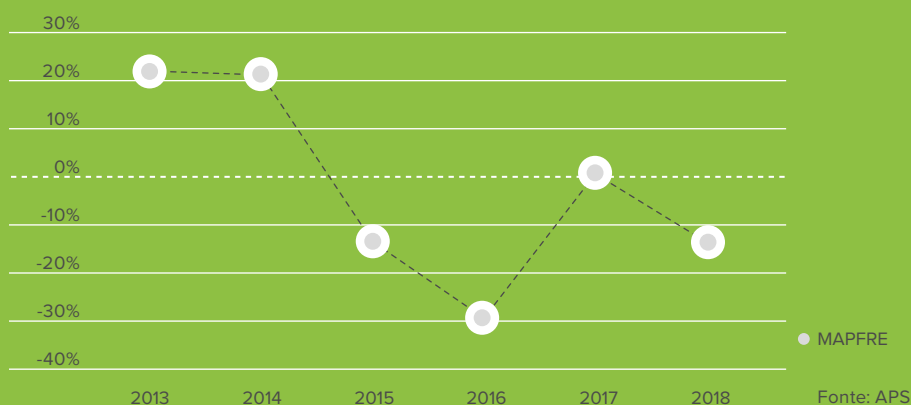
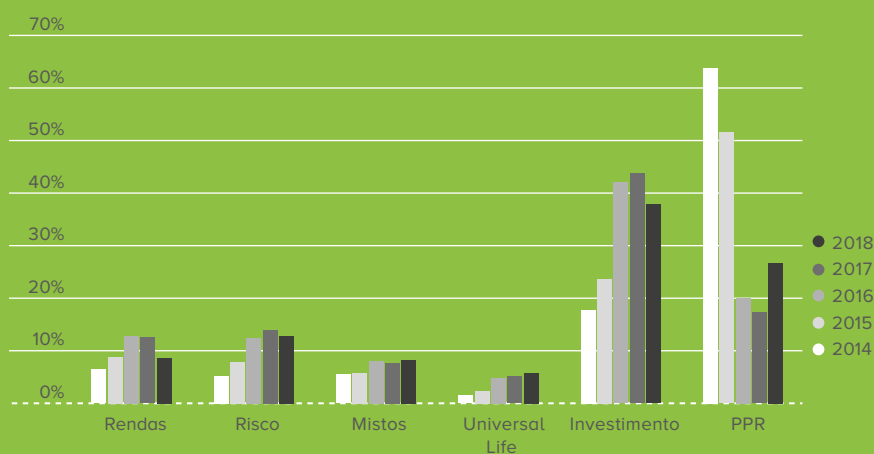


Gráfico 9 | Estrutura de vendas Vida MAPFRE



O volume de resgates tem-se mantido estável nos últimos anos, flutuando dentro de uma banda entre os 8 e os 11 milhões de euros, e assim se manteve no ano 2018.

Quanto aos vencimentos, elevou-se a um valor próximo dos 38 milhões de euros, fortemente influenciado pelos vencimentos associados a um acordo especial de distribuição de PPR que teve o seu auge de vendas há cerca de cinco anos.

O Fluxo Técnico ressentiu-se do forte volume de vencimentos ocorridos no ano, o qual não foi suficientemente compensado pelas entradas derivadas das vendas, tendo sido negativo pela primeira vez nos anos mais recentes. Não obstante, não podemos considerar esta evolução demasiado preocupante, atento o facto de ser marginal a rentabilidade associada aos produtos financeiros.

Gráfico 10 | Evolução dos resgates e vencimentos (milhões €)

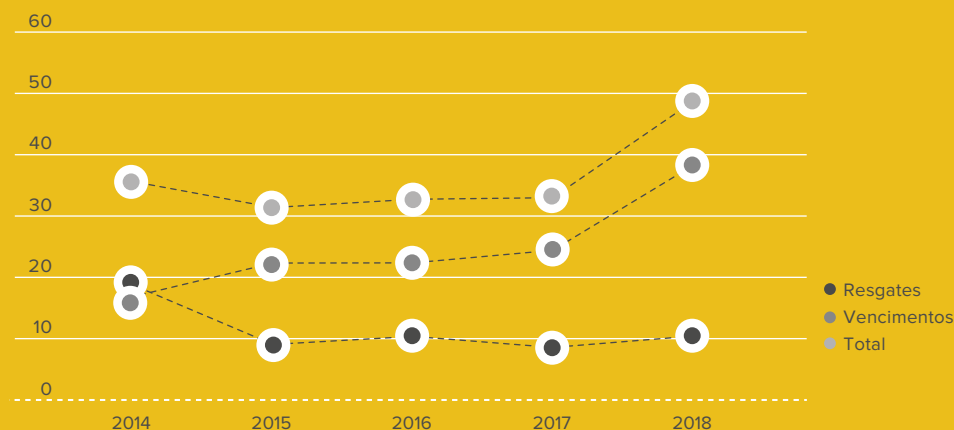


Gráfico 11 | Fluxo técnico ramo Vida MAPFRE 2014-2018 (milhões €)

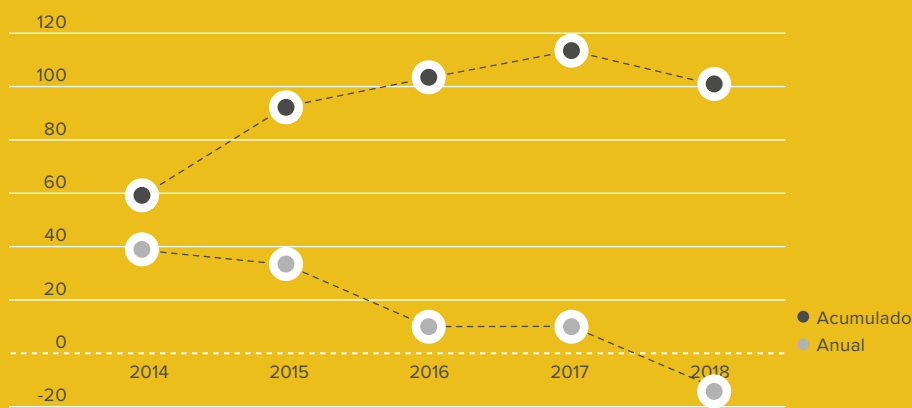
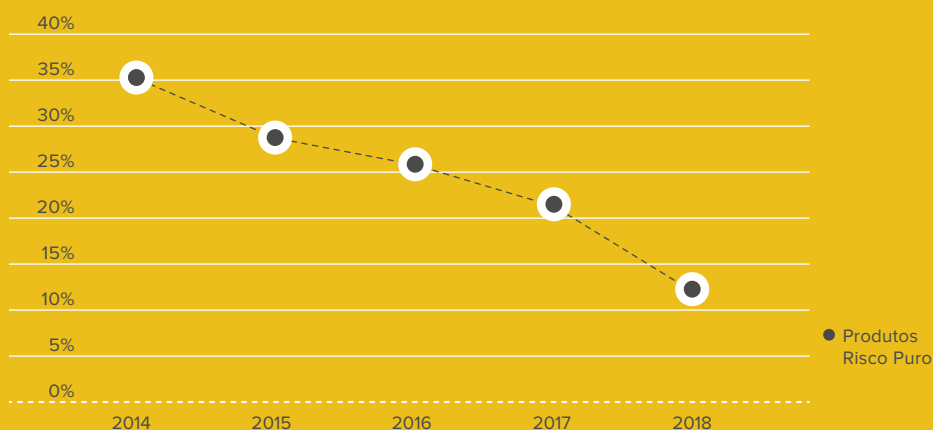


Gráfico 12 | Taxa sinistralidade líquida resseguro MAPFRE



Precisamente no plano da rentabilidade, apraz-nos registar uma nova descida da taxa de sinistralidade associada aos produtos de risco puro, a qual acentuou em 2018 a tendência dos últimos anos, terminando em 12%, líquida de resseguro.

A estrutura da carteira de investimentos não sofreu alterações significativas em relação aos anos precedentes, continuando a ser pautada por um posicionamento prudente, na qual pontificam os títulos de rendimento fixo com uma representatividade superior a 90% do total de ativos financeiros.

Quanto à rentabilidade corrente, medida em função do investimento médio a valor de aquisição, não tendo ocorrido alterações substanciais na estrutura da carteira, situou-se em 3,3%, com uma ligeira descida em relação ao ano anterior, naturalmente decorrente do reinvestimento dos valores de

vencimento dos títulos mais antigos, associados a taxas mais elevadas, em ativos com rentabilidades mais baixas em função da tendência dos mercados.

À semelhança dos anos anteriores, realizaram-se algumas mais-valias em consequência de movimentos de recomposição de carteiras de títulos para garantir a necessária adequação às responsabilidades a cobrir, facto que elevou o nível da rentabilidade para 3,6%.

Este ano, o resultado líquido foi mais uma vez positivo, algo que acontece desde a constituição da sociedade, alcançando 1,71 milhões de euros, tendo implícito um crescimento de 3% em relação ao ano anterior.

O balanço experimentou um decréscimo associado ao elevado volume de vencimentos ocorridos no exercício, tal como comentado anteriormente.

Gráfico 13 | Estrutura da carteira investimento Vida

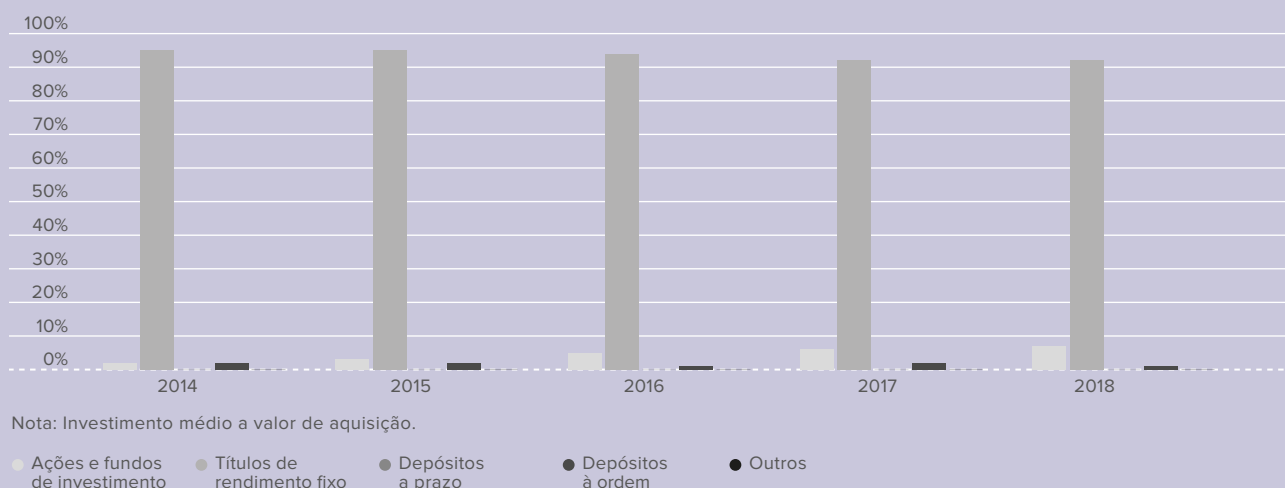
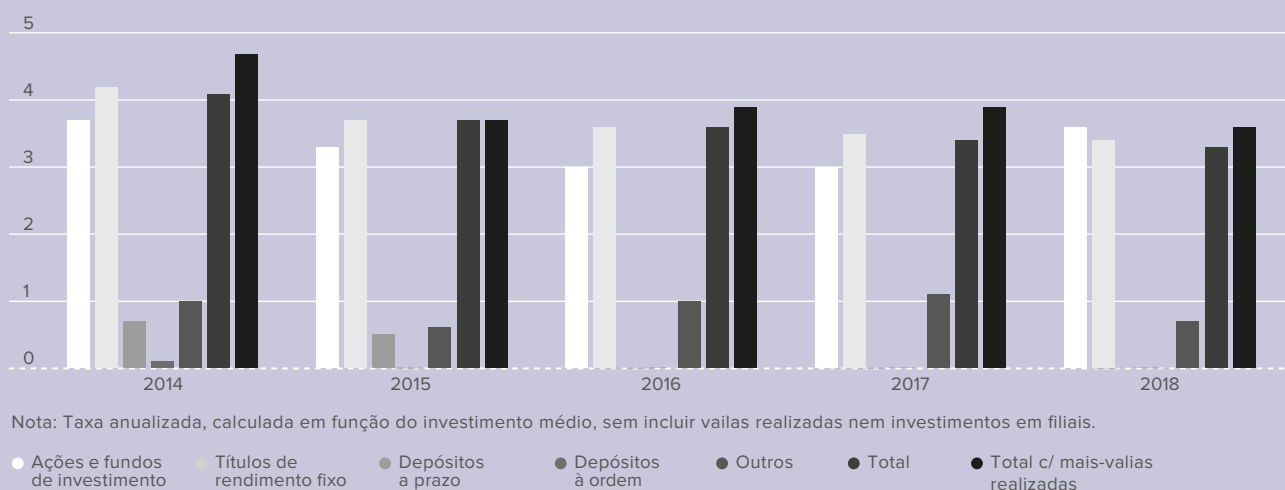


Gráfico 14 | Rentabilidade carteira investimentos



Com efeito, o passivo, apresentou uma descida de aproximadamente 13 milhões de euros, decorrente, em especial, da redução das provisões técnicas e dos passivos financeiros, enquanto o ativo diminuiu cerca de 12,6 milhões de euros, para 345,8 milhões de euros (358,4 milhões de euros no ano anterior), de forma naturalmente harmónica com a redução do montante de ativos financeiros que cobriam as provisões técnicas e os passivos financeiros.

Em consonância com a evolução destes dois componentes, o capital próprio subiu ligeiramente, situando-se nos 39,5 milhões de euros.

Em função desta evolução do capital e não tendo havido uma alteração relevante do perfil de risco da companhia, o rácio de cobertura dos requisitos de Solvência II manteve-se praticamente ao mesmo nível do ano anterior, situando-se em 323%, isto é, 3,2 vezes mais que o nível estritamente necessário, continuando a situar a MAPFRE num lugar de destaque no panorama segurador e permitindo encarar o desenvolvimento do negócio futuro sem constrangimentos.

Encarnando uma filosofia de gestão e monitorização da exposição aos diversos riscos subjacente ao regime de Solvência, foi efetuado um seguimento trimestral

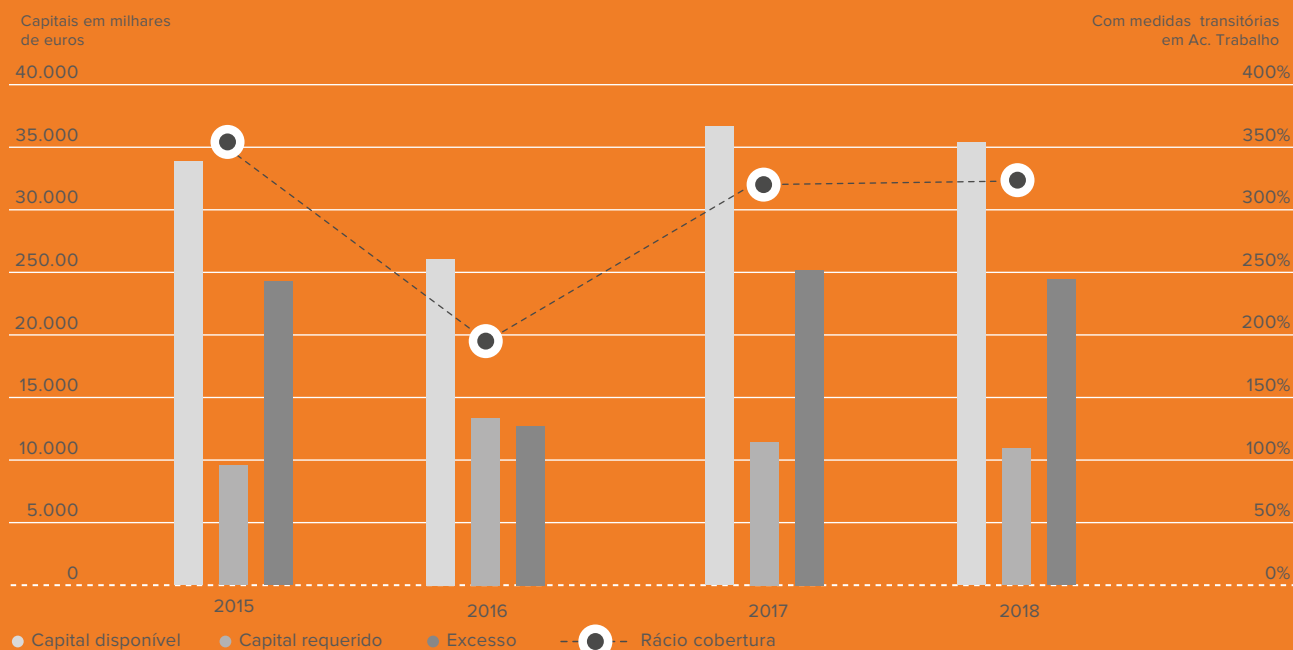
de alguns indicadores de apetite ao risco, segundo o quadro de mando vigente no Grupo MAPFRE, sendo a posição à data de encerramento do exercício a que se encontra retratada no quadro da página seguinte. Aqueles que se encontram na zona vermelha, ou estão devidamente aprovados pelo Conselho de Administração no cumprimento da Política de Riscos ou são situações momentâneas e transitórias que estão em resolução.

A evolução bastante positiva de todas as variáveis descritas anteriormente, não teria sido possível sem o suporte de uma equipa de Recursos Humanos motivada e empenhada que mais uma vez deu o seu melhor em prol da estratégia definida.

Esta equipa estava constituída no final do ano por 61 colaboradores, com uma idade e antiguidade médias de 44,9 e 14,2 anos respetivamente e uma equilibrada distribuição por género com 56% de mulheres e 44% de homens.

Não obstante o bom nível de formação académica, revelada por uma fatia de 43% de colaboradores com formação superior, a MAPFRE não poupou esforços na capacitação de todo o quadro, tendo investido 1.386 horas em formação técnica e comportamental, 127 das quais foram ministradas em *e-learning*.

Gráfico 15 | Rácio de solvência



Categoria de risco	Indicadores chave de risco	Periodicidade	Limites de risco		MSV		
					Período de avaliação anterior (12-2017)	Avaliação do período atual (12-2018)	
Solvência	Rácio Solvência II	Trimestral	> 130 %	130 % – 110 %	< 110 %	320%	323%
Risco de contraparte	Contrapartes com <i>rating</i> superior ou igual a "BBB" (sem depósitos)	Trimestral	≤ 15 %	15 % – 20 %	> 20 %	1 Zona Amarela 2 Zona Vermelha	2 Zona Vermelha
	Contrapartes com <i>rating</i> inferior a "BBB" (sem depósitos)	Trimestral	≤ 5 %	5 % – 10 %	> 10 %	1 Zona Amarela	0
	Contrapartes bancos e entidades financeiras (com depósitos)	Trimestral	Sem superar limites anteriores		> 25 %	1 Zona Vermelha	2 Zona Vermelha
	Exposição global de contrapartes sem <i>rating</i> ou <i>rating</i> inferior a "BBB"	Trimestral		≤ 50 %	> 50 %	13,7%	7,7%
Outros riscos financeiros	Alavancagem financeira	Trimestral	≤ 25 %	25 % – 35 %	> 35 %	Não se aplica	Não se aplica
	Cobertura de pagamentos por juros financeiros	Trimestral	≥ 10 vezes	10 – 6 vezes	< 6 vezes	Não se aplica	Não se aplica
	Rácio de liquidez	Trimestral	> 125 %	125 % – 105 %	< 105 %	10.666%	3.089%

Além do investimento na formação do quadro de colaboradores, dedicaram-se também 22.977 horas à formação da rede de mediadores, no conjunto das áreas de Vida e Não Vida, na sua esmagadora maioria (80%) através de *e-learning*.

Para uma fiel transmissão da atividade, importa ainda deixar uma referência ao trabalho de suporte desenvolvido por algumas Áreas da empresa.

Desde logo, convém destacar a atuação da Área de Tecnologias que, como habitualmente, garantiu o funcionamento robusto das diversas aplicações informáticas e contribuiu de forma decisiva para a construção de novas ferramentas de entre as quais destacamos o "iMediador", uma aplicação muito prática para utilização na gestão diária da rede de mediação que permite uma mobilidade total.

Também a Área de Marketing e Clientes, avançou significativamente no trabalho de segmentação dos Clientes, tendo já introduzido uma parte do novo paradigma de gestão no segundo semestre e prevendo-se a sua aplicação integral ao longo do ano 2019.

A Unidade de Segurança e Meio Ambiente dedicou um esforço especial à coordenação dos diversos projetos de implementação do novo Regime Geral de Proteção de Dados (conhecido pela sigla RGPD), garantindo a sua conformidade. Teve ainda uma participação ativa na implementação de um novo processo de gestão dos acessos dos utilizadores das aplicações informáticas.

Por sua vez, a Unidade de Auditoria Interna, manteve a sua atividade independente, realizando 14 auditorias, para o conjunto das áreas de Vida e Não Vida, das quais resultaram 98 recomendações. De realçar que o grau de implementação efetiva das recomendações acumuladas ao longo dos anos de atividade da Auditoria Interna se encontra próximo de 81%.

Do ponto de vista da responsabilidade social, na senda dos anos anteriores, continuou a ser levada a cabo uma vasta atividade, da qual se destaca a já tradicional Caravana de Educação Rodoviária, que percorreu várias cidades do país com ações de formação e sensibilização para uma correta postura ao volante. Participou também em atividades de recolha de alimentos, roupas e materiais escolares. Além disso, pela primeira vez este ano, dinamizou uma campanha de recolha de sangue entre os colaboradores da MAPFRE.

3.6. Perspetivas para o futuro

A estratégia que tem vindo a ser prosseguida nos últimos anos tem permitido uma boa estabilidade em termos de rentabilidade, pelo que se manterá no seu essencial, dirigindo-se os esforços apenas para algumas melhorias específicas de forma a torna-la ainda mais consistente.

Assim, ao longo do ano 2019 a atividade irá pautar-se pelos seguintes pilares:

- Alargamento e consolidação da rede própria de mediação e dos acordos de distribuição;
- Promoção dos produtos de risco puro e melhoria da estratégia de clientes;
- Implementação do método comercial de gestão 360, tanto para particulares como para empresas;
- Redução de gastos gerais;
- Promoção da Transformação, quer na forma de pensar e trabalhar dos colaboradores como através do suporte de ferramentas digitais.

Com base nestes pilares e tendo em conta as perspetivas favoráveis ao nível da conjuntura económica, espera-se conseguir incrementar o volume de negócios e a rentabilidade corrente.

Por outro lado, mantendo-se o essencial da estratégia, naturalmente, o perfil de risco não se alterará significativamente, pelo que se prevê que a MAPFRE continue a apresentar um balanço sólido e um elevado nível de solvência, dois aspetos que podemos considerar uma imagem de marca da companhia.

Do ponto de vista operacional, no primeiro trimestre do ano 2019 ocorrerá a mudança de instalações da sede e dos serviços centrais para a zona de Miraflores. Não obstante o impacto naturalmente associado a qualquer mudança, espera-se que o mesmo seja minimizado por via da implementação de um rigoroso planeamento e pelo investimento que está em curso no novo espaço de forma a melhorar mesmo as condições de trabalho dos colaboradores.

A loja comercial de Lisboa, que até agora funcionava nas instalações da sede, manterá a sua existência na cidade mas será transferida para outra zona, no caso a Avenida Columbano Bordalo Pinheiro. Também neste caso, houve a preocupação de criar condições para evitar um impacto negativo. Com efeito, aliada à escolha de um local central, o novo espaço possui uma visibilidade bastante boa e será dotado de condições e equipamentos em linha com o mais moderno que o Grupo MAPFRE dispõe, permitindo prestar um serviço aos clientes inclusivamente melhor do que atualmente.



Mantendo-se o essencial da estratégia, naturalmente, o perfil de risco não se alterará significativamente, pelo que se prevê que a MAPFRE continue a apresentar um balanço sólido e um elevado nível de solvência, dois aspetos que podemos considerar uma imagem de marca da companhia.

Assim, a modo de resumo, podemos afirmar que os próximos anos, e em especial o de 2019, continuarão a ser desafiantes mas estamos otimistas quanto a um desenvolvimento crescente e rentável da atividade e da presença da MAPFRE em Portugal.

4. Agradecimentos

Como habitualmente, queremos reconhecer o contributo das mais diversas pessoas e entidades, sem o qual não teria sido possível apresentar um panorama tão positivo da nossa atividade.

Destacamos os clientes que nos confiaram a sua proteção.

Destacamos também a rede de mediação, que constituiu um elo de ligação fundamental com os clientes, e os empregados que com a sua dedicação e profissionalismo foram nucleares na prestação do serviço, bem como os fornecedores que nos disponibilizaram soluções especializadas para o desenvolvimento da nossa atividade.

Deixamos também uma menção ao importante papel dos órgãos de fiscalização – Auditores Externos e Conselho Fiscal – pela sua colaboração construtiva.

Por fim, um especial agradecimento à Autoridade de Supervisão e Fundos de Pensões e à Associação Portuguesa de Seguradores pela colaboração prestada no âmbito de atuação de cada uma.



5. Aplicação de Resultados

Propomos ao acionista único que o resultado líquido do exercício, positivo no montante total de 1.711.592,59 euros, seja aplicado do reforço dos capitais próprios da seguinte forma:

- 171.159,24 € para Reserva Legal
- 1.540.433,35 € por incorporação em Reservas Livres

Lisboa, 13 de março de 2019

O Conselho de Administração

Luis Anula Rodriguez
(Presidente)

Vítor Manuel Silva Reis
(Vice-Presidente)

Juan Fernandez Palácios
(Vogal)

Pedro Ribeiro e Silva
(Vogal – Secretário)





3

Contas Anuais 2018

Notas do anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício 2018			Exercício anterior (2017)
		Valor bruto	Imparidade, depreciações/ amortizações ou ajustamentos	Valor líquido	
Ativo					
3	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	7.797.068,55		7.797.068,55	7.028.856,96
	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos			0,00	0,00
	Ativos financeiros detidos para negociação			0,00	0,00
4	Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	37.799.714,24		37.799.714,24	26.649.649,18
	Derivados de cobertura			0,00	0,00
5	Ativos financeiros disponíveis para venda	293.341.791,31		293.341.791,31	317.962.458,19
6	Empréstimos concedidos e contas a receber	224.757,01	0,00	224.757,01	262.309,30
	Depósitos junto de empresas cedentes			0,00	0,00
	Outros depósitos			0,00	0,00
	Empréstimos concedidos	224.757,01		224.757,01	262.309,30
	Contas a receber			0,00	0,00
	Outros			0,00	0,00
	Investimentos a deter até à maturidade			0,00	0,00
	Terrenos e edifícios	-	-	0,00	0,00
	Terrenos e edifícios de uso próprio			0,00	0,00
	Terrenos e edifícios de rendimento			0,00	0,00
7	Outros ativos tangíveis	53.355,51	24.562,48	28.793,03	57.737,58
	Inventários			0,00	0,00
	Goodwill			0,00	0,00
8	Outros ativos intangíveis	887.103,14	666.658,59	220.444,55	161.997,32
9	Provisões técnicas de resseguro cedido	1.284.731,36		1.284.731,36	1.388.281,20
	Ramo Vida				
	Provisão matemática			0,00	0,00
	Provisão para sinistros	1.120.172,72		1.120.172,72	1.239.973,10
	Provisão para participação nos resultados			0,00	0,00
	Provisão para compromissos de taxa			0,00	0,00
	Provisão para estabilização de carteira			0,00	0,00
	Provisão para prémios não adquiridos	164.558,64		164.558,64	148.308,10
	Provisão técnica relativa a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro			0,00	0,00
	Outras provisões técnicas			0,00	0,00
27	Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	20.409,48		20.409,48	21.018,05
10	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	2.421.916,28	45.913,61	2.376.002,67	3.213.533,83
	Contas a receber por operações de seguro directo	1.802.093,75	45.913,61	1.756.180,14	2.637.546,46
	Contas a receber por operações de resseguro	343.782,05		343.782,05	177.088,78
	Contas a receber por outras operações	276.040,48		276.040,48	398.898,59
11	Ativos por impostos e taxas	2.705.128,63		2.705.128,63	1.704.221,91
	Ativos por impostos correntes	2.705.128,63		2.705.128,63	1.704.221,91
	Ativos por impostos diferidos			0,00	0,00
	Acréscimos e diferimentos	26.675,65		26.675,65	0,00
	Outros elementos do activo			0,00	0,00
	Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas			0,00	0,00
Total Ativo		346.562.651,16	737.134,68	345.825.516,48	358.450.063,52

Notas do anexo	Demonstração da posição financeira Passivo e Capital Próprio	Exercício 2018	Exercício anterior (2017)
Passivo			
13	Provisões técnicas	293.166.856,02	302.363.053,70
	Ramo Vida	293.166.856,02	302.363.053,70
	Provisão matemática	269.128.233,73	279.976.462,69
	Provisão para sinistros	13.131.725,66	7.460.889,89
	Provisão para participação nos resultados	10.099.446,96	14.174.704,19
	Provisão para participação nos resultados a atribuir	9.192.881,91	13.327.935,12
	Provisão para participação nos resultados atribuída	906.565,05	846.769,07
	Provisão para compromissos de taxa		
	Provisão para estabilização de carteira		
	Provisão para prémios não adquiridos	807.449,67	750.996,93
	Provisão para riscos em curso		
	Outras provisões técnicas		
14	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	7.069.419,41	8.953.760,20
	Outros passivos financeiros	0,00	0,00
	Derivados de cobertura		
	Passivos subordinados		
	Depósitos recebidos de resseguradores		
	Outros		
27	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	4.266,14	8.250,61
15	Outros credores por operações de seguros e outras operações	1.567.872,73	2.567.168,84
	Contas a pagar por operações de seguro directo	837.378,36	2.358.102,30
	Contas a pagar por operações de resseguro	2.539,56	32.854,06
	Contas a pagar por outras operações	727.954,81	176.212,48
11	Passivos por impostos	2.901.843,11	3.980.297,76
	Passivos por impostos correntes	408.379,54	1.377.384,22
	Passivos por impostos diferidos	2.493.463,57	2.602.913,54
16	Acréscimos e diferimentos	1.660.195,51	1.577.238,23
	Outras provisões		
	Outros elementos do passivo		
	Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda		
	Total passivo	306.370.452,92	319.449.769,34
	Capital próprio		
17	Capital	21.000.000,00	21.000.000,00
	(Ações próprias)		
	Outros instrumentos de capital		
18	Reservas de reavaliação	19.162.405,84	20.788.537,60
	Por ajustamentos no justo valor de investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		
	Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	19.162.405,84	20.788.537,60
	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio		
	Por revalorização de outros ativos tangíveis		
	Por revalorização de ativos intangíveis		
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa		
	Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira		
	De diferenças de câmbio		
18	Reserva por impostos diferidos	(2.493.463,57)	(2.602.913,54)
18	Outras reservas	74.528,70	(1.846.493,64)
	Resultados transitados	0,00	0,00
	Resultado do exercício	1.711.592,59	1.661.163,76
	Total Capital Próprio	39.455.063,56	39.000.294,18
	Total Passivo e Capital Próprio	345.825.516,48	358.450.063,52

Notas do anexo	Conta de Ganhos e Perdas	Exercício 2018				Exercício anterior (2017)
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	
19	Prémios adquiridos líquidos de resseguro	36.642.520,45	0,00		36.642.520,45	43.218.024,00
	Prémios brutos emitidos	37.754.023,99			37.754.023,99	44.309.161,26
	Prémios de resseguro cedido	1.053.388,88			1.053.388,88	1.049.030,46
	Provisão para prémios não adquiridos (variação)	73.029,02			73.029,02	57.774,67
	Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	14.914,36			14.914,36	15.667,87
	Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	0,00			0,00	0,00
20	Custos com sinistros, líquidos de resseguro	50.725.539,02	0,00		50.725.539,02	30.503.305,03
	Montantes pagos	44.934.902,87	0,00		44.934.902,87	30.064.733,04
	Montantes brutos	45.328.693,53			45.328.693,53	30.268.947,45
	Parte dos resseguradores	393.790,66			393.790,66	204.214,41
	Provisão para sinistros (variação)	5.790.636,15	0,00		5.790.636,15	438.571,99
	Montante bruto	5.670.835,77			5.670.835,77	572.642,29
	Parte dos resseguradores	(119.800,38)			(119.800,38)	134.070,30
21	Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro (variação)	(24.536.323,21)			(24.536.323,21)	7.068.943,19
	Montante bruto	(24.536.323,21)				7.068.943,19
	Parte dos resseguradores	0,00			0,00	0,00
22	Participação nos resultados, líquida de resseguro	434.127,00			434.127,00	608.459,94
23	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)	13.313.763,23			13.313.763,23	8.673.076,11
24; 26	Custos e gastos de exploração líquidos	4.011.412,68	0,00		4.011.412,68	6.297.790,12
25	Custos de aquisição	3.649.730,32			3.649.730,32	5.627.609,96
	Custos de aquisição diferidos (variação)	(16.576,28)			(16.576,28)	(57.190,99)
	Gastos administrativos	925.549,01			925.549,01	1.155.482,25
	Comissões e participação nos resultados de resseguro	547.290,37			547.290,37	428.111,10
28	Rendimentos	11.474.522,60	0,00	0,00	11.474.522,60	12.044.891,64
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	10.747.638,02			10.747.638,02	11.638.716,15
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas				0,00	0,00
	Outros	726.884,58			726.884,58	406.175,49
29	Gastos financeiros	2.312.352,94	0,00	0,00	2.312.352,94	2.294.834,77
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	1.656.738,06			1.656.738,06	1.549.760,87
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	87.397,16			87.397,16	241.846,73
	Outros	568.217,72			568.217,72	503.227,17
30	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	641.156,58	0,00	0,00	641.156,58	1.254.279,66
	De ativos disponíveis para venda	641.156,58			641.156,58	1.254.279,66
	De empréstimos e contas a receber				0,00	0,00
	De investimentos a deter até à maturidade				0,00	0,00
	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado				0,00	0,00
	De outros				0,00	0,00

(continua)

Notas do anexo	Conta de ganhos e perdas	Exercício 2018				Exercício anterior (2017)
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	
31	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	103.830,49	0,00	0,00	103.830,49	1.448.677,55
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação				0,00	0,00
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	103.830,49			103.830,49	1.448.677,55
	Diferenças de câmbio				0,00	0,00
	Ganhos líquidos de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas				0,00	0,00
	Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	De ativos disponíveis para venda				0,00	0,00
	De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado				0,00	0,00
	De investimentos a deter até à maturidade				0,00	0,00
	De outros				0,00	0,00
32	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	(445.871,15)			(445.871,15)	(146.961,17)
33	Outras provisões (variação)			12.530,21	12.530,21	12.626,10
34	Outros rendimentos/gastos			44.664,12	44.664,12	(48.195,46)
	Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas				0,00	0,00
	Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial				0,00	0,00
	Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda				0,00	0,00
	Resultado Líquido antes de Impostos	2.155.287,31	0,00	32.133,91	2.187.421,22	2.311.680,96
11	Imposto sobre o rendimento do exercício – Impostos correntes			475.828,63	475.828,63	650.517,20
11	Imposto sobre o rendimento do exercício – Impostos diferidos					
	Resultado Líquido do Exercício	2.155.287,31	0,00	(443.694,72)	1.711.592,59	1.661.163,76

Notas do anexo	Demonstração de variações do capital próprio 2018	Capital social	<i>Reservas de Reavaliação</i>		<i>Outras reservas</i>			Resultado do exercício	Total
			Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	Reserva por impostos diferidos	Reserva legal	Outras reservas	Reservas por impostos correntes		
	Demonstração da posição financeira a 31 de dezembro 2017 (posição de abertura)	21.000.000,00	20.788.537,60	(2.602.913,54)	788.793,18	(272.302,29)	(2.362.984,53)	1.661.163,76	39.000.294,18
	Correções de erros (IAS 8)								0,00
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)								0,00
	Demonstração da posição financeira de abertura alterado	21.000.000,00	20.788.537,60	(2.602.913,54)	788.793,18	(272.302,29)	(2.362.984,53)	1.661.163,76	39.000.294,18
18	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos disponíveis para venda		(1.626.131,76)	109.449,97			256.271,56		(1.260.410,23)
17	Aumentos de reservas por aplicação de resultados				166.116,39	1.495.047,37		(1.661.163,76)	0,00
27	Desvios atuariais reconhecidos nas reservas					3.587,03			3.587,03
	Total das variações do capital próprio	0,00	(1.626.131,76)	109.449,97	166.116,39	1.498.634,40	256.271,56	(1.661.163,76)	(1.256.823,20)
	Resultado líquido do período							1.711.592,59	1.711.592,59
	Distribuição antecipada de lucros								0,00
	Demonstração da posição financeira a 31 de Dezembro 2018	21.000.000,00	19.162.405,84	(2.493.463,57)	954.909,56	1.226.332,11	(2.106.712,97)	1.711.592,59	39.455.063,56

Notas do anexo	Demonstração de variações do capital próprio 2017	Capital social	Reservas de Reavaliação		Outras reservas			Resultado do exercício	Total
			Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	Reserva por impostos diferidos	Reserva legal	Outras reservas	Reserva por impostos correntes		
	Demonstração da posição financeira a 31 de Dezembro 2016 (posição de abertura)	21.000.000,00	14.708.059,26	(2.056.486,62)	678.220,34	(1.276.013,44)	(1.459.143,67)	1.105.728,38	32.700.364,25
	Correções de erros (IAS 8)								0,00
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)								0,00
	Demonstração da posição financeira de abertura alterado	21.000.000,00	14.708.059,26	-2.056.486,62	678.220,34	(1.276.013,44)	(1.459.143,67)	1.105.728,38	32.700.364,25
18	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos disponíveis para venda		6.080.478,34	(546.426,92)			(903.840,86)		4.630.210,56
17	Aumentos de reservas por aplicação de resultados				110.572,84	995.155,54		(1.105.728,38)	0,00
27	Desvios atuariais reconhecidos nas reservas					8.555,61			8.555,61
	Total das variações do capital próprio	0,00	6.080.478,34	(546.426,92)	110.572,84	1.003.711,15	(903.840,86)	(1.105.728,38)	4.638.766,17
	Resultado líquido do período							1.661.163,76	1.661.163,76
	Distribuição antecipada de lucros								0,00
	Demonstração da posição financeira a 31 de Dezembro 2017	21.000.000,00	20.788.537,60	(2.602.913,54)	788.793,18	(272.302,29)	(2.362.984,53)	1.661.163,76	39.000.294,18

Notas do anexo	Demonstração do Rendimento Integral	Exercício 2018			Exercício anterior (2017)
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica	
	Itens que poderão vir a ser reclassificados para a Demonstração de Resultados	(1.516.681,79)		(1.516.681,79)	5.534.051,42
18	Varição de da reserva de justo valor dos ativos disponíveis para venda	(1.626.131,76)		(1.626.131,76)	6.080.478,34
18	Impostos correntes e diferidos	109.449,97		109.449,97	(546.426,92)
	Itens que não irão ser reclassificados para a Demonstração de Resultados	4.339,58		4.339,58	8.555,61
27	Varição de desvios atuariais reconhecidos nas reservas	4.339,58		4.339,58	8.555,61
	Impostos correntes e diferidos			0,00	0,00
	Outro rendimento integral do exercício depois de impostos	(1.512.342,21)		(1.512.342,21)	5.542.607,03
	Resultado Líquido do Exercício	2.155.287,31		(443.694,72)	1.661.163,76
	Total do Rendimento Integral do Exercício	642.945,10		(443.694,72)	7.203.770,79

Notas do anexo	Fluxo de Caixa	Exercício 2018	Exercício anterior (2017)
Atividades operacionais			
	Prémios recebidos *	40.398.203,91	46.049.196,71
	Sinistros pagos	(49.290.056,15)	(36.037.101,03)
	Pagamentos comissões	(889.667,72)	(2.035.675,20)
	Entradas resseguro	198.328,47	76.313,96
	Saídas resseguro	(508.980,27)	(621.354,15)
	Outros recebimentos	885.480,90	265.980,12
	Outros pagamentos	(5.646.413,91)	(5.914.780,51)
	Imposto sobre o rendimento	(2.080.824,39)	(221.524,95)
Total fluxos operacionais		(16.933.929,16)	1.561.054,95
Atividades de investimento			
	(Aquisições)/Alienações de ativos tangíveis e intangíveis	(176.917,20)	(122.420,91)
	Títulos de dívida – compras	(52.594.056,52)	(94.987.247,80)
	Títulos de dívida – vendas	62.492.216,77	87.043.481,47
	Instrumentos capital e UP's – compras	(10.011.957,83)	(5.392.030,16)
	Instrumentos capital e UP's – vendas	7.149.956,00	4.070.757,38
	Juros recebidos	10.246.725,31	10.412.279,07
	Dividendos recebidos	595.576,60	437.058,91
	Outros investimentos	0,00	0,00
Total fluxos investimento		17.701.543,13	1.461.877,96
	Efeito cambial	597,62	7.920,00
	Aumento caixa	768.211,59	3.030.852,91
	Caixa no início	7.028.856,96	3.998.004,05
3	Caixa no fim	7.797.068,55	7.028.856,96

* Inclui o prémio puro e impostos/taxas cobradas diretamente ao cliente.



4 Notas às Demonstrações Financeiras

Índice

MAPFRE – Seguros de Vida, S.A.

1. Informações Gerais	34	22. Participação nos Resultados, Líquida de Resseguro (variação)	73
2. Políticas Contabilísticas	35	23. Outras Provisões Técnicas, Líquidas de Resseguro (variação)	73
3. Caixa e seus Equivalentes e Depósitos à Ordem	48	24. Custos e Gastos de Exploração Líquidos	74
4. Ativos Financeiros Classificados no Reconhecimento Inicial ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas	48	25. Custos de Aquisição	75
5. Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	51	26. Gastos com o Pessoal	76
6. Empréstimos Concedidos e Contas a Receber	54	27. Obrigações com Benefícios dos Empregados	76
7. Outros Ativos Tangíveis	55	28. Rendimentos	82
8. Outros Ativos Intangíveis	56	29. Gastos Financeiros	83
9. Provisões Técnicas de Resseguro Cedido	57	30. Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros não Valorizados ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas	84
10. Outros Devedores por Operações de Seguros e Outras Operações	58	31. Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros Valorizados ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas	84
11. Ativos e Passivos por Impostos e Taxas	59	32. Outros Rendimentos e Gastos Técnicos, Líquidos de Resseguro	85
12. Afetação dos Investimentos e Outros Ativos	62	33. Ajustamentos e Outras Provisões (variação)	85
13. Provisões Técnicas	63	34. Outros Rendimentos e Gastos	86
14. Passivos Financeiros da Componente de Depósito de Contratos de Seguro e de Contratos de Seguro e Operações Considerados para Efeitos Contabilísticos como Contratos de Investimento	67	35. Relato por Segmentos	86
15. Outros Credores por Operações de Seguros e Outras Operações	68	36. Entidades Relacionadas	88
16. Acréscimos e Diferimentos	68	37. Divulgações Relativas aos Riscos Resultantes de Contratos de Seguro	94
17. Capital	69	38. Divulgações Relativas aos Riscos Resultantes de Instrumentos Financeiros	98
18. Reservas	69	39. Divulgações Relativas à Gestão de Riscos e Gestão de Capital	104
19. Prémios Adquiridos, Líquidos de Resseguro	71	40. Elementos Extrapatrimoniais	108
20. Custos com Sinistros, Líquidos de Resseguro	72	41. Acontecimentos Após a Data de Balanço não Descritos em Pontos Anteriores	108
21. Provisão Matemática do Ramo Vida, Líquida de Resseguro (variação)	73	42. Normas Contabilísticas e Interpretações Recentemente Emitidas	108
		O Conselho de Administração	113

1. Informações Gerais

A MAPFRE – Seguros de Vida, S.A. (Companhia), foi constituída por escritura a 12 de agosto de 2009, com o capital social de 7.500.000 €, posteriormente ampliado para 21.000.000 €, detido na sua totalidade pela MAPFRE – Seguros Gerais, S.A., formalmente constituída como seguradora através da Norma de Autorização n.º 1/2009-A da ASF.

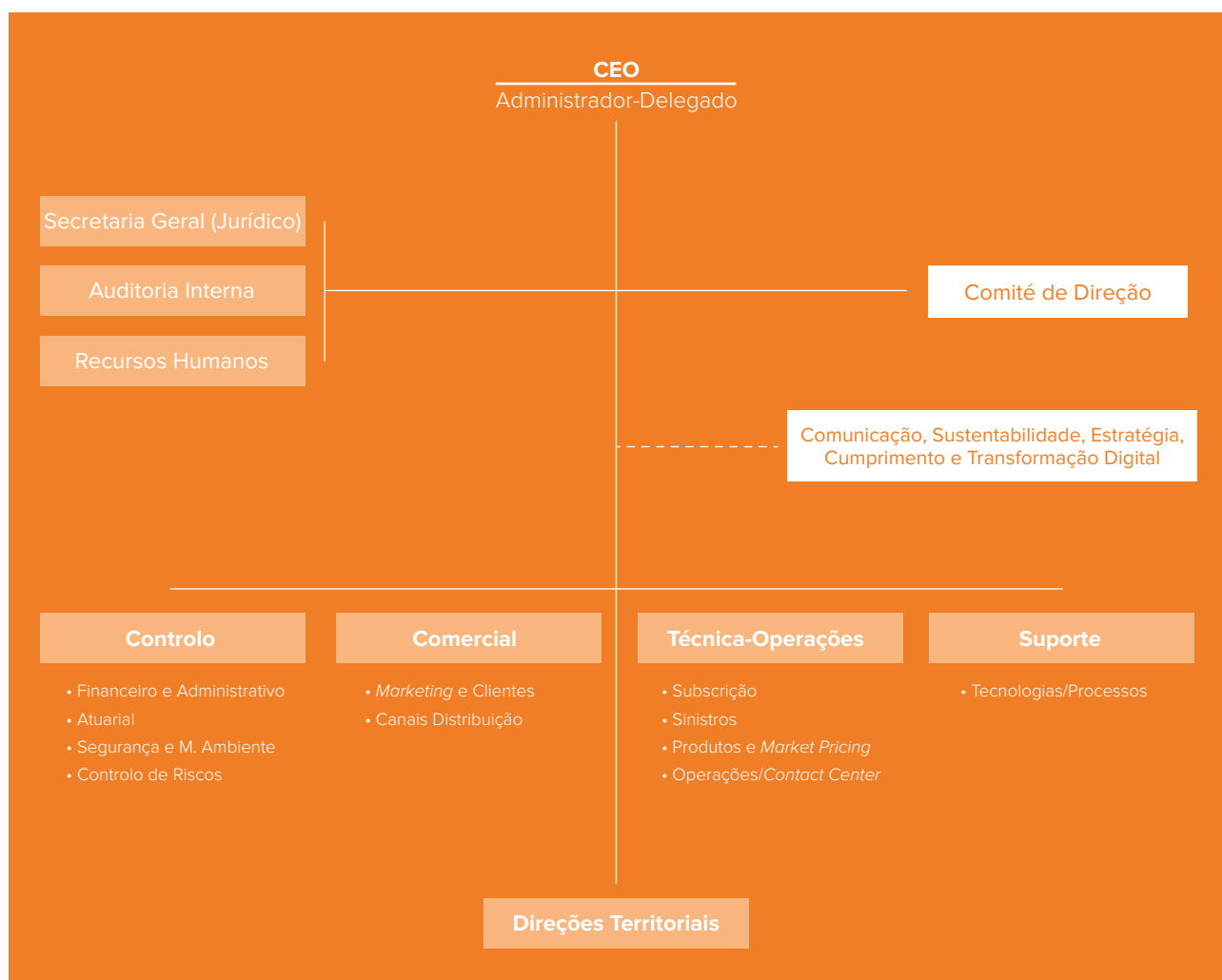
Iniciou a atividade a 1 de janeiro de 2010 e adquiriu com efeito a 1 de janeiro de 2010, conforme escritura de cessão total, de 19 de julho de 2010, a carteira, os ativos e os passivos da Agência Geral em Portugal da MAPFRE Vida, Companhia de Seguros y Reaseguros sobre la Vida Humana, S.A.

A sociedade foi constituída em Portugal e o seu domicílio social encontra-se em Lisboa, na Rua Castilho, 52.

A MAPFRE dispõe de uma estrutura organizativa de acordo com o organigrama seguinte:

A MAPFRE – Seguros de Vida, S.A., explora a totalidade dos Seguros de Vida e Seguros Ligados a Fundos de Investimento, definidos no Artigo 124.º do Decreto-Lei 94-B/98, e emitiu no ano de 2018 prémios de contratos de seguros no valor de 37,75 milhões de euros e contratos de seguro considerados para efeitos contabilístico como contratos de investimento no valor de 1,53 milhões de euros.

No relatório de gestão, elaborado pelos membros da administração, foram abordadas as conjunturas, económica e de mercado, em que a Companhia opera, efetuado um resumo da atividade desenvolvida em 2018, apresentados alguns indicadores de gestão que demonstram o comportamento das rubricas mais importantes do negócio e, por último, divulgado o plano estratégico da Companhia para o ano de 2019, que continua a assentar em três pilares primordiais – Crescimento, Rentabilidade e Responsabilidade Empresarial.



2. Políticas Contabilísticas

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da MAPFRE – Seguros de Vida, S.A. agora apresentadas reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros, emitido pela ASF e alterado pela Norma Regulamentar n.º 3/2018-R, de 29 de março, cujo objeto passa por estabelecer o regime contabilístico aplicável às empresas de seguros e de resseguros sujeitas à supervisão da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e respetivo plano de contas, inserindo-se no âmbito de convergência para as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) adotadas nos termos do artigo 3.º do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho. As mesmas foram ainda preparadas, de acordo com as normas estabelecidas pela ASF, relativas à contabilização das operações das empresas de seguros.

Este Plano de Contas introduz os International Financial Reporting Standards (IFRS) em vigor tal como adotados na União Europeia. Nesse sentido, são adotadas todas as NIC, com exceção da IFRS 4, da qual apenas são adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros e de divulgação, além das opções de isenção temporária da IFRS 9 (*deferral approach*) e da abordagem da sobreposição (*overlay approach*).

A partir de 1 de janeiro de 2018, as empresas de seguros que cumpram determinados requisitos podem optar entre a aplicação, da IFRS 9 – Instrumentos financeiros ou continuar a aplicar a International Accounting Standard (IAS) 39 – Instrumentos financeiros até, no limite, à data de eficácia da IFRS 17 – Contratos de seguro, prevista para 1 de janeiro de 2022. A Companhia optou por continuar a aplicar a IAS 39 e assim fazer coincidir a data de efetividade da IFRS 17 com a da IFRS 9.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo Internacional Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC).



O plano estratégico da Companhia para o ano de 2019 continua a assentar em três pilares primordiais – Crescimento, Rentabilidade e Responsabilidade Empresarial.

No exercício de 2018, as Demonstrações Financeiras foram preparadas em euros.

Na preparação das demonstrações financeiras foram utilizados os pressupostos do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação e da continuidade, tendo sido preparadas com base nos livros e registos contabilísticos da Companhia. As demonstrações financeiras foram preparadas na base do custo histórico, exceto no que respeita aos ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas e aos ativos financeiros disponíveis para venda, que foram mensurados ao justo valor.

As demonstrações financeiras da Companhia são integradas nas demonstrações financeiras do Grupo MAPFRE em Espanha, as quais podem ser obtidas em www.mapfre.com.

As demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 13 de março de 2019.

2.2. Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, o caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco insignificante de alteração de valor onde se incluem o caixa e disponibilidades em instituições de crédito. Todas as contas bancárias detidas pela Companhia correspondem a contas em euros.



2.3. Instrumentos financeiros

a) Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Os ativos financeiros encontram-se classificados nas categorias de “Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas”, “Ativos financeiros disponíveis para venda” e “Empréstimos concedidos e contas a receber”.

Ativos financeiros classificados no momento inicial ao justo valor por via de ganhos e perdas

Esta categoria inclui:

- Os ativos financeiros de negociação, que são os adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo;
- Os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Esta categoria inclui:

- Ativos financeiros não derivados em que existe intenção de manter por tempo indeterminado;
- Ativos que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial;
- Ativos que não se enquadrem nas categorias restantes.

Empréstimos sobre apólices

Esta categoria inclui os valores a receber relacionados com operações de seguro direto, resseguro cedido e transações relacionadas com contratos de seguro e outras transações.

As aquisições e alienações de ativos financeiros classificados no momento inicial ao justo valor por via de ganhos e perdas e de ativos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidas na data da negociação (“*trade date*”), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros classificados no momento inicial ao justo valor por via de ganhos e perdas, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa; quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção; quando a Companhia tenha transferido o controlo sobre os ativos.

b) Mensuração subsequente

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um ativo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado.

Para a identificação do justo valor dos títulos de rendimento variável e dos títulos de dívida cotados, a Companhia adota os dados de cotação da Bloomberg, do último dia do período de reporte.

O custo de aquisição dos títulos de dívida é reajustado pelo método da taxa efetiva. A taxa efetiva é a taxa que desconta o valor de reembolso para o valor de aquisição. Este reajustamento traduz o reconhecimento da diferença entre o valor de aquisição e o valor de reembolso ao longo da vida remanescente do título.

Quando a cotação do instrumento financeiro não é considerada suficientemente representativa (mercado ilíquido), o justo valor determina-se através de um modelo de cálculo, considerado adequado a cada situação concreta. Na Nota 5.2 detalham-se os procedimentos adotados pela Companhia com vista à aplicação desta metodologia.

De ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas
Após o seu reconhecimento inicial, são subsequentemente avaliados ao justo valor, sem deduzir nenhum custo de transação em que se pudesse incorrer para a sua venda, sendo os respetivos ganhos e perdas refletidos na rubrica "Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas".

Os efeitos do reajustamento do custo de aquisição para o valor de reembolso dos títulos de dívida, são diretamente registados em resultados, nas rubricas de "Rendimentos Outros" ou de "Gastos financeiros Outros".

Os juros relativos a instrumentos de dívida, classificados nesta categoria, são reconhecidos em "Rendimentos Outros".

Os dividendos de instrumentos de capital, classificados nesta categoria, são registados como ganhos na rubrica "Rendimentos Outros", quando é estabelecido o direito da Companhia ao seu recebimento.

Os investimentos afetos a produtos em que o risco é suportado pelos tomadores de seguro, estão considerados ao justo valor na categoria de ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas.

De ativos financeiros disponíveis para venda
Após o reconhecimento inicial, cujo valor inclui os custos de transação diretamente relacionados com a sua aquisição, são subsequentemente avaliados ao justo valor, sem deduzir nenhum custo de transação em que se pudesse incorrer para a sua venda, sendo os respetivos ganhos e perdas refletidos na rubrica "Reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda" até à sua venda, momento no qual o valor acumulado é transferido para resultados do exercício para a rubrica "Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas de ativos disponíveis para venda".

Os efeitos do reajustamento do custo de aquisição para o valor de reembolso dos títulos de dívida, são diretamente registados em resultados, nas rubricas de "Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas" ou de "Gastos financeiros de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas".

Os juros relativos a instrumentos de dívida, classificados nesta categoria, são reconhecidos em “Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas”.

Os dividendos de instrumentos de capital, classificados nesta categoria, são registados como ganhos na rubrica “Outros rendimentos”, quando é estabelecido o direito da Companhia ao seu recebimento.

As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados, na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão) de ativos disponíveis para venda”.

De empréstimos sobre apólices

Os empréstimos concedidos e contas a receber, são posteriormente valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

Imparidade

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Sempre que exista evidência objetiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para gastos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, sendo registadas na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversões) de ativos disponíveis para venda”.

A Norma IAS 39 prevê os seguintes indícios específicos para imparidade em instrumentos de capital, entre os quais:

- Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado; e
- Um declínio prolongado ou significativo do valor de mercado abaixo do preço de custo.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital valorizado ao justo valor não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são refletidas em “Reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda”.

A valorização é corrigida, com efeito, em resultado quando existe evidência objetiva de algum evento que suponha um impacto significativo nos fluxos futuros ou na recuperação do valor contabilizado.

Constituem evidências de imparidade as seguintes situações:

Nos títulos de rendimento fixo:

- Dificuldades financeiras importantes por parte do emissor;
- Incumprimento dos termos contratuais;
- Probabilidade manifesta de insolvência; e
- Existência de um padrão histórico de comportamento que indique a impossibilidade de recuperar o valor completo da carteira de ativos.

Nos títulos de rendimento variável:

- Desvalorização continuada quando esta se verifica por mais de 18 meses, ou desvalorização de valor significativo quando esta for superior a 40%.

Uma vez que a IAS 39, a respeito do reconhecimento de imparidade, se limita a enunciar princípios e a indicar possíveis indícios, nos quais se inclui *“um declínio significativo ou prolongado no justo valor de um investimento num instrumento de capital próprio abaixo do seu custo”*, a MAPFRE adota aqueles parâmetros considerando que traduzem a substância deste preceito e tendo em conta os seguintes aspetos:

- Serem consistentes com os critérios definidos internacionalmente para o Grupo MAPFRE;
- A necessidade de considerar um tempo suficiente para atenuar os efeitos de volatilidades anormais de mercado; e
- O facto da sua política de investimentos privilegiar instrumentos de capital de elevada qualidade creditícia.

A Companhia decidiu manter os mesmos parâmetros em referência às contas do ano 2017 com base nos comentários emitidos em julho de 2009 pelo IFRIC, segundo a qual esta entidade reconhece que:

- A determinação de um declínio significativo ou prolongado requer a aplicação de julgamento, o qual deve ter por base normas internas e ser aplicado de forma consistente;
- Existem práticas diversas, motivo pelo qual o IASB decidiu acelerar o projeto de substituição da IAS 39; e
- Não era oportuno tomar uma posição imediata sobre o assunto.

2.4. Outros ativos tangíveis

Os outros ativos tangíveis estão valorizados ao custo de aquisição. As amortizações são efetuadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos (com início no mês de aquisição dos bens), a taxas calculadas para que o valor dos ativos seja amortizado durante a sua vida útil estimada.

<i>Outros Ativos Tangíveis</i>	N.º Anos
Equipamento administrativo	8
Máquinas e ferramentas	4 a 8
Equipamento informático	3
Instalações interiores	4 a 10
Outros equipamentos	4 a 8



Os bens de valor inferior ou igual a 1.000 € são totalmente amortizados no exercício em que se verifica a aquisição.

Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como gasto do exercício.

Periodicamente, são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em outros ativos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos ativos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso e o justo valor deduzido dos custos de venda), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo na conta de ganhos e perdas. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em ganhos e perdas do exercício, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do ativo.

Os elementos tangíveis são anulados da contabilidade em caso de venda ou quando já não se espera obter benefícios económicos futuros derivados da sua utilização. Nestes casos, as perdas ou ganhos daí derivados são contabilizados na conta de resultados do exercício de ocorrência.

2.5. Ativos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados pelo método das quotas constantes, por duodécimos (com início no mês de aquisição dos bens), para que o valor do ativo seja amortizado durante a sua vida útil estimada de três anos.

Os custos diretamente relacionados com a produção de produtos informáticos desenvolvidos pela Companhia, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis.

Os custos com desenvolvimento de *software* informático, reconhecidos como ativos são amortizados de forma linear ao longo da respetiva vida útil esperada.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

2.6. Ajustamentos de recibos por cobrar e de créditos para cobrança duvidosa

Os montantes destes ajustamentos são calculados nos termos de normas específicas da ASF sobre recibos por cobrar e créditos de cobrança duvidosa – créditos já vencidos em mora sem garantia real sobre os mesmos.

No que respeita aos recibos pendentes de cobrança, destina-se a reduzir o montante dos recibos por cobrar para o seu valor provável de realização e é calculada mediante a aplicação de uma percentagem média, correspondente à taxa da receita líquida da Companhia, aos recibos com cobranças em atraso nos termos definidos na Norma 16/2006-R da ASF.

2.7. Impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos e são refletidos na conta de ganhos e perdas do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas em outras rubricas de capital próprio (caso da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício, sendo posteriormente reconhecidos em resultado no momento em que forem reconhecidos os ganhos e perdas que lhe deram origem.

a) Impostos correntes

Os impostos correntes são apurados com base no lucro tributável, apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição. A determinação dos impostos sobre os lucros requer um conjunto de atuações e estimativas que podem resultar num nível diferente de imposto, consoante a interpretação.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as autoridades fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia durante um período de quatro anos, exceto quando tenha havido reporte de prejuízos fiscais, deduções de crédito de imposto, bem como quaisquer outras deduções (em que este prazo passará a ser o do exercício desse direito).

Desta forma, é possível existirem correções à matéria coletável, resultante principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção



do Conselho de Administração da Companhia que não haverá correções aos impostos sobre os lucros registados nas Demonstrações Financeiras.

b) Impostos diferidos

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar ou a pagar em períodos futuros, resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

São registados passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Apenas são registados impostos diferidos ativos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou reporte de prejuízos fiscais. Não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

2.8. Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem passivos de contratos de investimento. Estes passivos financeiros são registados (1) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (2) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva, com a exceção dos passivos por contratos de investimento em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, os quais são registados ao justo valor.

A Companhia procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados ou extintos.

2.9. Outros credores

A valorização efetua-se ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Tratando-se de dívidas com vencimento superior a um ano, sem que as partes tenham acordado expressamente a taxa de juro aplicável, descontam-se tomando a taxa de juro vigente de títulos de dívida pública de prazo similar ao vencimento das mesmas, sem prejuízo de se considerar um prémio de risco.

2.10. Outros devedores

Os empréstimos concedidos e contas a receber, são posteriormente valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

2.11. Acréscimos e diferimentos

O princípio geral de reconhecimento de rendimentos e gastos é o critério económico segundo o qual a imputação de rendimentos e gastos é efetuada em função do usufruto real de bens e serviços, independentemente do momento em que se efetue o pagamento.

A rubrica de acréscimos e diferimentos destina-se a permitir o registo dos gastos e dos rendimentos nos exercícios a que respeitam.

No ativo registam-se os rendimentos que respeitam ao exercício, mas cuja liquidação só ocorre em exercícios posteriores, bem como as transações ocorridas no exercício cujo gasto respeite a exercícios posteriores.

No passivo incluem-se as transações ocorridas no exercício, mas cujo rendimento é imputável a exercícios posteriores, bem como os gastos correspondentes ao exercício, mas cujas liquidações irão ocorrer em exercícios posteriores.

2.12. Outras provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída, quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados, relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

2.13. Contratos de seguro

a) Classificação de produtos

A Companhia emite contratos com risco de seguro e ou risco financeiro. A classificação dos contratos tem por base o estipulado na IFRS 4, ou seja, existência de transferência de risco do segurado para a seguradora e de participação nos resultados discricionária.

Nos produtos em que são observadas as condições acima descritas os prémios brutos emitidos relativos a esses contratos são registados como proveito na conta de ganhos e perdas, na rubrica “Prémios brutos emitidos”, tendo em conta o princípio da especialização dos exercícios, através da contabilização dos prémios diferidos na rubrica “Provisão para prémios não adquiridos (variação)”.

Nos restantes produtos, os valores entregues assumem a forma de uma responsabilidade financeira e são registados no passivo, na rubrica “Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento”.

b) Reconhecimento de ganhos e perdas em contratos de seguros

Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

Prémios

Os prémios brutos emitidos de seguro direto e de resseguro aceite e os de resseguro cedido são registados respetivamente como proveitos e custos, no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Custos de aquisição

Os custos de aquisição, direta ou indiretamente relacionados com a venda de contratos, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data de balanço.

Custos com sinistros

Os custos com os sinistros do seguro direto e do resseguro cedido, em resultado dos critérios de provisionamento de sinistros descritos na alínea d) desta Nota, são reconhecidos na data de ocorrência dos sinistros.

c) Provisão matemática

A provisão matemática é calculada, apólice por apólice, segundo o método atuarial prospetivo que, tendo em atenção os prémios futuros a receber, tem em consideração todas as obrigações futuras, de acordo com as condições de cada um dos contratos. Desta forma, a provisão matemática inclui a avaliação resultante do teste de adequação das responsabilidades.

A base de cálculo é o prémio de inventário correspondente ao exercício, constituído pelo prémio puro mais os encargos de gestão, ambos determinados utilizando as melhores estimativas de mortalidade, rendimentos dos investimentos e gastos de gestão no momento da emissão dos contratos. Estas bases técnicas são divulgadas nos prospectos dos produtos e mantêm-se inalteráveis durante todo o período de vigência do contrato.

Os cálculos da provisão matemática são efetuados com base em pressupostos atuariais aprovados pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

d) Provisão para sinistros

Sinistros conhecidos e pendentes de liquidação
Esta provisão corresponde ao valor dos sinistros ocorridos e ainda por liquidar. Estão incluídos nesta provisão nomeadamente os valores correspondentes



aos vencimentos de contratos já vencidos mas não liquidados e aos sinistros de morte ou invalidez, enquanto decorre a tramitação processual do sinistro.

Sinistros pendentes de declaração (IBNR)

O valor das responsabilidades provenientes de sinistros já ocorridos mas não declarados à data de encerramento das contas com recurso a métodos estatísticos e histórico da Companhia.

e) Provisão para participação nos resultados

Provisão para participação nos resultados atribuída
Esta provisão corresponde aos montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários de contratos, a título de participação nos resultados, para distribuição posterior.

A participação nos resultados atribuída é calculada de acordo com o plano de participação nos resultados de cada modalidade e registada no passivo na rubrica “Provisão para participação nos resultados atribuída”.



Normalmente é distribuída no início do exercício seguinte por incorporação nas provisões matemáticas, dos contratos em vigor a 31 de dezembro do exercício anterior.

Provisão para participação nos resultados a atribuir
Corresponde às mais-valias potenciais dos investimentos afetos a seguros de vida com participação nos resultados, na parte que seja atribuível ao tomador do seguro ou beneficiário do contrato.

A participação nos resultados a atribuir refere-se aos ganhos e perdas potenciais dos ativos financeiros afetos aos fundos autónomos pertencentes a cada modalidade ou grupos de modalidades, desde que esses ganhos e perdas sejam positivos. O cálculo é efetuado como o descrito no parágrafo anterior e o seu valor registado no passivo, na rubrica “Provisão para participação nos resultados a atribuir”.

f) Provisão para prémios não adquiridos do seguro direto e custos de aquisição diferidos

A provisão para prémios não adquiridos inclui a parte dos prémios brutos emitidos, relativamente a cada um dos contratos em vigor, a imputar a um ou vários dos exercícios seguintes. Esta provisão foi calculada de acordo com as disposições estabelecidas na Norma Regulamentar n.º 3/2018-R, de 29 de março emitida pela ASF, utilizando o método *pro-rata temporis*, e destina-se a garantir a cobertura dos riscos assumidos e dos encargos deles resultantes durante o período compreendido entre o final do exercício e a data de vencimento de cada um dos contratos de seguro.

A provisão registada no Balanço encontra-se deduzida dos custos de aquisição imputados a exercícios seguintes, na mesma proporção da especialização dos prémios.

g) Provisão técnica relativa a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro

As provisões dos seguros de Vida em que contratualmente se estipulou que o risco do investimento é suportado integralmente pelo tomador do seguro, são calculadas apólice por apólice e o seu valor é encontrado em função dos ativos especificamente afetos para determinar o valor dos direitos.

h) Provisões técnicas de resseguro cedido

As provisões técnicas de resseguro cedido correspondem à quota-parte da responsabilidade dos resseguradores nas responsabilidades da Companhia e são calculadas de acordo com os mesmos critérios do seguro direto, que se detalham nesta Nota e de acordo com as condições dos contratos em vigor, conforme se detalha na Nota 37.

2.14. Imputação de gastos por funções e por segmentos

Os custos e gastos são, em primeiro lugar, registados por natureza, sendo posteriormente imputados por funções e adicionalmente imputados, também, por grupos de ramos.

As funções consideradas no âmbito desta imputação são a função de gestão dos sinistros, a função de aquisição de negócios, a função de administração e a função de gestão de investimentos.

São apresentados na Nota 24.2. os critérios adotados pela Companhia na determinação destas imputações.

2.15. Benefícios dos empregados

a) Benefícios pós emprego – responsabilidades com pensões

Plano de contribuição definida

Encontram-se abrangidos por este plano, todos os trabalhadores que aderiram ao Acordo Coletivo de Trabalho da atividade seguradora que entrou em vigor no dia 29/01/2016.

A contribuição anual para este plano é efetuada nos termos da cláusula 50.^a e 51.^a, bem como no Anexo V do referido Acordo, sendo contabilizada como custo do exercício, na conta de ganhos e perdas.

Planos de benefício definido

Encontram-se abrangidos por este plano os trabalhadores não aderentes ao Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora que entrou em vigor no dia 15/01/2012 e que, naquela data, cumpriam as condições previstas no Capítulo V do Contrato Coletivo de Trabalho publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 32, de 29 de agosto de 2008, com as alterações constantes do Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 29, 8 de agosto de 2009.

Encontram-se ainda abrangidos por este plano os trabalhadores que em 2016 optaram pelo Contrato Coletivo de Trabalho publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 32, de 29 de agosto de 2008, com as alterações constantes do Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 29, 8 de agosto de 2009.

O valor integralmente financiado das responsabilidades por serviços passados, derivadas desse plano, obedece ao estipulado na cláusula 56.^a do Contrato Coletivo de Trabalho publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 32, de 29 de agosto de 2008, com as alterações constantes do Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 29, 8 de agosto de 2009, sendo o valor atual dessas responsabilidades determinado anualmente nos termos da IAS 19, pelo método de valoração atuarial da Unidade de Crédito Projetada e tendo por base pressupostos atuariais considerados adequados, que se detalham na Nota 27.2.

Os desvios determinados anualmente em resultado de:

- (i) ganhos e perdas atuarias decorrentes da diferença entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores reais obtidos, e de alterações nesses pressupostos atuariais, e;
- (ii) ganhos e perdas resultantes da diferença entre o retorno

considerado para os ativos do plano e a taxa de retorno real, são reconhecidos em outro rendimento integral.

b) Prémio de permanência

As responsabilidades decorrentes da cláusula 42.^a do Acordo Coletivo de Trabalho da atividade seguradora em vigor desde 29/01/2016 são calculadas anualmente utilizando o método *pro-rata temporis*, em função da data em que o pagamento será devido a cada trabalhador, sendo o custo do exercício reconhecido na conta de ganhos e perdas.

c) Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo (vencíveis num período inferior a 12 meses) são, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, refletidos em rubricas apropriadas de ganhos e perdas no período a que respeitam.

2.16. Operações em moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros às taxas de câmbio de referência do Banco Central Europeu na data de referência do Balanço.

Os itens não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os itens não monetários que sejam mantidos ao custo histórico são mantidos ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão são reconhecidas como ganhos ou perdas do período na conta de ganhos e perdas, com exceção das originadas por instrumentos financeiros não monetários classificados como disponíveis para venda, que são registadas por contrapartida de uma rubrica específica de capital próprio até à alienação do ativo.

2.17. Locações

A Companhia classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da sua substância e não da sua forma legal.

São locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidos para o locatário. Estes contratos são registados na data do seu início no ativo e no passivo pelo custo de aquisição do ativo locado.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo ao longo do período da locação.

Todas as restantes são locações operacionais, sendo as rendas pagas ao longo do contrato registadas em custos nos períodos a que dizem respeito.

2.18. Estimativas contabilísticas críticas e julgamentos mais relevantes utilizados na aplicação das políticas contabilísticas

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são apresentadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

a) Benefícios dos empregados

Conforme descrito na Nota 2.15. das bases de mensuração e políticas contabilísticas, as responsabilidades da Companhia por benefícios pós-emprego – planos de benefício definido – concedidos a alguns dos seus empregados são determinadas com base em avaliações atuariais. Estas avaliações atuariais incorporam pressupostos financeiros e atuariais de acordo com a melhor estimativa da Companhia e dos seus atuários relativamente à evolução e comportamento futuro destas variáveis.

b) Provisões técnicas

A determinação das responsabilidades da Companhia por contratos de seguros é efetuada com base nas metodologias e pressupostos descritos na Nota 2.13. das bases de mensuração e políticas contabilísticas e na Nota 13.

Face à sua natureza, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguros reveste-se de um elevado nível de subjetividade, podendo os valores, a verificar-se, virem a ser diferentes das estimativas reconhecidas em balanço.

No entanto, a Companhia considera que os passivos determinados com base nas metodologias aplicadas refletem de forma adequada a melhor estimativa nesta data das responsabilidades a que a Companhia se encontra obrigada.

c) Imparidade de ativos financeiros disponíveis para venda

A Companhia determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento.

De acordo com as políticas da Companhia, 40% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 18 meses é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição, para instrumentos de capital e eventos que alterem os *cash flows* futuros estimados para títulos de dívida.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Da utilização de metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados da Companhia.

d) Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros são determinados com base no enquadramento regulamentar fiscal em vigor. No entanto, diferentes interpretações da legislação em vigor poderão vir a afetar o valor dos impostos sobre

lucros. Em consequência, os valores registados em balanço, os quais resultam do melhor entendimento da Companhia sobre o correto enquadramento das suas operações, poderão vir a sofrer alterações com base em diferentes interpretações por parte das autoridades Fiscais.

As estimativas e hipóteses utilizadas são revistas de forma periódica e estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes em cada momento.

e) Impostos diferidos

São reconhecidos impostos diferidos quando:

- As quantias inscritas no resultado antes de imposto do exercício não coincidam com as quantias relevantes para determinação do cálculo do imposto, com referência ao período, e as diferenças entre aquelas quantias sejam temporárias e reversíveis em período posterior, ou decorram da extinção ou reversão daquelas diferenças – resultando em passivos por impostos diferidos ou em ativos por impostos diferidos;
- Existem “prejuízos fiscais” – a que, em certas condições, possam ficar associados ativos por impostos diferidos, apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro, capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis; e
- As reavaliações, geradoras de aumentos de capital próprio em que o valor contabilístico reavaliado dos elementos patrimoniais seja superior ao inerente valor relevante para o cálculo do imposto – geradores de um passivo por impostos diferidos.



3. Caixa e Seus Equivalentes e Depósitos à Ordem

Os componentes de caixa, no fim do período, são representados pelo saldo de caixa e pelo total dos saldos das contas bancárias, de acordo com o quadro abaixo:

		Euros	
Caixa e Equivalentes e Depósitos à Ordem		2018	2017
Caixa e equivalentes		3.209,39	101,39
Depósitos à ordem		7.793.859,16	7.028.755,57
Total		7.797.068,55	7.028.856,96

4. Ativos Financeiros Classificados no Reconhecimento Inicial ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas

4.1. Rubricas de balanço

Os instrumentos financeiros classificados na categoria de “Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas” são constituídos por unidades de participação em fundos de investimento mobiliário e títulos de dívida.

A reconciliação dos saldos iniciais e finais encontra-se no quadro seguinte:

		Euros		
<i>Rubrica</i>	2018			Valor contabilístico
	Títulos de dívida	Unidades de participação		
Saldo inicial	22.976.863,05	3.672.786,13		26.649.649,18
Aquisições (a valor aquisição)	15.249.608,90	1.164.000,00		16.413.608,90
Vendas (a valor venda)	(4.866.390,55)	(339.361,02)		(5.205.751,57)
Reembolsos (a valor reembolso)	-	-		-
Variação do justo valor (reserva de reavaliação)	-	-		-
Variação do justo valor (ganhos e perdas)	133.886,52	(244.230,05)		(110.343,53)
Variação do custo amortizado	(92.880,58)	-		(92.880,58)
Variação juro decorrido	145.431,84	-		145.431,84
Saldo final	33.546.519,18	4.253.195,06		37.799.714,24

		Euros		
<i>Rubrica</i>	2017			Valor contabilístico
	Títulos de dívida	Unidades de participação		
Saldo inicial	10.000.707,30	3.501.736,92		13.502.444,22
Aquisições (a valor aquisição)	11.490.552,10	893.200,00		12.383.752,10
Vendas (a valor venda)	-	(765.358,87)		(765.358,87)
Reembolsos (a valor reembolso)	-	-		-
Variação do justo valor (reserva de reavaliação)	-	-		-
Variação do justo valor (ganhos e perdas)	1.431.392,50	43.208,08		1.474.600,58
Variação do custo amortizado	(21.277,60)	-		(21.277,60)
Variação juro decorrido	75.488,75	-		75.488,75
Saldo final	22.976.863,05	3.672.786,13		26.649.649,18

Apresenta-se, no quadro abaixo, a decomposição, por classificação contabilística dos instrumentos financeiros:

Euros

2018					
Classificação do Ativo	Valor contabilístico				
	Aquisição	Custo amortizado	Ajustamento ao justo valor	Juro	Total
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas					
Unidades de participação	4.408.909,78	-	(155.714,72)	-	4.253.195,06
Títulos de dívida – pública	21.984.288,41	(98.690,93)	847.665,15	220.920,59	22.954.183,22
Títulos de dívida – de outros emissores	10.005.000,00	(2.163,42)	513.235,81	76.263,57	10.592.335,96
Total	36.398.198,19	(100.854,35)	1.205.186,24	297.184,16	37.799.714,24

Euros

2017					
Classificação do Ativo	Valor contabilístico				
	Aquisição	Custo amortizado	Ajustamento ao justo valor	Juro	Total
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas					
Unidades de participação	3.574.621,53	-	98.164,60	-	3.672.786,13
Títulos de dívida – pública	11.490.552,10	(20.587,44)	676.742,53	75.488,75	12.222.195,94
Títulos de dívida – de outros emissores	10.005.000,00	(1.454,70)	674.858,24	76.263,57	10.754.667,11
Total	25.070.173,63	(22.042,14)	1.449.765,37	151.752,32	26.649.649,18

Nos Anexos I.1.1. e I.1.2. das Notas às Demonstrações Financeiras Individuais, apresenta-se o inventário de participações e instrumentos financeiros, no qual se detalham por código de ISIN os instrumentos financeiros que fazem parte integrante do total apresentado no Balanço em “Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas”.

4.2. Justo valor

Regra geral, os títulos de rendimento fixo estão valorizados à cotação de fecho dos mercados, obtida através da *Bloomberg*.

Contudo, no exercício de 2018, existiram exceções, e, alguns títulos de rendimento fixo foram valorizados ao modelo interno (considerando a cotação de mercado), praticado pela gestora dos ativos, o qual se descreve abaixo:

- Através da *Bloomberg* obtêm-se as cotações para cada título;
- Com esta cotação, obtêm-se o *spread* implícito sobre a curva *swap* euro;
- Automaticamente, é realizado um controlo para detetar se o *spread* se encontra dentro de um intervalo dinâmico, para mais ou para menos, em referência ao *spread* médio das duas últimas sessões;
- Se fica dentro, aceita o *spread* e, portanto, a cotação;
- Se fica fora, considera o *spread* médio dos últimos dois dias, sendo a cotação obtida pelo desconto dos fluxos do título à taxa *swap* adicionada do *spread* considerado;
- Neste caso, no dia seguinte, analisa-se se estamos perante uma situação consequência de transações forçadas e onde não exista um mercado ativo;
- Se isso se verifica, então aplica-se um *spread* fixo, determinado em função da qualidade creditícia do emissor e do prazo residual do título, variáveis estas observadas em novas emissões ou, caso estas não existam, em função do histórico de emissões do emissor;

- Estes *spreads* são revistos semanalmente; e
- Descontando os fluxos do título à taxa *swap* adicionada do *spread* fixo obtém-se a cotação de valorização do título.

Os instrumentos financeiros, valorizados à cotação do referido modelo interno, no montante de 10.592.335,96 €, são os seguintes:

ISIN	Nome do emissor
ES0205067103	BBVA GLOBAL MARKETS B.V.
ES0205067145	BBVA GLOBAL MARKETS B.V.

De acordo com a IFRS 13, os ativos financeiros detidos estão valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – Instrumentos financeiros valorizados de acordo com cotações disponíveis (não ajustadas) em mercados oficiais e com cotações divulgadas por entidades fornecedoras de preços de transações em mercados líquidos;

Nível 2 – Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente parâmetros e variáveis observáveis no mercado;

Nível 3 – Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando parâmetros ou variáveis não observáveis no mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento e preços fornecidos por entidades terceiras cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado.

A categoria da hierarquia de justo valor e as transferências entre categoria são determinadas em cada data de reporte.

Apresenta-se no quadro abaixo, os instrumentos financeiros por tipo de valorização:

Euros

2018				
Conceito	Justo valor – Níveis de valorização			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas				
Unidades participação	4.253.195,06	-	-	4.253.195,06
Títulos de dívida – pública	22.954.183,22	-	-	22.954.183,22
Títulos de dívida – de outros emissores	-	10.592.335,96	-	10.592.335,96
Total	27.207.378,28	10.592.335,96	-	37.799.714,24

Euros

2017				
Conceito	Justo valor – Níveis de valorização			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas				
Unidades participação	3.672.786,13	-	-	3.672.786,13
Títulos de dívida – pública	12.222.195,94	-	-	12.222.195,94
Títulos de dívida – de outros emissores	10.754.667,11	-	-	10.754.667,11
Total	26.649.649,18	-	-	26.649.649,18

5. Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

5.1. Rubricas de balanço

Os instrumentos financeiros classificados na categoria de “Ativos financeiros disponíveis para venda” são constituídos por títulos de dívida, ações e unidades de participação em fundos de investimento mobiliário.

A reconciliação, por natureza de instrumento financeiro, dos saldos iniciais e finais encontra-se no quadro seguinte:

Euros

Rubrica	2018		
	Títulos de Dívida	Ações e Unid. de Particip.	Valor Contabilístico
Saldo inicial	297.807.602,94	20.154.855,25	317.962.458,19
Aquisições (a valor aquisição)	36.954.484,00	8.843.786,40	45.798.270,40
Alienações (a valor venda)	(42.291.166,79)	(6.810.592,83)	(49.101.759,62)
Reembolsos (a valor reembolso)	(14.683.192,95)	-	(14.683.192,95)
Variação do justo valor (reserva reavaliação)	(3.428.408,72)	(2.332.776,25)	(5.761.184,97)
Variação do justo valor (ganhos e perdas)	515.272,02	125.884,56	641.156,58
Variação do custo amortizado	(927.681,24)	-	(927.681,24)
Variação juro decorrido	(586.275,08)	-	(586.275,08)
Saldo final	273.360.634,18	19.981.157,13	293.341.791,31

Euros

Rubrica	2017		
	Títulos de Dívida	Ações e Unid. de Particip.	Valor Contabilístico
Saldo inicial	293.061.324,03	17.935.459,02	310.996.783,05
Aquisições (a valor aquisição)	82.704.561,94	4.489.330,50	87.193.892,44
Alienações (a valor venda)	(54.706.284,63)	(3.305.398,51)	(58.011.683,14)
Reembolsos (a valor reembolso)	(31.476.637,02)	-	(31.476.637,02)
Variação do justo valor (reserva reavaliação)	8.223.175,04	584.204,19	8.807.379,23
Variação do justo valor (ganhos e perdas)	803.019,61	451.260,05	1.254.279,66
Variação do custo amortizado	(781.056,68)	-	(781.056,68)
Variação juro decorrido	(20.499,35)	-	(20.499,35)
Saldo final	297.807.602,94	20.154.855,25	317.962.458,19

Apresenta-se, no quadro abaixo, a decomposição, por classificação contabilística dos instrumentos financeiros:

Euros

Classificações do Ativo	2018				
	Valor contabilístico				Total
	Aquisição	Custo amortizado	Ajustamento ao justo valor	Juro	
Ativos financeiros disponíveis para venda					
Instrumentos de capital	15.296.683,23	-	285.589,03	-	15.582.272,26
Unidades de participação	4.321.518,03	-	77.366,84	-	4.398.884,87
Títulos de dívida – pública	198.808.690,01	(1.643.976,57)	26.634.834,39	4.188.397,10	227.987.944,93
Títulos de dívida – de outros emissores públicos	989.000,00	7.404,74	136.198,75	49.150,69	1.181.754,18
Títulos de dívida – de outros emissores	42.008.485,71	301.847,40	1.221.298,74	659.303,22	44.190.935,07
Total	261.424.376,98	(1.334.724,43)	28.355.287,75	4.896.851,01	293.341.791,31

2017					
Classificações do Ativo	Valor contabilístico				
	Aquisição	Custo amortizado	Ajustamento ao justo valor	Juro	Total
Ativos financeiros disponíveis para venda					
Instrumentos de capital	14.152.267,83	-	2.422.507,42	-	16.574.775,25
Unidades de participação	3.306.855,30	-	273.224,70	-	3.580.080,00
Títulos de dívida – pública	218.724.168,32	(1.479.563,03)	28.387.588,66	4.742.249,82	250.374.443,77
Títulos de dívida – de outros emissores públicos	1.390.360,00	4.726,16	195.912,95	66.994,53	1.657.993,64
Títulos de dívida – de outros emissores	41.997.329,49	266.715,31	2.837.238,99	673.881,74	45.775.165,53
Total	279.570.980,94	(1.208.121,56)	34.116.472,72	5.483.126,09	317.962.458,19

No Anexo I.1 e I.2. das Notas às Demonstrações Financeiras Individuais, apresenta-se o inventário de participações e instrumentos financeiros, no qual se detalham por código de ISIN os instrumentos financeiros que fazem parte integrante do total apresentado no Balanço em “Ativos financeiros disponíveis para venda”.

5.2. Justo valor

Regra geral, os títulos de rendimento fixo estão valorizados à cotação de fecho dos mercados, obtida através da *Bloomberg*.

Contudo, no exercício de 2018, existiram exceções, e, alguns títulos de rendimento fixo foram valorizados ao modelo interno (considerando a cotação de mercado), praticado pela gestora dos ativos, o qual se descreve abaixo:

- Através da *Bloomberg* obtêm-se as cotações para cada título;
- Com esta cotação, obtém-se o *spread* implícito sobre a curva *swap* euro;
- Automaticamente, é realizado um controlo para detetar se o *spread* se encontra dentro de um intervalo dinâmico, para mais ou para menos, em referência ao *spread* médio das duas últimas sessões;
- Se fica dentro, aceita o *spread* e, portanto, a cotação;
- Se fica fora, considera o *spread* médio dos últimos dois dias, sendo a cotação obtida pelo desconto dos fluxos do título à taxa *swap* adicionada do *spread* considerado;
- Neste caso, no dia seguinte, analisa-se se estamos perante uma situação consequência de transações forçadas e onde não exista um mercado ativo;
- Se isso se verifica, então aplica-se um *spread* fixo, determinado em função da qualidade creditícia do emissor e do prazo residual do título, variáveis estas observadas em novas emissões ou, caso estas não existam, em função do histórico de emissões do emissor;
- Estes *spreads* são revistos semanalmente; e
- Descontando os fluxos do título à taxa *swap* adicionada do *spread* fixo obtém-se a cotação de valorização do título.

Os instrumentos financeiros, valorizados à cotação do referido modelo interno, no montante de 10.097.108,89 €, são os seguintes:

ISIN	Nome do emissor
PTTGUAOM0005	TAGUS SOCIEDADE DE TITULARIZACAO DE CRED
XS1842121029	DOURO FINANCE B.V.

Os títulos de rendimento variável também estão valorizados à cotação de fecho dos mercados, obtida através da *Bloomberg*. No entanto, no exercício de 2018 houve exceções, tendo sido valorizadas pelo custo, pelo montante de 39.200,44 €, os seguintes títulos:

ISIN	Nome do emissor
ES0157103005	ALTAMAR X GLOBAL PRIVATE EQ PROG FCR
LU1851969334	ARDIAN PRIVATE DEBT IV SCS SICAV-RAIF

De acordo com a IFRS 13, os ativos financeiros detidos estão valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – Instrumentos financeiros valorizados de acordo com cotações disponíveis (não ajustadas) em mercados oficiais e com cotações divulgadas por entidades fornecedoras de preços de transações em mercados líquidos;

Nível 2 – Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente parâmetros e variáveis observáveis no mercado;

Nível 3 – Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando parâmetros ou variáveis não observáveis no mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento e preços fornecidos por entidades terceiras cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado.

A categoria da hierarquia de justo valor e as transferências entre categoria são determinadas em cada data de reporte. Apresenta-se no quadro abaixo, os instrumentos financeiros por tipo de valorização:

Euros

Conceito	2018			
	Justo valor – Níveis de valorização			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros disponíveis para venda				
Instrumentos de capital	15.582.272,26	-	-	15.582.272,26
Unidades participação	4.359.684,43	-	39.200,44	4.398.884,87
Títulos de dívida – pública	227.987.944,93	-	-	227.987.944,93
Títulos de dívida – de outros emissores públicos	1.181.754,18	-	-	1.181.754,18
Títulos de dívida – de outros emissores	34.093.826,18	10.097.108,89	-	44.190.935,07
Total	283.205.481,98	10.097.108,89	39.200,44	293.341.791,31

Euros

2017				
Conceito	Justo valor – Níveis de valorização			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos financeiros disponíveis para venda				
Instrumentos de capital	16.574.775,25	-	-	16.574.775,25
Unidades participação	3.580.080,00	-	-	3.580.080,00
Títulos de dívida – pública	250.374.443,77	-	-	250.374.443,77
Títulos de dívida – de outros emissores públicos	1.657.993,64	-	-	1.657.993,64
Títulos de dívida – de outros emissores	45.499.979,09	275.186,44	-	45.775.165,53
Total	317.687.271,75	275.186,44	-	317.962.458,19

5.3. Imparidade

A Companhia efetuou os testes de imparidade de acordo com o divulgado nas políticas contabilísticas na Nota 2.3., dos quais não resultou qualquer valor a registar a título de imparidade ao final do exercício de 2018.

6. Empréstimos Concedidos e Contas a Receber

O saldo da rubrica de “Empréstimos concedidos e contas a receber” é decomposto como segue:

Rubrica	Euros	
	2018	2017
Empréstimos concedidos e contas a receber		
Empréstimos concedidos sobre apólices	224.757,01	262.309,30
Total	224.757,01	262.309,30

7. Outros Ativos Tangíveis

O movimento de aquisições, transferências, abates, alienações, e amortizações efetuado no exercício está demonstrado no seguinte quadro:

Euros

Outros Ativos Tangíveis	2018						Saldo final (valor líquido)
	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições	Transferências	Alienações	Abates	Amort. do exercício	
Equipamento administrativo	26.052,98	-	-	-	6.495,70	7.322,69	12.234,59
Máquinas e ferramentas	5.801,98	-	-	-	-	1.120,07	4.681,91
Equipamento informático	2.607,26	-	-	-	-	977,61	1.629,65
Instalações interiores	21.504,40	5.474,53	-	-	15.148,79	2.994,03	8.836,11
Outro equipamento	1.770,96	-	-	-	-	360,19	1.410,77
Outros ativos tangíveis	-	-	-	-	-	-	-
Ativos tangíveis em curso	-	-	-	-	-	-	-
Total	57.737,58	5.474,53	-	-	21.644,49	12.774,59	28.793,03

<i>Outros Ativos Tangíveis</i>	2017							Saldo final (valor líquido)
	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições	Transferências	Alienações	Abates	Amort. do exercício		
Equipamento administrativo	24.612,09	6.871,25	-	-	-	5.430,36	26.052,98	
Máquinas e ferramentas	4.236,90	2.367,75	-	-	-	802,67	5.801,98	
Equipamento informático	222,68	2.933,13	-	-	-	548,55	2.607,26	
Instalações interiores	24.279,39	-	-	-	-	2.774,99	21.504,40	
Outro equipamento	2.131,15	-	-	-	-	360,19	1.770,96	
Outros ativos tangíveis	-	-	-	-	-	-	-	
Ativos tangíveis em curso	-	-	-	-	-	-	-	
Total	55.482,21	12.172,13	-	-	-	9.916,76	57.737,58	

As quantias despendidas no decurso da construção dos ativos encontram-se escrituradas na rubrica “Ativos tangíveis em curso”, evidenciada nos quadros anteriores, sendo transferida para a rubrica correspondente apenas aquando da sua finalização.

A Companhia não tem qualquer restrição de titularidade destes ativos, nem qualquer deles se encontra dado como garantia de passivos.

Não existe qualquer item de “Outros ativos tangíveis” em imparidade ou cedido.

8. Outros Ativos Intangíveis

O movimento de aquisições, transferências, abates, alienações, e amortizações efetuado no exercício está demonstrado no seguinte quadro:

<i>Outros Ativos Intangíveis</i>	2018							Saldo final (valor líquido)
	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições	Transferências	Alienações	Abates	Amort. do exercício		
Desp. com aplica. informáticas	96.160,17	-	44.600,23	-	-	79.156,86	61.603,54	
Ativos intangíveis em curso	65.837,15	138.852,54	(44.600,23)	-	1.248,45	-	158.841,01	
Total	161.997,32	138.852,54	-	-	1.248,45	79.156,86	220.444,55	

<i>Outros Ativos Intangíveis</i>	2017							Saldo final (valor líquido)
	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições	Transferências	Alienações	Abates	Amort. do exercício		
Desp. com aplica. informáticas	97.624,22	-	89.789,35	-	-	91.253,40	96.160,17	
Ativos intangíveis em curso	122.994,01	44.013,64	(89.789,35)	-	11.381,15	-	65.837,15	
Total	220.618,23	44.013,64	-	-	11.381,15	91.253,40	161.997,32	

As quantias despendidas no decurso da construção dos ativos encontram-se escrituradas na rubrica “Ativos intangíveis em curso”, evidenciada nos quadros anteriores, sendo transferida para a rubrica correspondente apenas aquando da sua finalização.

A natureza dos “Ativos intangíveis em curso” corresponde a desenvolvimentos informáticos que visam dar suporte ao desenvolvimento do negócio.

Durante o ano, houve alguns ativos intangíveis em curso que por não se esperar benefícios económicos futuros foram abatidos.

9. Provisões Técnicas de Resseguro Cedido

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as provisões técnicas de resseguro cedido apresentam a seguinte composição:

Euros

<i>Prov. Técnicas – Resseguro Cedido</i>	<i>2018</i>			
	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Contratos de Seguros				
Provisão para sinistros	1.239.973,10	425.988,73	545.789,11	1.120.172,72
Prestações	1.184.696,96	271.635,73	393.790,66	1.062.542,03
IBNR	55.276,14	154.353,00	-	209.629,14
IBNER	-	-	151.998,45	(151.998,45)
Provisão para prémios não adquiridos	148.308,10	14.914,36	(1.336,18)	164.558,64
Prémios não adquiridos	167.053,87	14.914,36	-	181.968,23
Custos de aquisição diferidos	(18.745,77)	-	(1.336,18)	(17.409,59)
Total	1.388.281,20	440.903,09	544.452,93	1.284.731,36

Euros

<i>Prov. Técnicas – Resseguro Cedido</i>	<i>2017</i>			
	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Contratos de Seguros				
Provisão para sinistros	1.105.902,80	338.284,71	204.214,41	1.239.973,10
Prestações	1.103.093,47	285.817,90	204.214,41	1.184.696,96
IBNR	2.809,33	52.466,81	-	55.276,14
IBNER	-	-	-	-
Provisão para prémios não adquiridos	143.767,62	4.540,48	-	148.308,10
Prémios não adquiridos	151.386,00	15.667,87	-	167.053,87
Custos de aquisição diferidos	(7.618,38)	(11.127,39)	-	(18.745,77)
Total	1.249.670,42	342.825,19	204.214,41	1.388.281,20

A variação dos prémios não adquiridos no resseguro cedido é apresentada na rubrica “Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)” e a variação dos custos de aquisição diferidos, na rubrica de “Comissões e participação nos resultados de resseguro”, ambas na conta de ganhos e perdas.

10. Outros Devedores por Operações de Seguros e Outras Operações

O saldo da rubrica de Contas a receber por operações de seguro directo e outras operações líquido de ajustamentos é decomposto como segue:

Euros

<i>Rubrica</i>	<i>2018</i>		
	Valor bruto	Imparidade/ ajustamentos	Valor líquido
Outros devedores por operações de seguros e outras operações			
Contas a receber por operações de seguro directo	1.802.093,75	45.913,61	1.756.180,14
Contas de cobrança	1.614.475,65	45.913,61	1.568.562,04
Mediadores	187.618,10	-	187.618,10
Contas a receber por operações de resseguro	343.782,05	-	343.782,05
Contas a receber por outras operações	276.040,48	-	276.040,48
Empréstimos ao pessoal	181.118,19	-	181.118,19
Outras operações com pessoal	2.385,11	-	2.385,11
Outros devedores	92.537,18	-	92.537,18
Total	2.421.916,28	45.913,61	2.376.002,67

Euros

<i>Rubrica</i>	<i>2017</i>		
	Valor bruto	Imparidade/ ajustamentos	Valor líquido
Outros devedores por operações de seguros e outras operações			
Contas a receber por operações de seguro directo	2.670.929,86	33.383,40	2.637.546,46
Contas de cobrança	2.520.913,50	33.383,40	2.487.530,10
Mediadores	150.016,36	-	150.016,36
Contas a receber por operações de resseguro	177.088,78	-	177.088,78
Contas a receber por outras operações	398.898,59	-	398.898,59
Empréstimos ao pessoal	201.910,20	-	201.910,20
Outras operações com pessoal	10.341,78	-	10.341,78
Outros devedores	186.646,61	-	186.646,61
Total	3.246.917,23	33.383,40	3.213.533,83

O valor contabilizado em Imparidade, depreciações/amortizações ou ajustamentos desagrega-se como segue:

Euros

<i>Rubrica</i>	<i>2018</i>			
	Saldo inicial	Aumento	Redução e utilização	Saldo final
Ajustamentos de recibos por cobrar				
De outros tomadores de seguros	33.383,40	12.530,21	-	45.913,61
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa				
De tomadores de seguros	-	-	-	-
De mediadores	-	-	-	-
De outros devedores	-	-	-	-
Total	33.383,40	12.530,21	0,00	45.913,61

<i>Rubrica</i>	2017			Saldo final
	Saldo inicial	Aumento	Redução e utilização	
Ajustamentos de recibos por cobrar				
De outros tomadores de seguros	20.583,10	12.800,30	-	33.383,40
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa				
De tomadores de seguros	-	-	-	-
De mediadores	-	-	-	-
De outros devedores	174,20	-	(174,20)	-
Total	20.757,30	12.800,30	(174,20)	33.383,40

O ajustamento registado, relativamente a outros saldos a receber, resulta de uma análise casuística dos saldos de terceiros (incluindo mediadores, cosseguradoras, resseguradores e devedores por outras operações), tendo sido ajustados todos os saldos de que existem evidências de dificuldade de recuperação.

11. Ativos e Passivos por Impostos e Taxas

Desdobramento de ativos e passivos por impostos e taxas:

<i>Rubrica</i>	2018	2017
Ativos por impostos e taxas	2.705.128,63	1.704.221,91
Ativos por impostos (e taxas) correntes	2.705.128,63	1.704.221,91
Ativos por impostos diferidos	-	-
Passivos por impostos e taxas	2.901.843,11	3.980.297,76
Passivos por impostos (e taxas) correntes	408.379,54	1.377.384,22
Passivos por impostos diferidos	2.493.463,57	2.602.913,54

11.1. Impostos Correntes

Desdobramento de ativos e passivos por impostos e taxas correntes:

<i>Rubrica</i>	2018	2017
Ativos por impostos correntes	2.705.128,63	1.704.221,91
Imposto sobre o rendimento	1.008.918,15	39.256,90
IRC: Reclamações impugnações	1.628.247,65	1.628.247,65
Outros impostos e taxas	67.962,83	36.717,36
Passivos por impostos correntes	(408.379,54)	(1.377.384,22)
Imposto corrente	-	(960.250,91)
Retenções na fonte	(117.739,50)	(104.505,00)
Outros impostos e taxas	(290.640,04)	(312.628,31)
Total	2.296.749,09	326.837,69

A linha de IRC: Reclamações e impugnações corresponde ao valor de imposto corrente liquidado a mais, relativamente aos exercícios de 2012 e 2013, nomeadamente no que se refere a variações patrimoniais negativas (variações negativas na reserva de justo valor de produtos vida com participação nos resultados). Este valor foi reclamado através da apresentação de Pedidos de Revisão Oficiosa relativamente aos referidos exercícios de 2012 e 2013.

Detalham-se no quadro abaixo as principais componentes do gasto por imposto corrente sobre lucros e a conciliação entre o gasto por imposto sobre lucros e o produto de multiplicar o resultado contabilístico pela taxa de imposto aplicada:

Euros

<i>Demonstração do Imposto Corrente</i>	2018		
	Ganhos e perdas	Capital	Total
Resultado antes de imposto	2.187.421,22	-	2.187.421,22
Varição do justo valor dos Inst. Financ. a representar as Prov.Téc. com Particip.Benef.	-	(1.139.687,41)	(1.139.687,41)
21% do resultado antes de impostos	459.358,46	(239.334,36)	220.024,10
Gasto por imposto (a acrescentar/a deduzir):			
IRC, incluindo as tributações autónomas, e outros impostos que direta ou indiretamente incidam sobre os lucros	-	-	-
Correções relativas a períodos de tributação anteriores	3.436,20	-	3.436,20
Gastos de benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios pós emprego ou a longo prazo dos empregados	31.080,00	-	31.080,00
Multas, coimas, juros compensatórios e demais encargos pela prática de infrações	321,02	-	321,02
Encargos com o aluguer de viaturas sem condutor	233,48	-	233,48
Encargos com combustíveis	-	-	,00
Perdas por imparidade de ativos não correntes e depreciações e amortizações, não aceites como gastos	4.545,34	-	4.545,34
Realizações de utilidade social não dedutíveis	44,34	-	44,34
Menos-valias contabilísticas	38.581,11	-	38.581,11
Diferença positiva entre as mais-valias e as menos-valias fiscais sem intenção de reinvestimento	91.064,60	-	91.064,60
Custos extraordinários	2.311,64	-	2.311,64
Pagamento ou colocação à disposição dos beneficiários de benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios pós emprego ou a longo prazo dos empregados	(54.855,19)	-	(54.855,19)
Restituição de Impostos não dedutíveis e excesso da estimativa para impostos	(208,73)	-	(208,73)
Mais-valias contabilísticas	(126.914,72)	-	(126.914,72)
Eliminação da dupla tributação económica dos lucros distribuídos	(30.880,09)	-	(30.880,09)
Benefícios fiscais	(1.168,13)	-	(1.168,13)
Proveitos extraordinários	(1.428,00)	-	(1.428,00)
Total do imposto	415.521,34	(239.334,36)	176.186,98
Derrama	29.414,93	(16.942,58)	12.472,35
Tributação autónoma	30.892,36	-	30.892,36
Total de gasto por imposto corrente	475.828,63	(256.276,94)	219.551,69
Imposto sobre lucros a pagar/receber			
Retenções na fonte	.	.	(63.110,65)
Entregas por conta	.	.	(1.121.562,00)
Imposto sobre lucros a pagar/(recuperar)	475.828,63	(256.276,94)	(965.120,96)

Euros

<i>Demonstração do Imposto Corrente</i>	2017		
	Ganhos e perdas	Capital	Total
Resultado antes de imposto	2.311.680,96	-	2.311.680,96
Varição do justo valor dos Inst. Financ. a representar as Prov.Téc. com Particip.Benef.	-	3.651.914,20	3.651.914,20
21% do resultado antes de impostos	485.453,00	766.901,98	1.252.354,98
Gasto por imposto (a acrescentar/a deduzir):			
IRC, incluindo as tributações autónomas, e outros impostos que direta ou indiretamente incidam sobre os lucros	-	-	-
Correções relativas a períodos de tributação anteriores	2.701,80	-	2.701,80
Gastos de benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios pós emprego ou a longo prazo dos empregados	54.855,19	-	54.855,19
Multas, coimas, juros compensatórios e demais encargos pela prática de infrações	66,73	-	66,73
Encargos com o aluguer de viaturas sem condutor	-	-	-
Encargos com combustíveis	1.428,00	-	1.428,00
Perdas por imparidade de ativos não correntes e depreciações e amortizações, não aceites como gastos	-	-	-
Realizações de utilidade social não dedutíveis	110,11	-	110,11
Menos-valias contabilísticas	6.318,19	-	6.318,19
Diferença positiva entre as mais-valias e as menos-valias fiscais sem intenção de reinvestimento	101.801,43	-	101.801,43
Custos extraordinários	3.125,01	-	3.125,01
Pagamento ou colocação à disposição dos beneficiários de benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios pós emprego ou a longo prazo dos empregados	-	-	-
Restituição de Impostos não dedutíveis e excesso da estimativa para impostos	(776,16)	-	(776,16)
Mais-valias contabilísticas	(108.032,41)	-	(108.032,41)
Eliminação da dupla tributação económica dos lucros distribuídos	(25.666,91)	-	(25.666,91)
Benefícios fiscais	(2.611,03)	-	(2.611,03)
Proveitos extraordinários	-	-	-
Total do imposto	518.772,96	766.901,98	1.285.674,95
Derrama	92.650,03	136.964,54	229.614,57
Tributação autónoma	39.094,21	-	39.094,21
Total de gasto por imposto corrente	650.517,20	903.866,52	1.554.383,73
Imposto sobre lucros a pagar/receber			
Retenções na fonte			(275.151,82)
Entregas por conta			(318.981,00)
Imposto sobre lucros a pagar/(recuperar)	650.517,20	903.866,52	960.250,91

11.2. Impostos diferidos

O movimento ocorrido nas rubricas de impostos diferidos durante os exercicios de 2018 e 2017 foi o seguinte:

Euros

<i>Passivos por Impostos Diferidos</i>	2018					
	Saldo inicial	Aumentos		Diminuições		Saldo final
		Resultados	Capital próprio	Resultados	Capital próprio	
De ativos financeiros disponiveis para venda – mensuração	2.602.913,54	-	-	-	109.449,97	2.493.463,57
Do reconhecimento dos act/pass por beneficios pós-emprego	-	-	-	-	-	-
Total	2.602.913,54	-	-	-	109.449,97	2.493.463,57

Euros

<i>Passivos por Impostos Diferidos</i>	2017					
	Saldo inicial	Aumentos		Diminuições		Saldo final
		Resultados	Capital próprio	Resultados	Capital próprio	
De ativos financeiros disponiveis para venda – mensuração	2.056.486,62	-	546.426,92	-	-	2.602.913,54
Do reconhecimento dos act/pass por beneficios pós-emprego	-	-	-	-	-	-
Total	2.056.486,62	-	546.426,92	-	-	2.602.913,54

12. Afetação dos Investimentos e Outros Ativos

De acordo com as disposições legais vigentes, mais em concreto a Norma Regulamentar n.º 13/2003-R e a Norma Regulamentar n.º 3/2011-R da ASF, a Companhia é obrigada a afetar investimentos e outros ativos às suas provisões técnicas, de acordo com as regras e limites estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. A afetação de investimentos e outros ativos demonstra-se no quadro abaixo:

Euros

<i>Rubrica</i>	2018				Total
	Seguros de vida com participação nos resultados	Seguros de vida sem participação nos resultados	Seguros de vida e operações classificadas como contratos de investimento		
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	600.000,00	7.197.068,55	-		7.797.068,55
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	-	33.546.519,18	4.253.195,06		37.799.714,24
Ativos financeiros disponiveis para venda	210.071.697,32	78.341.998,24	4.928.095,75		293.341.791,31
Empréstimos concedidos e contas a receber	224.757,01	-	-		224.757,01
Outros ativos tangíveis	-	28.793,03	-		28.793,03
Parte dos resseguradores nas prov. técnicas	-	1.284.731,36	-		1.284.731,36
Custos de aquisição diferidos	-	200.779,20	-		200.779,20
Total	210.896.454,33	120.599.889,56	9.181.290,81		340.677.634,70

<i>Rubrica</i>	2017			Total
	Seguros de vida com participação nos resultados	Seguros de vida sem participação nos resultados	Seguros de vida e operações classificadas como contratos de investimento	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1.100.000,00	5.928.856,96	-	7.028.856,96
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	-	23.113.731,17	3.535.918,01	26.649.649,18
Ativos financeiros disponíveis para venda	232.338.480,28	78.028.641,30	7.595.336,61	317.962.458,19
Empréstimos concedidos e contas a receber	262.309,30	-	-	262.309,30
Outros ativos tangíveis	-	57.737,58	-	57.737,58
Parte dos resseguradores nas prov. técnicas	-	1.388.281,20	-	1.388.281,20
Custos de aquisição diferidos	-	184.202,92	-	184.202,92
Total	233.700.789,58	108.701.451,13	11.131.254,62	353.533.495,33

13. Provisões Técnicas

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as provisões técnicas de seguro direto apresentam o seguinte movimento:

<i>Provisões Técnicas – Seguro Directo</i>	2018			
	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Contratos de seguros				
Provisão Matemática	279.976.462,69	33.798.207,66	44.646.436,62	269.128.233,73
Provisão para sinistros	7.460.889,89	49.603.432,91	43.932.597,14	13.131.725,66
Prestações	7.295.517,79	49.173.737,36	43.535.606,79	12.933.648,36
IBNR	165.372,10	429.695,55	-	595.067,65
IBNER	-	-	396.990,35	(396.990,35)
Provisão para participação nos resultados	14.174.704,19	(3.700.926,21)	374.331,02	10.099.446,96
Provisão para prémios não adquiridos	750.996,93	56.452,74	-	807.449,67
Prémios não adquiridos	935.199,85	73.029,02	-	1.008.228,87
Custos de aquisição diferidos	(184.202,92)	(16.576,28)	-	(200.779,20)
Total	302.363.053,70	79.757.167,10	88.953.364,78	293.166.856,02

<i>Provisões Técnicas – Seguro Directo</i>	2017			
	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Contratos de seguros				
Provisão Matemática	263.932.741,21	40.708.936,68	24.665.215,20	279.976.462,69
Provisão para sinistros	6.888.247,60	29.711.822,27	29.139.179,98	7.460.889,89
Prestações	6.875.083,57	29.558.320,06	29.137.885,84	7.295.517,79
IBNR	13.164,03	153.502,21	1.294,14	165.372,10
IBNER	-	-	-	-
Provisão para participação nos resultados	11.141.045,54	3.335.360,83	301.702,18	14.174.704,19
Provisão para prémios não adquiridos	750.413,25	583,68	-	750.996,93
Prémios não adquiridos	877.425,18	57.774,67	-	935.199,85
Custos de aquisição diferidos	(127.011,93)	(57.190,99)	-	(184.202,92)
Total	282.712.447,60	73.756.703,46	54.106.097,36	302.363.053,70

13.1. Provisão Matemática

O valor da provisão matemática referente ao seguro direto apresenta, para os exercícios de 2018 e de 2017, a seguinte composição por famílias de produtos:

Euros

<i>Prov. Matemática – Seguro Directo</i>	<i>2018</i>			
	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Contratos de seguros				
Rendas	32.135.455,88	3.361.814,53	1.044.706,44	34.452.563,97
Risco	1.374.072,23	(114.909,72)	192.461,95	1.066.700,56
Mistos	24.767.288,10	3.255.982,26	4.131.382,94	23.891.887,42
Capitalização	64.345.143,64	14.581.510,73	5.362.999,75	73.563.654,62
P.P.R.	149.371.720,43	10.423.486,30	32.902.797,37	126.892.409,36
UNIVERSAL LIFE	7.982.782,41	2.290.323,56	1.012.088,17	9.261.017,80
Total	279.976.462,69	33.798.207,66	44.646.436,62	269.128.233,73

Euros

<i>Prov. Matemática – Seguro Directo</i>	<i>2017</i>			
	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Contratos de seguros				
Rendas	27.431.058,21	5.661.981,00	957.583,33	32.135.455,88
Risco	1.023.508,52	2.091.824,95	1.741.261,24	1.374.072,23
Mistos	26.151.653,50	3.491.739,32	4.876.104,72	24.767.288,10
Capitalização	49.569.113,99	19.384.678,22	4.608.648,57	64.345.143,64
P.P.R.	152.836.537,58	7.766.469,10	11.231.286,25	149.371.720,43
UNIVERSAL LIFE	6.920.869,41	2.312.244,09	1.250.331,09	7.982.782,41
Total	263.932.741,21	40.708.936,68	24.665.215,20	279.976.462,69

As tábuas de mortalidade e as taxas técnicas de juro utilizadas no cálculo das provisões matemáticas são as seguintes:

Euros

<i>Modalidade</i>	<i>Taxa técnica</i>	<i>Tábua mortalidade</i>
Seguros não ligados a fundos de investimento		
Rendas	Taxa Variável em função do ativo	GRM/F 95, PERM 2000P e Modificadas
Mistos		
Mistos	entre 1,25% e 4%	GKM 80, GKM 95
Temporários		
Temporário	entre 2,25% e 4%	GKM/F 80, GKM/F 95 e Modificadas
Temporário anual renovável	entre 0% e 4%	GKM/F 80, GKM/F 95, PASEM 2010 e Modificadas
Capitais diferidos		
Prémios periódicos	entre 2,25% e 4%	GKM 95
Prémios únicos	entre 0,66% e 4%	GRM 80, GKM 95 e Modificadas
PPR	entre 0,75% e 4%	GKM 95
Universal Life	entre 0,75% e 2,5%	GKM 95 e Modificadas
Seguros ligados a fundos de investimento		
Com risco de investimento	entre 1% e 3%	PASEM 2010 e Modificadas

13.2. Provisão para sinistros

O Anexo 2.1 e 2.2 a estas Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas explicita os reajustamentos efetuados no exercício de 2018 e 2017, respetivamente, aos custos com sinistros de exercícios anteriores.

13.3. Provisão para participação nos resultados

No quadro abaixo demonstra-se, por modalidade, a movimentação referente à participação nos resultados atribuída no exercício de 2018 e 2017:

Euros

<i>Participação nos Resultados Atribuída</i>	2018			
	Saldo inicial	Atribuída	Distribuída	Saldo final
Modalidade				
VIDA INTEIRA	559,73	-	559,73	-
REFORMA ASSEGURADA	215.723,57	200.277,56	-	416.001,13
FUTURO JOVEM GARANTIDO	23.453,27	416,46	23.400,71	469,02
SEGURO REFORMA COMPLETO	158.854,30	100.409,56	-	259.263,86
PLANO POUPANÇA CRIANÇA FUTURO	-	12.072,24	-	12.072,24
REFORMA FLEXIVEL	68.644,93	58.219,36	-	126.864,29
PPR PRE REFORMA MAPFRE	26,47	-	26,47	-
REFORMA GARANTIDA MAPFRE PPR	140.997,99	-	140.946,32	51,67
PPR PLANO A	64.599,18	1.692,29	64.599,18	1.692,29
PPR 3	1.995,68	-	1.995,68	-
PPR BIC II	829,74	-	829,74	-
POSTAL PPR GARANTIDO (II SÉRIE)	9.949,86	-	9.949,86	-
MAPFRE PPR	17.795,78	1.993,22	17.795,78	1.993,22
UNIVERSAL LIFE AG	1.116,90	-	1.116,90	-
POSTAL PPR SEGURO	25.525,19	-	25.525,19	-
POSTAL PPR REND. CRESCENTE	837,52	-	837,52	-
PPR SUPER PLANO A	25.611,48	24.268,28	25.611,48	24.268,28
MAPFRE INVEST CRESCENTE 2015	20.283,50	-	-	20.283,50
COLETIVO – PROTEÇÃO & REFORMA	8.827,52	-	-	8.827,52
PPR GARANTIDO 5 +	4.074,42	-	4.074,42	-
PPR VITAL	-	-	-	-
PPR MASTER 3.6	12.363,13	-	12.363,13	-
POSTAL PPR PLUS	17.081,53	33.640,64	17.081,53	33.640,64
POSTAL PPR RENDIMENTO MAIS	10.224,37	1.137,39	10.224,37	1.137,39
MAPFRE PPR (EDIÇÃO ESPECIAL)	17.393,01	-	17.393,01	-
Total	846.769,07	434.127,00	374.331,02	906.565,05

<i>Participação nos Resultados Atribuída</i>	2017			
	Saldo inicial	Atribuída	Distribuída	Saldo final
Modalidade				
VIDA INTEIRA	325,16	234,57	-	559,73
REFORMA ASSEGURADA	79.359,55	136.364,02	-	215.723,57
FUTURO JOVEM GARANTIDO	14.535,68	8.917,59	-	23.453,27
SEGURO REFORMA COMPLETO	81.770,41	77.083,89	-	158.854,30
PLANO POUpanÇA CRIANÇA FUTURO	-	-	-	-
REFORMA FLEXIVEL	34.614,10	34.030,83	-	68.644,93
PPR PRE REFORMA MAPFRE	53,28	26,47	53,28	26,47
REFORMA GARANTIDA MAPFRE PPR	102.952,32	140.946,32	102.900,65	140.997,99
PPR PLANO A	49.121,74	64.599,18	49.121,74	64.599,18
PPR 3	1.697,82	1.995,68	1.697,82	1.995,68
PPR BIC II	-	829,74	-	829,74
POSTAL PPR GARANTIDO (II SÉRIE)	-	9.949,86	-	9.949,86
MAPFRE PPR	-	17.795,78	-	17.795,78
UNIVERSAL LIFE AG	2.089,11	1.116,90	2.089,11	1.116,90
POSTAL PPR SEGURO	11.758,53	25.525,19	11.758,53	25.525,19
POSTAL PPR REND. CRESCENTE	-	837,52	-	837,52
PPR SUPER PLANO A	8.831,20	25.611,48	8.831,20	25.611,48
MAPFRE INVEST CRESCENTE 2015	20.283,50	-	-	20.283,50
COLETIVO – PROTEÇÃO & REFORMA	7.369,06	1.458,46	-	8.827,52
PPR GARANTIDO 5 +	70.169,33	4.074,42	70.169,33	4.074,42
PPR VITAL	38.329,14	-	38.329,14	-
PPR MASTER 3.6	-	12.363,13	-	12.363,13
POSTAL PPR PLUS	-	17.081,53	-	17.081,53
POSTAL PPR RENDIMENTO MAIS	8.132,25	10.224,37	8.132,25	10.224,37
MAPFRE PPR (EDIÇÃO ESPECIAL)	8.619,13	17.393,01	8.619,13	17.393,01
Total	540.011,31	608.459,94	301.702,18	846.769,07

A participação nos resultados atribuída corresponde aos montantes atribuídos aos tomadores de seguros, de acordo com o plano de participação nos resultados de cada modalidade.

A participação nos resultados foi distribuída por incorporação nas provisões matemáticas.

A participação nos resultados a atribuir (*Shadow accounting*), que corresponde às mais-valias potenciais dos investimentos afetos a seguros de vida com participação nos resultados, na parte que seja atribuível ao tomador do seguro ou beneficiário do contrato, ascende a 9,2 milhões de euros em 31 de dezembro de 2018 (31 de dezembro de 2017: 13,3 milhões de euros).

14. Passivos Financeiros da Componente de Depósito de Contratos de Seguro e de Contratos de Seguro e Operações Considerados para Efeitos Contabilísticos como Contratos de Investimento

O valor de 7.069.419,41 €, apresentado nas demonstrações da posição financeira, na rubrica de “Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento”, refere-se à responsabilidade assumida com contratos de seguro, considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento.

No quadro abaixo demonstra-se a movimentação referente aos Passivos Financeiros nos exercícios de 2018 e 2017:

Euros

<i>Passivos Financeiros</i>	2018				
	Saldo inicial	Emissões	Reembolsos	Rendimentos e gastos	Saldo final
Valorizados ao justo valor	3.485.956,61	1.459.091,07	633.417,71	(214.174,02)	4.097.455,95
Capitalização	3.485.956,61	1.459.091,07	633.417,71	(214.174,02)	4.097.455,95
Valorizados ao custo amortizado	5.467.803,59	72.530,00	2.655.767,29	87.397,16	2.971.963,46
Capitalização	-	-	-	-	-
P.P.R.	5.467.803,59	72.530,00	2.655.767,29	87.397,16	2.971.963,46
Total	8.953.760,20	1.531.621,07	3.289.185,00	(126.776,86)	7.069.419,41

Euros

<i>Passivos Financeiros</i>	2017				
	Saldo inicial	Emissões	Reembolsos	Rendimentos e gastos	Saldo final
Valorizados ao justo valor	3.139.984,87	1.078.140,17	758.091,46	25.923,03	3.485.956,61
Capitalização	3.139.984,87	1.078.140,17	758.091,46	25.923,03	3.485.956,61
Valorizados ao custo amortizado	11.732.703,14	84.837,92	6.591.584,20	241.846,73	5.467.803,59
Capitalização	-	-	-	-	-
P.P.R.	11.732.703,14	84.837,92	6.591.584,20	241.846,73	5.467.803,59
Total	14.872.688,01	1.162.978,09	7.349.675,66	267.769,76	8.953.760,20

Apresentam-se os mesmos passivos financeiros ao justo valor e por níveis de valorização:

Euros

<i>Passivos Financeiros</i>	2018		
	Justo valor – Níveis de valorização		
	Nível 1	Nível 2	Total
Valorizados ao justo valor	4.097.455,95	-	4.097.455,95
Capitalização	4.097.455,95	-	4.097.455,95
Valorizados ao custo amortizado	-	3.408.411,59	3.408.411,59
Capitalização	-	-	-
P.P.R.	-	3.408.411,59	3.408.411,59
Total	4.097.455,95	3.408.411,59	7.505.867,54

Euros

<i>Passivos Financeiros</i>	2017		
	Justo valor – Níveis de valorização		
	Nível 1	Nível 2	Total
Valorizados ao justo valor	3.485.956,61	-	3.485.956,61
Capitalização	3.485.956,61	-	3.485.956,61
Valorizados ao custo amortizado	-	5.798.322,32	5.798.322,32
Capitalização	-	-	-
P.P.R.	-	5.798.322,32	5.798.322,32
Total	3.485.956,61	5.798.322,32	9.284.278,93

15. Outros Credores por Operações de Seguros e Outras Operações

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 esta rubrica tem a seguinte desagregação:

Euros

<i>Rubrica</i>	2018	2017
Outros credores por operações de seguros e outras operações		
Contas a pagar por operações de seguro directo	837.378,36	2.358.102,30
Prémios recebidos antecipadamente e estornos a pagar	161.200,52	155.674,68
Mediadores	197.984,00	298.731,09
Outros saldos credores por operações de seguro directo	478.193,84	1.903.696,53
Contas a pagar por operações de resseguro	2.539,56	32.854,06
Contas a pagar por outras operações	727.954,81	176.212,48
Fornecedores	283.113,84	165.714,72
Outros credores	444.840,97	10.497,76
Total	1.567.872,73	2.567.168,84

16. Acréscimos e Diferimentos

O passivo contabilizado em acréscimos e diferimentos desagrega-se da seguinte forma:

Euros

<i>Rubrica</i>	2018	2017
Acréscimos de gastos com o pessoal	342.065,46	331.910,03
Subsídio de férias e mês de férias	248.712,96	243.126,58
Outros acréscimos e encargos sobre remunerações	93.372,50	88.783,45
Outros acréscimos de gastos	1.318.110,05	1.245.328,20
Incentivos a pessoal	337.345,81	229.132,47
Incentivos a mediadores	346.931,04	393.399,99
Trabalhos especializados	109.641,53	159.744,68
Outros acréscimos	524.191,68	463.051,06
Total	1.660.195,51	1.577.238,23

17. Capital

17.1. Composição do capital

O Capital social integralmente subscrito e realizado em dinheiro, no final do exercício de 2018, é de 21.000.000,00 €, dividido em 4.200.000 ações nominativas, no valor nominal de 5,00 € cada:

Euros

<i>Entidade Acionista</i>	<i>2018</i>		<i>2017</i>	
	N.º de ações	Valor	N.º de ações	Valor
MAPFRE – Seguros Gerais	4.200.000	21.000.000,00	4.200.000	21.000.000,00
Total	4.200.000	21.000.000,00	4.200.000	21.000.000,00

17.2. Resultados por ação

Apresenta-se o cálculo do resultado por ação:

Euros

<i>Conceito</i>	2018	2017
Resultado líquido atribuído aos acionistas	1.711.592,59	1.661.163,76
Número médio de ações	4.200.000	4.200.000
Resultado por ação (em euros)	0,41	0,40

17.3. Dividendos por ação

O Conselho de Administração propôs que o resultado do exercício 2018, no montante de 1.711.592,59 € (um milhão setecentos e onze mil quinhentos e noventa e dois euros e cinquenta e nove cêntimos), seja integralmente aplicado no reforço dos capitais próprios, da seguinte forma:

Reserva Legal: 171.159,26 € (cento e setenta e um mil cento e cinquenta e nove euros e vinte e seis cêntimos).

Reserva Livre: 1.540.433,33 € (um milhão quinhentos e quarenta mil quatrocentos e trinta e três euros e trinta e três cêntimos).

18. Reservas

As reservas de reavaliação compreendem os ajustamentos para o justo valor dos diferentes ativos, que segundo as IFRS devem ter reflexo direto nas contas de capital próprio da Companhia.

A reserva por impostos diferidos corresponde ao valor que se prevê pagar ou recuperar a título de imposto efetivo, derivado dos ajustamentos para o justo valor dos ativos financeiros.



No quadro abaixo apresentam-se os movimentos que ocorreram no exercício de 2018 e 2017 em cada uma das reservas:

Euros

<i>Demonstração das Variações das Reservas</i>	2018			
	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Reservas de reavaliação	20.788.537,60	4.135.053,21	(5.761.184,97)	19.162.405,84
Ações/Unid. part. fundos invest.	2.695.732,12	-	(2.332.776,25)	362.955,87
Títulos de dívida	31.420.740,60	-	(3.428.408,72)	27.992.331,88
Participação nos resultados a atribuir	(13.327.935,12)	4.135.053,21	-	(9.192.881,91)
Reserva por impostos diferidos	(2.602.913,54)	109.449,97	-	(2.493.463,57)
Outras reservas	(1.846.493,64)	1.921.022,34	-	74.528,70
Reserva legal	788.793,18	166.116,38	-	954.909,56
Outras reservas	(272.302,29)	1.498.634,40	-	1.226.332,11
Reserva por impostos correntes	(2.362.984,53)	256.271,56	-	(2.106.712,97)
Total	16.339.130,42	6.165.525,52	(5.761.184,97)	16.743.470,97

Euros

<i>Demonstração das Variações das Reservas</i>	2017			
	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Reservas de reavaliação	14.708.059,26	8.807.379,23	(2.726.900,89)	20.788.537,60
Ações/Unid. part. fundos invest.	2.111.527,93	584.204,19	0,00	2.695.732,12
Títulos de dívida	23.197.565,56	8.223.175,04	0,00	31.420.740,60
Participação nos resultados a atribuir	(10.601.034,23)	-	(2.726.900,89)	(13.327.935,12)
Reserva por impostos diferidos	(2.056.486,62)	-	(546.426,92)	(2.602.913,54)
Outras reservas	(2.056.936,77)	1.114.283,99	(903.840,86)	(1.846.493,64)
Reserva legal	678.220,34	110.572,84	-	788.793,18
Outras reservas	(1.276.013,44)	1.003.711,15	-	(272.302,29)
Reserva por impostos correntes	(1.459.143,67)	-	(903.840,86)	(2.362.984,53)
Total	10.594.635,87	9.921.663,22	(4.177.168,67)	16.339.130,42

O valor apresentado na rubrica de outras reservas, no saldo final do exercício de 2018, contém a anulação do *goodwill* gerado na aquisição, com efeito a 1 de janeiro de 2010, da carteira de apólices, bem como dos respetivos ativos e passivos, à Agência Geral em Portugal, da MAPFRE Vida, Companhia de Seguros e Resseguros sobre la Vida Humana, S.A., no valor de 7.411.488,05 €.

Entendeu-se proceder a esta anulação porque a aludida transação foi efetuada entre entidades sujeitas a um controlo comum (MAPFRE – Seguros Gerais, S.A.) e ocorreu no âmbito do processo de reorganização empresarial do Grupo MAPFRE, não se encontrando dentro do âmbito dos requisitos de contabilização impostos pela IFRS 3.

19. Prémios Adquiridos, Líquidos de Resseguro

A MAPFRE – Seguros de Vida, S.A., encerrou o exercício de 2018, reconhecendo na rubrica de ganhos e perdas – “Prémios brutos emitidos de seguro directo”, o valor de 44.309.161,26 € referentes a contratos de seguros, provenientes do ramo Vida.

Euros	
2018	
Prémios brutos emitidos de seguro directo	37.754.023,99
Relativos a contratos individuais	36.082.336,02
Relativos a contratos de grupo	1.671.687,97 37.754.023,99
Periódicos	11.397.162,94
Não periódicos	26.230.611,87
Periódicos/Não periódicos	126.249,18 37.754.023,99
De contratos sem participação nos resultados	21.881.650,65
De contratos com participação nos resultados	15.872.373,34 37.754.023,99
Prémios brutos emitidos de resseguro aceite	-
Saldo de resseguro	217.193,87

Euros	
2017	
Prémios brutos emitidos de seguro directo	44.309.161,26
Relativos a contratos individuais	42.863.756,94
Relativos a contratos de grupo	1.445.404,32 44.309.161,26
Periódicos	10.890.377,78
Não periódicos	33.314.368,36
Periódicos / Não periódicos	104.415,12 44.309.161,26
De contratos sem participação nos resultados	30.535.369,56
De contratos com participação nos resultados	13.773.791,70 44.309.161,26
Prémios brutos emitidos de resseguro aceite	-
Saldo de resseguro	266.966,78

Nos exercícios de 2018 e 2017, os “Prémios adquiridos líquidos de resseguro” apresentam a seguinte composição:

Euros		
Conceito	2018	2017
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro		
Prémios brutos emitidos	37.754.023,99	44.309.161,26
Prémios de resseguro cedido	1.053.388,88	1.049.030,46
Prémios líquidos de resseguro	36.700.635,11	43.260.130,80
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	73.029,02	57.774,67
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	14.914,36	15.667,87
Prémios não adquiridos (variação)	58.114,66	42.106,80
Total	36.642.520,45	43.218.024,00

Euros		
Conceito	2018	2017
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro		
Prémios brutos emitidos	37.754.023,99	44.309.161,26
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	73.029,02	57.774,67
Prémios brutos adquiridos	37.680.994,97	44.251.386,59
Prémios de resseguro cedido	1.053.388,88	1.049.030,46
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	14.914,36	15.667,87
Prémios de resseguro cedido adquiridos	1.038.474,52	1.033.362,59
Total	36.642.520,45	43.218.024,00

20. Custos com Sinistros, Líquidos de Resseguro

Nos exercícios de 2018 e 2017, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

<i>Conceito</i>	Euros	
	<i>2018</i>	<i>2017</i>
Custos com sinistros, líquidos de resseguro		
Montantes pagos	44.934.902,87	30.064.733,04
Montantes brutos	45.328.693,53	30.268.947,45
Parte dos resseguradores	393.790,66	204.214,41
Provisão para sinistros (variação)	5.790.636,15	438.571,99
Montantes brutos	5.670.835,77	572.642,29
Parte dos resseguradores	(119.800,38)	134.070,30
Total	50.725.539,02	30.503.305,03

<i>Conceito</i>	Euros	
	<i>2018</i>	<i>2017</i>
Custos com sinistros, líquidos de resseguro		
Custos com sinistros	50.999.529,30	30.841.589,74
Montantes pagos	45.328.693,53	30.268.947,45
Provisão para sinistros (variação)	5.670.835,77	572.642,29
Custos com sinistros parte dos resseguradores	273.990,28	338.284,71
Montantes pagos	393.790,66	204.214,41
Provisão para sinistros (variação)	(119.800,38)	134.070,30
Total	50.725.539,02	30.503.305,03

21. Provisão Matemática do Ramo Vida, Líquida de Resseguro (variação)

Nos exercícios de 2018 e 2017, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Euros

<i>Conceito</i>	<i>2018</i>			<i>2017</i>		
	Seguro direto	Resseguro cedido	Líquido	Seguro direto	Resseguro cedido	Líquido
Provisão matemática do Ramo Vida, líquida de resseguro (variação)	(24.536.323,21)	-	(24.536.323,21)	7.068.943,19	-	7.068.943,19
Total	(24.536.323,21)	-	(24.536.323,21)	7.068.943,19	-	7.068.943,19

22. Participação nos Resultados, Líquida de Resseguro (variação)

Nos exercícios de 2018 e 2017, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Euros

<i>Conceito</i>	<i>2018</i>			<i>2017</i>		
	Seguro direto	Resseguro cedido	Líquido	Seguro direto	Resseguro cedido	Líquido
Provisão para participação nos resultados, líquida de Resseguro (variação)	434.127,00	-	434.127,00	608.459,94	-	608.459,94
Total	434.127,00	-	434.127,00	608.459,94	-	608.459,94

23. Outras Provisões Técnicas, Líquidas de Resseguro (variação)

Nos exercícios de 2018 e 2017, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Euros

<i>Conceito</i>	<i>2018</i>			<i>2017</i>		
	Seguro direto	Resseguro cedido	Líquido	Seguro direto	Resseguro cedido	Líquido
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)						
Provisão técnica relativa a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	13.313.763,23	-	13.313.763,23	8.673.076,11	-	8.673.076,11
Total	13.313.763,23	-	13.313.763,23	8.673.076,11	-	8.673.076,11

24. Custos e Gastos de Exploração Líquidos

24.1. Por natureza

Os custos por natureza são analisados, relativamente à execução do orçamento e respetivos desvios, ao longo de cada um dos exercícios, pelos grupos pelos quais foram orçamentados.

Apresenta-se abaixo um detalhe desses grupos, para os exercícios de 2018 e 2017:

Rubrica	Euros	
	2018	2017
Pessoal	3.098.418,32	3.490.107,52
Viagens e relações públicas	190.454,29	226.922,30
Locais e Imóveis	185.256,45	176.676,47
Informática	400.416,26	606.249,34
Publicidade	64.483,82	134.221,59
Campanhas comerciais	61.516,16	109.486,22
Serviços profissionais externos	305.265,74	432.727,44
Outros gastos internos	606.228,59	604.682,95
Total	4.912.039,63	5.781.073,83

Os honorários por serviços de Revisão Oficial de Contas e afins encontram-se incluídos na rubrica de “Serviços profissionais externos”.

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas auferem as remunerações que se encontram contratualmente estabelecidas e que a seguir se divulgam nos termos legalmente exigíveis.

Os honorários faturados nos exercícios de 2018 e de 2017 têm a seguinte distribuição (valores sem IVA):

Euros

Âmbito	2018	2017
Serviços de revisão legal de contas	29.196,50	27.590,00
Outros serviços	14.000,00	11.000,00
Total	43.196,50	38.590,00

24.2. Por funções

Os gastos são registados inicialmente por natureza e imputados às funções: sinistros, aquisição, administrativa e investimentos, de acordo com o plano de contas.

Os critérios utilizados para a repartição dos custos e gastos entre as várias áreas funcionais foram os seguintes:

Imputação de custos pelas várias áreas funcionais

O valor imputado a cada área funcional resulta da aplicação de uma percentagem, apurada com base nos tempos gastos pelo pessoal, para cada uma das áreas, ponderada com base nos respetivos vencimentos, aos custos por natureza a imputar.

A referida percentagem é obtida da seguinte forma:

- Por empregado, são encontrados, em percentagem, os tempos gastos para cada uma das diversas áreas de imputação;
- Estas percentagens são aplicadas ao vencimento de cada um dos funcionários, obtendo-se assim o valor dos vencimentos, por funcionário e área; e
- A percentagem a aplicar aos custos por natureza, para cada uma das áreas, é encontrada dividindo o valor do somatório dos vencimentos, por área e pelo valor total dos vencimentos.

Imputação de custos por funções aos diversos ramos

A imputação dos custos às diversas áreas funcionais, pelos diversos ramos, é efetuada da seguinte forma:

- Custos com sinistros, custos de aquisição, custos administrativos e custos com investimentos;
- 25% do valor a imputar, com base nos custos com sinistros, outros 25% com base no número de sinistros, outros 25% com base nos prémios emitidos e os restantes 25% com base no número de apólices.

Nos quadros abaixo demonstra-se o total dos custos e gastos por natureza imputados às diversas funções:

Euros

<i>Custos e Gastos por Natureza a Imputar</i>	2018			Total
	Gestão de sinistros	Custos de exploração	Gestão de investimentos	
Custos com pessoal	469.475,37	2.590.777,94	38.165,01	3.098.418,32
Fornecimentos e serviços externos	163.735,10	1.093.867,71	13.062,90	1.270.665,71
Impostos e taxas	4.358,76	23.667,53	402,29	28.428,58
Amortizações do exercício	14.019,19	76.800,89	1.111,37	91.931,45
Outras provisões	-	-	-	-
Juros suportados	-	-	-	-
Comissões	-	-	422.595,57	422.595,57
Total	651.588,42	3.785.114,07	475.337,14	4.912.039,63

Euros

<i>Custos e Gastos por Natureza a Imputar</i>	2017			Total
	Gestão de sinistros	Custos de exploração	Gestão de investimentos	
Custos com pessoal	463.345,19	2.982.361,36	44.400,97	3.490.107,52
Fornecimentos e serviços externos	195.046,58	1.533.939,94	18.281,65	1.747.268,17
Impostos e taxas	3.297,67	21.302,82	344,65	24.945,14
Amortizações do exercício	13.235,76	86.594,94	1.339,46	101.170,16
Outras provisões	-	-	-	-
Juros suportados	-	-	-	-
Comissões	-	-	417.582,84	417.582,84
Total	674.925,20	4.624.199,06	481.949,57	5.781.073,83

25. Custos de Aquisição

Os custos de aquisição, registados no exercício de 2018 e 2017, por natureza, apresentam o seguinte detalhe:

Euros

<i>Custos de Aquisição</i>	2018	2017
Custos imputados	2.859.565,06	3.468.716,81
Comissões de mediação	429.055,97	1.718.240,85
Outros	361.109,29	440.652,30
Total	3.649.730,32	5.627.609,96

Na rubrica “Outros” estão registados os incentivos processados aos mediadores (*Profit Commissions*).

26. Gastos com o Pessoal

O número total de trabalhadores, no fim do exercício de 2018, era de 61, menos 2 do que no exercício anterior.

O total dos trabalhadores encontra-se distribuído por grupos profissionais e categorias, conforme apresentado no seguinte quadro:

<i>Grupo Profissional/Categoria</i>	N.º de trabalhadores
Dirigente	2
Director	2
Gestor	8
Gestor Comercial	2
Gestor Operacional	3
Gestor Técnico	3
Operacional	44
Coordenador Operacional	12
Especialista Operacional	32
Técnico	7
Técnico	7
Total	61

Os gastos com pessoal, registados no exercício de 2018 e 2017, por natureza apresentam o seguinte detalhe:

<i>Rubrica</i>	Euros	
	<i>2018</i>	<i>2017</i>
Remunerações	2.217.302,67	2.137.446,18
Dos órgãos sociais	-	-
Do pessoal	2.217.302,67	2.137.446,18
Encargos sobre remunerações	569.452,34	505.480,65
Benefícios pós-emprego	31.307,23	30.073,52
Planos de contribuição definida	31.096,11	29.549,20
Planos de benefícios definidos	211,12	524,32
Outros benefícios a longo prazo dos empregados	-	-
Benefícios de cessação de emprego	164.906,85	683.734,13
Seguros obrigatórios	65.070,34	56.155,08
Gastos de ação social	7.268,75	10.999,67
Outros gastos com o pessoal	43.110,14	66.218,29
Total	3.098.418,32	3.490.107,52

O Conselho de Administração da MAPFRE – Seguros de Vida, S.A., é composto por quatro membros, um dos quais, o seu Presidente, que apenas aufer remuneração como Administrador-Delegado da MAPFRE – Seguros Gerais, S.A., dois são trabalhadores dependentes desta sociedade e um é trabalhador de outra empresa que integra o Grupo MAPFRE, não auferindo, por isso, quaisquer remunerações como membros de órgãos estatutários.

A Companhia, não é responsável por qualquer valor em matéria de pensões de reforma para antigos membros dos órgãos sociais.

Por outro lado, relativamente aos membros dos órgãos sociais, não existe qualquer adiantamento ou crédito concedido, nem qualquer compromisso tomado por sua conta a título de qualquer garantia.

27. Obrigações com Benefícios dos Empregados

A alteração estatutária da Associação Portuguesa de Seguradores (APS) no fim de 2015, em que a mesma deixou de ser uma associação de empregadores para voltar a ser uma associação empresarial, tornou obsoleto o Contrato Coletivo de Trabalho (CCT) de 2012, conduzindo a generalidade das associadas da APS a negociar uma nova convenção coletiva de trabalho.

As negociações foram breves, uma vez que o novo Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) foi em tudo semelhante ao CCT de 2012, tendo o mesmo sido publicado a 29 de janeiro de 2016 no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 4. Foi subscrito do lado dos empregadores, por várias empresas de seguros, incluindo a MAPFRE – Seguros de Vida, S.A. e, do lado dos trabalhadores pelo STAS – Sindicato dos Trabalhadores da Atividade Seguradora e pelo SISEP – Sindicato dos Profissionais dos Seguros de Portugal.

No entanto, o Supremo Tribunal de Justiça confirmou que o Contrato Coletivo de Trabalho publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 32, de 29 de agosto de 2008, com as alterações constantes do Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 29, 8 de agosto de 2009 se mantinha em vigor no que às relações de trabalho entre seguradoras filiadas na APS e respetivos colaboradores sindicalizados no SINAPSA respeitava.

Neste sentido, passaram a vigorar duas convenções coletivas do setor segurador: o CCT de 2008 e o ACT de 2016. Sendo que os colaboradores sindicalizados no SINAPSA ficaram abrangidos pelo primeiro, e os dos sindicalizados no STAS e SISEP pelo segundo. Os restantes colaboradores, não sindicalizados, puderam escolher qual dos instrumentos (CCT/2008 ou ACT/2016) lhes fosse aplicável.

Consequentemente, passou a coexistir um Plano de contribuição definida, ao abrigo novo Acordo Coletivo de Trabalho (ACT/2016) e um Plano de benefício definido, de acordo com o Contrato Coletivo de Trabalho (CCT/2008).

27.1. Plano de contribuição definida

a) Descrição geral do plano

Enquanto vigorou o Contrato Coletivo de Trabalho (CCT) de 2012, foram sendo feitas contribuições anuais para o Plano Individual de Reforma, aplicadas sobre o ordenado base anual do trabalhador, de acordo com as percentagens indicadas na tabela seguinte:

Ano Civil	% Contribuição para o PIR
2012 – Contribuição anual	1,00%
2013 – Contribuição anual	2,25%
2014 – Contribuição anual	2,50%
2014 – Contribuição extraordinária *	1,25%
2015 e seguintes – Contribuição anual	3,25%

* Alteração do CCT publicado em 2012, publicada no Boletim do Trabalho e Emprego n.º 45 de 08.12.2014

A primeira contribuição da Companhia para o Plano Individual de Reforma verificou-se:

- i. Para os trabalhadores no ativo que foram admitidos na atividade seguradora depois de 22 de junho de 1995:
 - a. No ano de 2012, conforme tabela acima.
 - b. Nos anos seguintes até 2015, conforme tabela desta nota.
- ii. Para os trabalhadores no ativo que foram admitidos na atividade seguradora antes de 22 de junho de 1995:
 - c. No ano de 2012, houve uma conversão do valor da responsabilidade por serviços passados calculados nos termos da cláusula 56.^a do CCT/2008.
 - d. No ano de 2015, conforme tabela acima.

Com a entrada em vigor do novo Acordo Coletivo de Trabalho, publicado no Boletim do Trabalho e Emprego n.º 4 de 2016 e em tudo semelhante ao CCT/2012 dando assim continuidade ao Plano Individual de Reforma, a Companhia efetuou em 2016 e efetuará anualmente contribuições para todos os trabalhadores abrangidos pelo ACT/2016, de valor igual a 3,25% sobre o ordenado base anual do trabalhador, de acordo com as cláusulas 50.º e 51.º, bem como Anexo V do respetivo acordo.

As contribuições para o Plano Individual de Reforma relativas ao exercício de 2018 e anterior apresentam-se no quadro abaixo:

Conceito	2018	2017
Contribuição para o Plano Individual de Reforma, para os trabalhadores no ativo	31.096,11	29.549,20
Total	31.096,11	29.549,20

A Companhia efetuou apólices de seguro individuais, num produto “Universal Life”, com garantia de capital, na própria Companhia. O valor capitalizado das entregas é resgatável, nos termos previstos no anexo V do Contrato Coletivo da Atividade Seguradora.

Dado que as apólices foram contratadas na própria companhia, de acordo com os parágrafos 25 a 27 da IAS 19 o plano deverá continuar a ser tratado para efeitos contabilísticos de forma equivalente aos planos de benefícios definidos.

b) Universo do plano

Fazem parte do plano 51 trabalhadores que preenchem os requisitos e aderiram ao Acordo Coletivo de Trabalho, que entrou em vigor em 29/01/2016.

27.2. Plano de benefícios definidos

a) Descrição geral do plano

Fruto da possibilidade de escolha entre o ACT/2016 e o CCT/2008 para os colaboradores não sindicalizados, houve colaboradores que optaram pelo CCT/2008 passando a vigorar para estes o plano de benefícios definidos, desde que preencham as condições das cláusulas 56.^a e 57.^a do respetivo CCT.



Sendo assim, este plano segundo o qual têm direito a um complemento de reforma por velhice ou invalidez em conformidade com os cálculos constantes nas cláusulas 56.^a e 57.^a do respetivo CCT e apenas para colaboradores admitidos até 22/06/1995 que se reformem na atividade seguradora, desde que tenham completado, pelo menos, dez anos de serviço na mesma, destina-se a garantir os compromissos com pensões dos trabalhadores da MAPFRE – Seguros de Vida, S.A., que não aderiram ao CCT/2012 em 2012, ficando na altura abrangidos pelo CCT/2008, bem como os que em 2016 optaram pelo CCT/2008.

Encontram-se abrangidos pelo plano todos os trabalhadores que preencham as condições anteriores, incluindo os pertencentes a órgãos de gestão, desde que exercendo funções executivas.

No final do exercício de 2018, o número de colaboradores abrangidos pelo plano era de dois. Sendo que um deles é relativo a um colaborador que não aderiu ao CCT/2012 em 2012 e o outro, fruto da escolha do CCT/2008 em 2016.

Ainda nos termos do CCT/2008, a Companhia tem a responsabilidade de assegurar prestações de reforma por invalidez relativamente aos dois colaboradores.

A quantia da pensão mensal (reforma por invalidez) é calculada segundo a fórmula:

$PM = (0,022 * t * 14 / 12 * R) - (0,022 * n * S / 60)$ em que:

- t = número de anos de serviço na atividade seguradora;
- R = último salário efetivo mensal na data da reforma;
- n = n.º de anos civis com entrada de contribuições para a segurança social;

- S = soma dos salários anuais dos 5 melhores anos dos últimos 10 sobre os quais incidem contribuições para a segurança social;
- $0,5 >= 0,022 * t <= 0,8$;
- $0,3 >= 0,022 * n <= 0,8$.

Para terem direito a esta prestação, os trabalhadores têm que contar no mínimo com cinco anos de serviço na Atividade seguradora e qualquer fração de ano conta como um ano completo e as prestações são pagas 14 vezes no ano.

Para cobrir estas responsabilidades a Companhia contratou uma apólice de seguro do tipo Temporário Anual Renovável realizada na própria Companhia.

b) Veículo de financiamento utilizado

As responsabilidades da MAPFRE – Seguros de Vida, S.A., no âmbito deste plano, encontram-se garantidas por apólices de seguro não elegíveis nos termos da IAS 19, subscritas na própria Companhia.

Para cobertura das responsabilidades que se vencem anualmente relativamente a trabalhadores no ativo, são adquiridas anualmente apólices Universal Life a prémio único para os colaboradores que não aderiram ao CCT/2012 em 2012.

No que diz respeito aos colaboradores que em 2016 optaram pelo CCT/2008, estes já dispunham de apólices Universal Life constituídos pela Companhia quando

da entrada em vigor do CCT/2012. Sendo assim, com a perda de efeitos desta convenção pelos motivos já explicitados, estes ativos serviram de base à cobertura das responsabilidades, até à sua medida.

As taxas de juro implícitas nestas apólices encontram-se descritas no ponto seguinte.

c) Valor e taxa de rentabilidade efetiva dos ativos do plano

O valor dos ativos e as bases técnicas dessas apólices são os seguintes:

2018					Euros
<i>N.º apólice</i>	<i>Modalidade</i>	<i>Taxa técnica</i>	<i>Tabela mortalidade</i>	<i>Valor ativos (euros)</i>	
8601291600610	Plano Individual Protecção/Reforma	2,50%	-	1.066,13	
Total apólices universal life				1.066,13	
8601791100248	Plano Individual Protecção/Reforma	0,75%	GKM95 para homens e mulheres	19.343,35	
Total apólices universal life				19.343,35	
Total apólices				20.409,48	

2017					Euros
<i>N.º apólice</i>	<i>Modalidade</i>	<i>Taxa técnica</i>	<i>Tabela mortalidade</i>	<i>Valor ativos (euros)</i>	
8601291600610	Plano Individual Protecção/Reforma	2,50%	-	1.818,69	
Total apólices universal life				1.818,69	
8601791100248	Invida-Capital diferido a prémio único	0,75%	GKM95 para homens e mulheres	19.199,36	
Total apólices capital diferido				19.199,36	
Total apólices				21.018,05	

d) Responsabilidade passada

<i>Conceito</i>	<i>2018</i>	<i>2017</i>	Euros
Valor actual serviços passados – pessoal no ativo – novos CCT/2008	1.066,13	1.818,69	
Valor actual serviços passados – pessoal no ativo	3.200,01	6.431,92	
Valor actual serviços passados – reformados	-	-	
Total	4.266,14	8.250,61	

e) Reconciliação dos saldos de abertura e fecho do valor atual das obrigações

<i>Responsabilidades com pessoal no ativo</i>			Euros
<i>Conceito</i>	<i>2018</i>	<i>2017</i>	
Valor responsabilidades janeiro	8.250,61	17.792,91	
Custo serviço corrente	232,18	464,33	
Custo dos juros	122,93	202,84	
Resgates	-	-	
Ganhos atuariais	(4.339,58)	(10.209,47)	
Perdas atuariais	-	-	
Valor responsabilidades dezembro	4.266,14	8.250,61	

f) Reconciliação dos saldos de abertura e fecho do justo valor dos ativos

Euros

<i>Apólices Universal Life</i>		
<i>Conceito</i>	<i>2018</i>	<i>2017</i>
Valor ativos janeiro	1.818,69	3.483,03
Excesso cobertura – novos CCT/2008	(752,56)	(1.664,34)
Valor ativos dezembro	1.066,13	1.818,69

Euros

<i>Apólices Universal Life</i>		
<i>Conceito</i>	<i>2018</i>	<i>2017</i>
Valor ativos janeiro	19.199,36	19.046,03
Contribuições empresa	-	-
Resgates	-	-
Retorno ativos	144,00	142,85
Ganhos atuariais	-	10,48
Perdas atuariais	(0,01)	-
Valor ativos dezembro	19.343,35	19.199,36

Euros

<i>Total de ativos</i>		
<i>Conceito</i>	<i>2018</i>	<i>2017</i>
Valor ativos janeiro	21.018,05	22.529,06
Excesso cobertura – novos CCT/2008	(752,56)	(1.664,34)
Contribuições da empresa	-	-
Resgates	-	-
Retorno ativos	144,00	142,85
Ganhos atuariais	-	10,48
Perdas atuariais	(0,01)	-
Prestações pagas	-	-
Valor ativos dezembro	20.409,48	21.018,05

g) Reconciliação do valor da obrigação e do justo valor dos ativos do plano

A totalidade das obrigações e ativos relativos ao Plano de Benefícios Definido da MAPFRE – Seguros de Vida, S.A., descritos nas alíneas e) e f) anteriores, são relevados no balanço na linha de “Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo” e na linha de “Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo”.

h) Gasto total reconhecido na conta de ganhos e perdas e em capital próprio

Euros

<i>Gasto reconhecido em resultados</i>		
<i>Conceito</i>	<i>2018</i>	<i>2017</i>
Custo serviço corrente	232,18	464,33
Custo dos juros	122,94	202,84
Retorno ativos	(144,00)	(142,85)
Pagamentos	-	-
Ganhos atuariais	-	-
Perdas atuariais	-	-
Total	211,12	524,32

Euros

<i>Gasto reconhecido em capital próprio</i>		
<i>Conceito</i>	<i>2018</i>	<i>2017</i>
Excesso de cobertura – novos CCT/2008	(752,56)	(1.664,34)
Perdas atuariais	-	-
Ganhos atuariais	(4.339,58)	(8.555,61)
Total	(5.092,14)	(10.219,95)

A Companhia reconheceu, no exercício de 2018, em ganhos e perdas, uma perda de 211,12 € e em capital próprio um ganho de 5.092,14 €.

i) Descrição dos principais pressupostos atuariais usados

O cálculo da responsabilidade foi efetuado de acordo com os preceitos da IAS 19, com as seguintes bases:

- Método de valorização atuarial “Unit Credit” ou Método da Unidade de Crédito Projetada;
- Hipóteses atuariais, nem imprudentes nem excessivamente conservadoras;
- Tabelas de mortalidade geracionais espanholas de sobrevivência PERM 2000 P para homens e PERF 2000 P para mulheres;
- Não se considerou taxa de rotação;
- Taxa de juro para estimação do valor atual das responsabilidades à data de 31 de dezembro de 2018 de 2,08%;
- Crescimento no valor das pensões da segurança social de 1,50% ao ano;
- Incremento do valor das pensões a cargo da Companhia de 1,50% ao ano;
- Taxa de inflação anual de 1,50%;
- Incremento salarial à taxa de crescimento anual de 0,60%;
- Idade normal de reforma os 65 anos.

O plano enquadra-se nas disposições do anterior Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora e apresenta as seguintes características:

- Terão direito à prestação de reforma os trabalhadores com data de ingresso no sector segurador anterior a 22 de junho de 1995, de acordo com o estipulado no anterior Contrato Coletivo de Trabalho;
- Os trabalhadores que atinjam os 65 anos de idade como ativos ou como pré-reformados têm direito a uma prestação vitalícia, a cargo da Companhia, pagável 14 vezes no ano, de acordo com a seguinte fórmula:

$P = (0,8 * I_{14} / I_{12} * R) - (0,022 * n * S / 60)$ em que:

- P = Prestação a pagar pela Companhia;
- R = último salário efetivo no momento da reforma;
- n = número de anos de contribuição para a Segurança Social;
- S = soma dos salários anuais dos 5 melhores anos dos últimos 10; e
- $0,3 > = 0,022 * N < = 0,8$.

- Para ter direito a esta prestação, os trabalhadores têm que contar dez anos de serviço na Atividade seguradora;
- Qualquer fração de ano conta como um ano completo;
- Atualização anual da prestação à taxa de inflação de 1,50%. Porém, a soma da prestação anual resultante dessa atualização com a pensão anual a cargo da Segurança Social não poderá ultrapassar o ordenado mínimo líquido anual (ordenado base adicionado do prémio de antiguidade do momento em que se reformou).

Os conceitos utilizados foram os seguintes:

Valor atual das responsabilidades

Corresponde ao valor atual dos pagamentos futuros esperados que são necessários para cumprir com

as responsabilidades derivadas dos serviços prestados pelos trabalhadores no exercício corrente e nos anos anteriores.

Calculou-se o valor da prestação, segundo as bases antes referenciadas e, a partir dela, calculou-se o capital total equivalente aos 65 anos.

Com este capital e aplicando o método “*Unit Credit*”, obteve-se a parte do capital total, que atendendo ao período de trabalho na Companhia até aos 65 anos e ao período decorrido na mesma até 31 de dezembro de 2018, deve considerar-se como ganho.

Este capital ganho está referido aos 65 anos, momento em que o trabalhador começa a receber a prestação estimada, portanto efetuou-se a atualização atuarial e financeira desse capital à data de 31 de dezembro de 2018.

Custo do serviço corrente

Corresponde ao incremento do valor atual das responsabilidades em consequência dos serviços prestados pelos trabalhadores no presente exercício.

Custo dos juros

Obtém-se multiplicando a taxa de rendimento financeiro do início do exercício (1,49% anual) pelo valor atual das responsabilidades existente a 31 de dezembro de 2017 e corresponde ao incremento do valor atual das responsabilidades devido ao facto de tais prestações estarem um exercício mais próximo do seu vencimento.



j) Quantias do período corrente e dos dois períodos anuais anteriores

Euros

<i>Conceito</i>	<i>2018</i>	<i>2017</i>	<i>2016</i>
Valor das responsabilidades	4.266,14	8.250,61	17.792,91
Valor dos ativos	20.409,48	21.018,05	22.529,06
Excesso/(Insuficiência)	16.143,34	12.767,44	4.736,15
Ganhos/(Perdas) atuariais das responsabilidades	4.339,58	10.209,47	(1.208,62)
% sobre responsabilidades	101,72%	123,74%	-6,79%
Ganhos/(Perdas) atuariais dos ativos	-0,01	10,48	-63,53
% sobre ativos	0,00%	0,05%	-0,28%

Os ganhos e perdas atuariais apurados resultam exclusivamente da alteração da taxa de desconto.

28. Rendimentos

Os rendimentos financeiros registados em ganhos e perdas compreendem os juros dos títulos de dívida, dividendos de ações e juros de empréstimos sobre apólices, tendo em conta o regime contabilístico do acréscimo.

Estão lançados nesta rubrica, os ganhos resultantes do processo de amortização com a utilização do método do juro efetivo.

Euros

<i>Rendimentos/Réditos</i>	<i>2018</i>		
	Juros de ativos financ não valorizados justo valor por via de g&p	Outros	Total
De ativos disponíveis para venda	10.747.638,02	-	10.747.638,02
de juros de títulos de dívida	9.338.527,99	-	9.338.527,99
dividendos de ações	680.053,21	-	680.053,21
rendimento custo amortizado	729.056,82	-	729.056,82
De ativos classificados justo valor por via g&p	-	725.424,24	725.424,24
de juros de títulos de dívida	-	725.424,24	725.424,24
rendimento custo amortizado	-	-	-
De outros	-	1.460,34	1.460,34
de empréstimos sobre apólices	-	1.460,34	1.460,34
Total	10.747.638,02	726.884,58	11.474.522,60

Euros

<i>Rendimentos / Réditos</i>	2017		
	Juros de ativos financ não valorizados justo valor por via de g&p	Outros	Total
De ativos disponíveis para venda	11.638.716,15	-	11.638.716,15
de juros de títulos de dívida	10.358.767,76	-	10.358.767,76
dividendos de ações	511.244,20	-	511.244,20
rendimento custo amortizado	768.704,19	-	768.704,19
De ativos classificados justo valor por via g&p	-	402.944,40	402.944,40
de juros de títulos de dívida	-	402.944,40	402.944,40
rendimento custo amortizado	-	-	-
De outros	-	3.231,09	3.231,09
de empréstimos sobre apólices	-	3.231,09	3.231,09
Total	11.638.716,15	406.175,49	12.044.891,64

29. Gastos Financeiros

Os gastos financeiros registados em ganhos e perdas compreendem os gastos de gestão dos investimentos inicialmente registados por natureza e imputados à função investimentos e os gastos resultantes do processo de amortização com a utilização do método do juro efetivo.

Euros

<i>Gastos Financeiros</i>	2018			
	Juros de ativos financ não valorizados justo valor por via de g&p	Juros de passivos financ não valorizados justo valor por via de g&p	Outros	Total
Gasto custo amortizado	1.656.738,06	-	92.880,58	1.749.618,64
Perdas em passivos financeiros	-	87.397,16	-	87.397,16
Gastos de gestão dos investimentos registados inicialmente por natureza	-	-	475.337,14	475.337,14
Total	1.656.738,06	87.397,16	568.217,72	2.312.352,94

Euros

<i>Gastos Financeiros</i>	2017			
	Juros de ativos financ não valorizados justo valor por via de g&p	Juros de passivos financ não valorizados justo valor por via de g&p	Outros	Total
Gasto custo amortizado	1.656.738,06	-	92.880,58	1.749.618,64
Perdas em passivos financeiros	-	241.846,73	-	241.846,73
Gastos de gestão dos investimentos registados inicialmente por natureza	-	-	481.949,57	481.949,57
Total	1.549.760,87	241.846,73	503.227,17	2.294.834,77

30. Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros não Valorizados ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas

Os ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros, não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas, apresentam na conta de ganhos e perdas um valor positivo, conforme se demonstra nos quadros abaixo:

Euros

<i>Ganhos e Perdas em Investimentos</i>	2018		
	Ganhos	Perdas	Ganho/perda líquido
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas			
De ativos disponíveis para venda			
de títulos de dívida	676.472,71	161.200,69	515.272,02
de ações	878.069,69	752.185,13	125.884,56
Total	1.554.542,40	913.385,82	641.156,58

Euros

<i>Ganhos e Perdas em Investimentos</i>	2017		
	Ganhos	Perdas	Ganho/perda líquido
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas			
De ativos disponíveis para venda			
de títulos de dívida	1.271.423,39	468.403,78	803.019,61
de ações	561.571,16	110.311,11	451.260,05
Total	1.832.994,55	578.714,89	1.254.279,66

31. Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros Valorizados ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas

Os ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros, valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas, apresentam na conta de ganhos e perdas um valor positivo, conforme se demonstra nos quadros seguintes:

Euros

<i>Ganhos e Perdas em Investimentos</i>	2018		
	Ganhos	Perdas	Ganho/perda líquido
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas			
De ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	539.044,31	649.387,84	(110.343,53)
de títulos de dívida	529.395,04	395.508,52	133.886,52
de fundos de investimento	9.649,27	253.879,32	(244.230,05)
Juro técnico dos passivos financeiros	214.174,02	-	214.174,02
Total	753.218,33	649.387,84	103.830,49

<i>Ganhos e Perdas em Investimentos</i>	<i>2017</i>		
	<i>Ganhos</i>	<i>Perdas</i>	<i>Ganho/perda líquido</i>
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas			
De ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	1.537.702,18	63.101,60	1.474.600,58
de títulos de dívida	1.431.392,50	-	1.431.392,50
de fundos de investimento	106.309,68	63.101,60	43.208,08
Juro técnico dos passivos financeiros	-	25.923,03	(25.923,03)
Total	1.537.702,18	89.024,63	1.448.677,55

32. Outros Rendimentos e Gastos Técnicos, Líquidos de Resseguro

Nos exercícios de 2018 e 2017, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Euros

<i>Conceito</i>	<i>2018</i>	<i>2017</i>
Outros Rendimentos/Gastos		
Gastos técnicos	450.097,06	147.029,73
Relativos ao ramo vida	450.097,06	147.029,73
Outros	450.097,06	147.029,73
Rendimentos técnicos	4.225,91	68,56
Relativos ao ramo vida	4.225,91	68,56
Outros	4.225,91	68,56
Total	(445.871,15)	(146.961,17)

33. Ajustamentos e Outras Provisões (variação)

Nos exercícios de 2018 e 2017, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Euros

<i>Conceito</i>	<i>2018</i>	<i>2017</i>
Ajustamentos do exercício		
Ajustamentos de recibos por cobrar	12.530,21	12.800,30
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa	-	(174,20)
Total	12.530,21	12.626,10

34. Outros Rendimentos e Gastos

Nos exercícios de 2018 e 2017, esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

<i>Conceito</i>	Euros	
	<i>2018</i>	<i>2017</i>
Outros Rendimentos/Gastos		
Outros gastos	50.699,89	100.160,89
Gastos e perdas não correntes	28.280,46	99.226,57
Multas e penalidades	992,02	317,77
Outros gastos	27.288,44	98.908,80
Gastos e perdas financeiras	774,94	934,32
Diferenças de câmbio desfavoráveis	156,04	574,06
Outros gastos e perdas financeiras	618,90	360,26
Perdas em outros ativos tangíveis	21.644,49	-
Outros rendimentos	95.364,01	51.965,43
Rendimentos e ganhos não correntes	4.564,96	9.500,19
Restituição de impostos	993,93	3.695,99
Outros	3.571,03	5.804,20
Rendimentos e ganhos financeiros	83.664,05	39.845,93
Juros obtidos	6.239,72	6.848,13
Diferenças de câmbio favoráveis	0,45	80,09
Outros rendimentos e ganhos financeiros	77.423,88	32.917,71
Outros	7.135,00	2.619,31
Ganhos com benefícios pós-emprego	-	-
Total	44.664,12	(48.195,46)

35. Relato por Segmentos

Para efeitos de gestão, a Companhia está organizada por unidades de negócio baseadas nos tipos de produtos que explora, agrupados nos segmentos reportáveis de Rendas, Risco, Mistos, Universal Life, Capitalização e PPR.

A definição destes segmentos de negócios foi efetuada, tendo em conta a similitude da natureza dos riscos associados a cada produto explorado, a similaridade dos processos de exploração destes negócios e a organização e processos de gestão em vigor na Companhia.

Os riscos seguros estavam sediados em Portugal Continental e na Região Autónoma da Madeira e os prémios de contratos de seguros e de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento, apresentavam, no exercício de 2018 e no exercício anterior, a seguinte composição por segmentos reportáveis:

2018						
<i>Tipo de Contrato (para efeitos contabilísticos)</i>	Rendas	Risco	Mistos	Universal Life	Capitalização	PPR
Contratos de seguro	9%	13%	9%	6%	35%	28%
Contratos de investimento	0%	0%	0%	0%	95%	5%

2017						
<i>Tipo de Contrato (para efeitos contabilísticos)</i>	Rendas	Risco	Mistos	Universal Life	Capitalização	PPR
Contratos de seguro	13%	14%	8%	5%	42%	18%
Contratos de investimento	0%	0%	0%	0%	93%	7%

Apresenta-se de seguida a Conta de Ganhos e Perdas por segmentos de negócio, evidenciando-se a sua ligação com a Conta de Ganhos e Perdas global da Companhia, para os exercícios de 2018 e 2017:

Euros

2018				
<i>Conta de Ganhos e Perdas</i>	Ramos vida global	Rendas, risco, mistos e U. Life	Capitalização	P.P.R.
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	36.642.520,45	12.839.374,24	13.379.659,91	10.423.486,30
Comissões de contratos de seguro contabilisticamente contabilizados como contratos de investimento	-	-	-	-
Custos com sinistros líquidos de resseguro	50.725.539,02	8.500.914,35	6.191.789,11	36.032.835,56
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro (variação)	(24.536.323,21)	2.387.493,79	(4.095.252,25)	(22.828.564,75)
Participação nos resultados líquida de resseguro	434.127,00	313.175,82	-	120.951,18
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)	13.313.763,23	-	13.313.763,23	-
Custos e gastos de exploração líquidos de resseguro	4.011.412,68	2.032.421,37	387.760,55	1.591.230,76
Rendimentos financeiros	11.474.522,60	3.193.162,64	2.666.137,62	5.615.222,34
Gastos financeiros	2.312.352,94	423.514,72	796.093,23	1.092.744,99
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	641.156,58	350.870,24	17.130,18	273.156,16
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	103.830,49	-	103.830,49	-
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	-	-	-	-
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	(445.871,15)	(364.434,76)	(12.322,98)	(69.113,41)
Outras provisões (variação)	12.530,21	-	-	-
Outros rendimentos/gastos	44.664,12	-	-	-
Resultado antes de impostos	2.187.421,22	2.361.452,31	(439.718,65)	233.553,65
Imposto s/rendimento do exercício – impostos correntes	475.828,63	-	-	-
Imposto s/rendimento do exercício – impostos diferidos	-	-	-	-
Resultado depois de impostos	1.711.592,59	2.361.452,31	(439.718,65)	233.553,65

<i>Conta de Ganhos e Perdas</i>	2017			
	Ramos vida global	Rendas, risco, mistos e U. Life	Capitalização	PPR
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	43.218.024,00	16.681.022,68	18.770.532,22	7.766.469,10
Comissões de contratos de seguro contabilisticamente contabilizados como contratos de investimento	-	-	-	-
Custos com sinistros líquidos de resseguro	30.503.305,03	9.249.432,79	6.634.704,81	14.619.167,43
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro (variação)	7.068.943,19	4.730.419,87	6.102.953,54	(3.764.430,22)
Participação nos resultados líquida de resseguro	608.459,94	225.175,43	-	383.284,51
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)	8.673.076,11	-	8.673.076,11	-
Custos e gastos de exploração líquidos de resseguro	6.297.790,12	4.135.394,21	711.024,99	1.451.370,92
Rendimentos financeiros	12.044.891,64	3.138.468,58	2.438.346,88	6.468.076,18
Gastos financeiros	2.294.834,77	345.711,43	686.327,64	1.262.795,70
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	1.254.279,66	680.738,46	57.774,41	515.766,79
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	1.448.677,55	-	1.448.677,55	-
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	-	-	-	-
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	(146.961,17)	(146.626,77)	(125,74)	(208,66)
Outras provisões (variação)	12.626,10	-	-	-
Outros rendimentos/gastos	(48.195,46)	-	-	-
Resultado antes de impostos	2.311.680,96	1.667.469,22	(92.881,77)	797.915,07
Imposto s/rendimento do exercício – impostos correntes	650.517,20			
Imposto s/rendimento do exercício – impostos diferidos	-			
Resultado depois de impostos	1.661.163,76	1.667.469,22	(92.881,77)	797.915,07

Nos exercícios de 2018 e de 2017, a totalidade da atividade desenvolvida pela Companhia foi realizada em território nacional, pelo que não é apresentada qualquer informação por segmento geográfico.

Não se apresenta o relato por segmentos das rubricas de balanço, dado que esta informação não é alvo de análise por parte da Companhia, neste sentido não é regularmente preparada.

36. Entidades Relacionadas

36.1. Informação sobre a empresa-mãe e sobre a empresa-mãe do topo do grupo
A MAPFRE nasceu em 1933 como “Mutualidad de Seguros de la Agrupación de Fincas Rústicas de España”, com a finalidade de segurar os trabalhadores das explorações agrícolas. A partir de 1955, assentaram-se as bases da entidade como a conhecemos na atualidade, estendendo-se a sua atividade, de forma inicial, a outros ramos de seguros como Vida, Acidentes ou Transportes.

Durante a década dos anos 70, iniciou na América Latina a estratégia internacional com as Atividades de **Assistência e Resseguro**, como pontas de lança do negócio de **Seguros**. Em 1975 inicia as suas atividades a “FUNDACIÓN MAPFRE” e nos anos 80, MAPFRE – que já era a **primeira entidade seguradora de Espanha** – consolidou a sua aposta latino-americana com um importante **esforço de investimento**, que culminou nos anos 90 com a criação de uma **rede de seguro** que atendia às particularidades locais e era similar ao modelo de êxito espanhol.

A partir do ano de 2000, começou-se a sentir a **aceleração do crescimento** das companhias da MAPFRE na América Latina, um efeito que se combinou com a diversificação dos canais de comercialização em Espanha. Em 2007, foi levada a cabo uma reorganização que proporcionou uma estrutura corporativa e uma capacidade financeira que permitiu continuar a ampliar as atividades e a expansão internacional. A “FUNDACIÓN MAPFRE”, fundação privada que desenvolve atividades não lucrativas de interesse geral, converteu-se no acionista maioritário e no garante da independência da nova sociedade MAPFRE, S.A., sociedade *holding*, que cotiza em Bolsa e integra todas as atividades do Grupo.

Desde 2007 impulsionou-se a expansão do Grupo com uma aposta na **diversificação geográfica e por mercados de elevado potencial de crescimento**, como os Estados Unidos e a Turquia.

Em 2012 **Antonio Huertas** assumiu a Presidência do Grupo, liderando hoje em dia uma seguradora global com presença nos cinco continentes e em mais de 100 países.

- A MAPFRE é a **seguradora de referência no mercado espanhol**, o terceiro grupo segurador na **América Latina**, onde também é líder no seguro Não Vida. É a **11.ª seguradora na Europa** em volume de negócio e situa-se entre as 20 primeiras companhias de seguros de automóveis nos Estados Unidos.

No seu conjunto, a MAPFRE conta com mais de **30 milhões de clientes**, **37.000 empregados**, **5.400 escritórios próprios** em todo o mundo e mais de **84.000 intermediários**.

A MAPFRE S.A. cotiza nas Bolsas de Madrid y Barcelona, e faz parte dos índices IBEX 35, Dow Jones Stoxx Insurance, MSCI Spain, FTSE All-World Developed Europe Index, FTSE4Good e FTSE4Good IBEX.

A MAPFRE – Seguros de Vida, S.A., é uma das sociedades do Grupo, que desenvolve a sua atividade em Portugal e é detida a 100% pela MAPFRE – Seguros Gerais, S.A., que por sua vez é detida a 100% pela MAPFRE ESPAÑA, S.A., e esta última detida a 100% pela MAPFRE, S.A., empresa matriz do Grupo.

36.2. Descrição dos relacionamentos entre empresas-mãe e filiais

As transações com partes relacionadas referem-se a contratos de seguros, de resseguros, imobiliárias e de serviços. Não ocorreram, contudo, quaisquer operações com a casa mãe, nem com entidades com controlo conjunto ou influência significativa sobre a Companhia, filiais, associadas, empreendimentos conjuntos nos quais a Companhia seja um empreendedor, administradores da entidade ou da casa mãe, para além das remunerações relativas aos Administradores.

36.3. Informação relacionada com o órgão de administração

A responsabilidade pelo planeamento, direção e controlo da Companhia compete ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, que constituem o Órgão Social da Companhia.

A política de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização, em cumprimento do disposto no art.º 3.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, na Norma Regulamentar n.º 5/2010-R e na Circular n.º 6/2010, da ASF, ambas de 1 de abril, está discriminada no ponto 3 do Relatório de Gestão.

Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal não auferem qualquer remuneração pelo desempenho do cargo na MAPFRE – Seguros de Vida, S.A.

No quadro abaixo, apresentam-se as entidades do Grupo MAPFRE das quais os membros do Conselho de Administração fazem parte:

<i>GRUPO MAPFRE</i>	
<i>Administrador</i>	Sociedades nas quais integram o Órgão de Administração
Luis Anula Rodriguez	MAPFRE – SEGUROS GERAIS, S.A.
Vítor Manuel da Silva Reis	
Juan Fernández Palacios	MAPFRE VIDA
Pedro Ribeiro e Silva	MAPFRE – SEGUROS GERAIS, S.A. (como secretário)

36.4. Operações ocorridas e saldos entre as entidades relacionadas

Apresentam-se de seguida, as operações ocorridas e saldos do exercício com todas as entidades relacionadas:

Euros

<i>Conceito</i>	<i>Gastos</i>		<i>Rendimentos</i>	
	2018	2017	2018	2017
Serviços recebidos/prestados e outros gastos/rendimentos	147.120,55	216.174,99	253.006,16	264.823,36
Gastos/rendimentos de investimentos imobiliários	13.308,78	11.385,55	-	-
Gastos/rendimentos de investimentos e contas financeiras	405.102,17	401.526,19	335,00	2.417,00
Total	565.531,50	629.086,73	253.341,16	267.240,36



Euros

<i>Conceito</i>	<i>Operações Gerais</i>	
	2018	2017
Saldos a receber e a pagar	(83.031,39)	(4.804,19)
Depósitos	159.087,91	251.758,62
Total	76.056,52	246.954,43

As operações de resseguro, efetuadas entre empresas do Grupo apresentam-se no quadro seguinte:

Euros

<i>Conceito</i>	<i>Resseguro Cedido</i>	
	2018	2017
Prémios	1.050.904,63	1.032.509,01
Sinistros recebidos	393.790,66	204.214,41
Varição de provisões técnicas	(119.800,36)	134.070,30
Comissões	546.417,98	427.850,52
Juros sobre depósitos	-	-

Os valores referentes aos saldos das contas correntes de resseguro, de depósitos constituídos e de provisões técnicas, por operações de resseguro, com entidades do Grupo apresentam-se no quadro seguinte:

Euros

<i>Conceito</i>	<i>Resseguro Cedido</i>	
	2018	2017
Saldos a receber e a pagar	343.637,80	144.943,47
Provisões técnicas	1.284.731,38	1.388.163,27
Total	1.628.369,18	1.533.106,74



Euros

Entidade	Tipo de relação/transação	Saldo em	Saldo em	Saldo em
		31.12.2018	31.12.2018	31.12.2018
		Dr/(Cr)	Dr/(Cr)	Dr/(Cr)
Em Portugal		Depósitos	Deved. e cred. por outras operações	Conta corrente de resseguro
MAPFRE – SEGUROS GERAIS	Seguradora/segurado			
	Pagamentos/recebimentos lançados em conta corrente		0,00	
MAPFRE ASSISTENCIA	Seguradora/segurado			
	Resseguradora			7.515,79
MAPFRE VIDA SEGUROS Y REASEGUROS SOBRE LA VIDA HUMANA	Seguradora/segurado			
	Proprietário/arrendatário		(1.095,16)	
IBEROASSISTENCIA	Seguradora/segurado			
	Prestação serviços assistência/apoio telefónico sim24		(46,13)	
MAPFRE RE	Seguradora/segurado			
	Resseguradora			-144,25
Em Espanha		Depósitos	Deved. e cred. por outras operações	Conta corrente de resseguro
MAPFRE INVERSION	Entidade gestora dos investimentos financeiros da MAPFRE seguros da vida	159.087,91	(8.301,06)	
MAPFRE ASSET MANAGEMENT	Prestação serviços de gestão dos investimentos financeiros		(73.589,04)	
MAPFRE RE	Resseguradora			336.266,26
CONSULTORA ATUARIAL Y DE PENSIONES MAPFRE VIDA	Realização estudos atuariais			
MAPFRE TECH	Prestação serviços no ambito informatico			
Total		159.087,91	(83.031,39)	343.637,80

Volume de prémios

▼ **14,8%**
total de 37,75M€

Euros

<i>Operações de resseguro</i>				<i>Outras operações</i>		
Ganhos e perdas				Balanço		
Prémios	Comissões	Sinistros	Juros	Provisões técnicas	Custo	Proveito
					41.244,33	195.478,28
					10.793,03	
						49.134,32
(11.400,41)	(96,77)	0,00		1.554,56		
						980,37
					13.308,78	
						7.413,19
					2.847,31	
9.911,13	40,85	0,00		582,00		
Prémios	Comissões	Sinistros	Juros	Provisões técnicas	Custo	Proveito
					41.324,44	335,00
					363.777,73	
1.052.393,91	546.473,90	273.990,30		1.282.594,82		
					92.235,88	
1.050.904,63	546.417,98	273.990,30	0,00	1.284.731,38	565.531,50	253.341,16

37. Divulgações Relativas aos Riscos Resultantes de Contratos de Seguro

37.1. Análises de sensibilidade, concentração e sinistros efetivos/estimados sobre o risco específico de seguros

a) Sensibilidade ao risco

Para a atividade de Vida, o nível de sensibilidade mede-se em função do valor implícito (também chamado intrínseco), calculado de acordo com os princípios e metodologia estabelecidos no “Market Consistent Embedded Value”. O valor implícito obtém-se adicionando ao património líquido ajustado o valor atual dos lucros futuros e subtraindo o valor temporal das garantias e opções e os custos friccionais dos capitais requeridos.

A metodologia para cálculo do valor implícito está baseada na avaliação de cada um dos componentes de risco do negócio de forma isolada e diferenciando entre a carteira existente e o novo negócio captado no ano.

Existe alguma sensibilidade dos resultados obtidos a alguns dos pressupostos usados, mais concretamente:

- Um aumento da mortalidade em 5 pontos percentuais teria um impacto muito significativo nos produtos de morte podendo reduzir o “Value In-Force” (VIF) apesar da compensação em sentido contrário nas rendas vitalícias;
- Uma descida da rentabilidade dos ativos financeiros em um ponto percentual pode reduzir o “VIF”, sobretudo pelo impacto que tem nos produtos financeiros e nas rendas vitalícias.

Apresentamos abaixo o impacto que as alterações aos pressupostos acima mencionados causariam no “VIF”:

Variação	2018		
	Contratos seguro	Contratos de investimento	Total
“Value In-Force” (VIF) do negócio	18.602.476,99	106.049,74	18.708.526,73
Aumento de mortalidade em 5 p.p.	(408.987,74)	(566,62)	(409.554,36)
Diminuição de 1 p.p. na rentabilidade financeira	(2.094.658,15)	2.435,95	(2.092.222,20)

b) Sensibilidade dos passivos à taxa de juro

A partir dos fluxos do “Market Consistent Embedded Value” (sem gastos de administração) foram determinadas as TIRs implícitas nas reservas de balanço, por modalidade. Foi aplicado um incremento/decremento de 1 p.p. a estas TIRs e recalculada a reserva com base nos fluxos e na nova TIR. Neste recálculo consideram-se excluídos os produtos puros de risco e ainda aqueles cujo risco é por conta do tomador.

Apresentamos abaixo o impacto que as alterações aos pressupostos acima mencionados causariam no resultado antes de impostos:

Euros

<i>2018</i>	
<i>Varição</i>	Impacto no resultado antes de impostos
Incremento de 1 p.p. nas TIRs implícitas nas reservas de Balanço	12.357.497,06
Decremento de 1 p.p. nas TIRs implícitas nas reservas de Balanço	(14.120.326,73)

Euros

<i>2017</i>	
<i>Varição</i>	Impacto no resultado antes de impostos
Incremento de 1 p.p. nas TIR's implícitas nas reservas de Balanço	13.292.922,54
Decremento de 1 p.p. nas TIR's implícitas nas reservas de Balanço	(15.622.089,15)

c) Concentração de risco

Uma das bases da política de subscrição é a diversificação de riscos que se consubstancia na exploração de várias modalidades de seguro, tanto de produtos de risco como de capitalização, bem como na manutenção de uma adequada estrutura de resseguro.

Euros

<i>2018</i>							
<i>Rubrica</i>	Rendas	Risco	Mistos	Universal Life	Capitalização	PPR	Total
Prémios brutos emitidos	3.361.814,53	5.042.757,43	3.255.982,26	2.290.323,56	13.379.659,91	10.423.486,30	37754.023,99
Prémios de resseguro cedido	-	1.036.536,44	10.345,56	6.506,88	-	-	1.053.388,88
% Composição da carteira	8,9%	13,4%	8,6%	6,1%	35,4%	27,6%	100,0%
% Média de retenção	100,0%	79,4%	99,7%	99,7%	100,0%	100,0%	97,2%

Euros

<i>2017</i>							
<i>Rubrica</i>	Rendas	Risco	Mistos	Universal Life	Capitalização	PPR	Total
Prémios brutos emitidos	5.661.981,00	6.306.195,53	3.491.739,32	2.312.244,09	18.770.532,22	7.766.469,10	44.309.161,26
Prémios de resseguro cedido	-	1.032.793,12	10.375,71	5.861,63	-	-	1.049.030,46
% Composição da carteira	12,8%	14,2%	7,9%	5,2%	42,4%	17,5%	100,0%
% Média de retenção	100,0%	83,6%	99,7%	99,7%	100,0%	100,0%	97,6%

<i>2018</i>				
<i>Contratos de Resseguro</i>		Risco	Mistos	Universal Life
Proporcional	Quota Parte	✓		
	Excedente	✓	✓	✓
	Facultativo	✓		
Não Proporcional	XL – Cobertura por evento/sinistro	✓	✓	✓

Em relação a duas outras medidas de concentração – geográfica e de moeda – todos os prémios brutos emitidos respeitam ao território de Portugal e a Euros, respetivamente.

37.2. Informação quantitativa e qualitativa sobre riscos de crédito e liquidez

a) Risco de crédito

Derivado dos tomadores de seguro

Cerca de 13% da carteira da Companhia tem pagamento domiciliado e 52% tem pagamento direto nos escritórios da Companhia, ou seja, 69% da carteira é cobrada sem intervenção de mediadores, facto que diminui a exposição ao risco de crédito. Para a carteira não cobrada, quer da mediada quer da não mediada, é efetuada uma gestão diária para evitar as anulações por falta de pagamento e calculado e contabilizado um ajustamento para recibos por cobrar.

Resultante de mediadores de seguro

Os mediadores na MAPFRE – Seguros de Vida, S.A., detêm 30% da carteira da Companhia, e dispõem de capacidade de cobrança via internet, ferramenta onde os recibos são virtuais e existem procedimentos automáticos de controlo sobre a emissão de recibos quando existem valores antigos por cobrar, o que diminui a exposição ao risco.

Decorrente de contratos de resseguro

O risco de crédito encontra-se minimizado, tendo em conta que a política de resseguro privilegia as entidades com qualidade creditícia superior a “A”, conforme já anteriormente referenciado.

No quadro seguinte, apresentamos a exposição máxima ao risco:

<i>Resseguro Cedido</i>	<i>Valor Contabilístico</i>	
	2018	2017
Provisão para sinistros	1.120.172,72	1.239.973,10
Provisão para prémios não adquiridos	164.558,64	148.308,10
Créditos por operações de resseguro cedido	336.266,26	177.088,78
Dívidas por operações de resseguro cedido	7.371,54	(32.145,31)
Total posição líquida	1.628.369,16	1.533.224,67

Esta exposição máxima encontra-se distribuída de acordo com a classificação creditícia dos resseguradores do quadro seguinte:

<i>Classificação Creditícia dos Resseguradores</i>	<i>Valor Contabilístico</i>	
	2018	2017
A	1.628.369,16	1.533.224,67
BBB	-	-
Total posição líquida	1.628.369,16	1.533.224,67

b) Risco de liquidez

Para cobrir eventuais obrigações derivadas dos contratos de seguro, mantêm-se saldos de “Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem” considerados suficientes para responder a necessidades de liquidez de curto prazo.

Adicionalmente, a maioria dos investimentos financeiros encontram-se classificados como disponíveis para venda e são negociados em mercados regulamentados, o que garante a possibilidade imediata de os transformar em liquidez.

Os calendários estimados de saídas de tesouraria relacionadas com passivos de seguros encontram-se nos quadros seguintes relativos aos exercícios de 2018 e 2017:

Euros

<i>Conceito</i>	2018							Saldo Final
	<i>Seguro Direto</i>							
	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	5.º ano	Após o 5.º ano		
Provisão matemática	54.804.649,34	38.919.658,25	31.598.515,84	26.554.106,10	35.864.723,20	116.520.592,66	304.262.245,39	
Provisão para sinistros	13.609.919,50	-	-	-	-	-	13.609.919,50	
Provisão para participação nos resultados	906.565,05	1,97	0,08	2,39	0,29	101.091,11	1.007.660,89	
Provisão para prémios não adquiridos	807.449,67	-	-	-	-	-	807.449,67	
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	855.630,65	936.044,07	795.284,65	677.332,80	534.444,49	4.313.945,91	8.112.682,57	
Dívidas por operações de seguro directo	837.378,36	-	-	-	-	-	837.378,36	
Dívidas por operações de resseguro	2.539,56	-	-	-	-	-	2.539,56	
Total posição líquida	71.824.132,13	39.855.704,29	32.393.800,57	27.231.441,29	36.399.167,98	120.935.629,68	328.639.875,94	

Euros

<i>Conceito</i>	2017							Saldo Final
	<i>Seguro Direto</i>							
	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	5.º ano	Após o 5.º ano		
Provisão matemática	43.886.399,60	52.290.012,01	37.015.446,64	28.939.725,32	24.426.522,42	126.389.906,79	312.948.012,78	
Provisão para sinistros	7133.587,07	468.662,28	353.044,60	385.506,27	338.239,87	685.546,33	9.364.586,42	
Provisão para participação nos resultados	846.769,07	369,00	4,87	0,21	6,55	79.579,73	926.729,43	
Provisão para prémios não adquiridos	750.996,93	-	-	-	-	-	750.996,93	
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	3.041.672,98	768.538,58	786.436,63	645.413,63	516.970,72	4.183.336,02	9.942.368,56	
Dívidas por operações de seguro directo	2.358.102,30	-	-	-	-	-	2.358.102,30	
Dívidas por operações de resseguro	32.854,06	-	-	-	-	-	32.854,06	
Total posição líquida	58.050.382,01	53.527.581,87	38.154.932,74	29.970.645,43	25.281.739,56	131.338.368,87	336.323.650,48	

37.3. Prestação de informação qualitativa relativa à adequação dos prémios e das provisões

A Companhia dispõe, anualmente, de um estudo atuarial pormenorizado dos produtos em carteira, com o intuito de adequar os prémios a todas as suas responsabilidades, nomeadamente encargos de aquisição, gastos gerais e sinistros a pagar.

Em relação à suficiência das provisões para sinistros, a mesma foi igualmente objeto de análise atuarial pelo Atuário Responsável, através de estudos aprofundados da evolução das matrizes de desenvolvimento dos sinistros, detalhadas por modalidades, bem como das provisões complementares constituídas para IBNR/IBNER concluindo pela sua adequação.

A suficiência das provisões matemáticas foi também objeto de análise pelo atuário responsável, por cada modalidade, em função das notas técnicas dos respetivos produtos.

No caso particular das provisões para prémios não adquiridos, as mesmas são rigorosamente calculadas, recibo a recibo, pelo método “*pro-rata temporis*”, tendo sido validadas pelo atuário responsável através de amostragem.

Relativamente à provisão para participação nos resultados, a mesma é calculada, por produto e de acordo com as respetivas notas técnicas.

37.4. Informação quantitativa e qualitativa de alguns rácios

Apresentamos no quadro abaixo um conjunto de rácios para o conjunto de ramos da carteira da Companhia, relativos aos exercícios de 2018 e 2017:

2018	
Rácios*	Ramo Vida
Rácio de sinistralidade	109%
Rácio de despesas	10%
Rácio combinado	119%

* Calculados líquidos de resseguro cedido

2017	
Rácios*	Ramo Vida
Rácio de sinistralidade	108%
Rácio de custos de exploração	14%
Rácio combinado	123%

* Calculados líquidos de resseguro cedido

38. Divulgações Relativas aos Riscos Resultantes de Instrumentos Financeiros

38.1. Informação qualitativa para avaliação da natureza e extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros

Em geral, a Companhia baseia a sua política de investimentos em critérios de prudência, privilegiando os títulos de rendimento fixo e recomenda uma distribuição de referência de 85% para títulos de rendimento fixo e 15% para rendimento variável.

Não obstante, assume um certo grau de risco, de acordo com os seguintes critérios:

- Risco de taxa de juro – A variável utilizada para medir este risco é a duração modificada, estabelecendo-se que a sua magnitude deve-se situar em torno dos 5%, com um máximo de 7%;
- Risco de câmbio – A exposição a este risco apenas deve ser mantida por motivos de diversificação dos investimentos e não pode superar os 10% do total dos investimentos;
- Outros riscos de mercado – Relativamente a outros possíveis riscos de mercado que não os anteriores, encontra-se estabelecido que não devem superar os 20% do total dos investimentos.

Existe uma adequada diversificação internacional e setorial dos ativos de rendimento variável, no sentido de reduzir a exposição ao risco de um mercado específico. O risco de crédito é minimizado através do investimento, em títulos emitidos por entidades de elevada solvência e da diversificação dos investimentos de rendimento fixo. Como referência, as aplicações de rendimento fixo devem conter aproximadamente 55% de títulos de rendimento fixo de Estados ou organismos supranacionais que gozem da garantia dos Estados e 45% de títulos emitidos por empresas de alta classificação creditícia.

Quer no caso dos títulos de rendimento fixo como nos de rendimento variável, aplicam-se critérios de diversificação por sectores de Atividade e limites máximos de risco por emissor.

Ainda que as limitações de risco se encontrem estabelecidas através de variáveis facilmente observáveis, realizam-se regularmente análises de risco em termos probabilísticos em função das volatilidades e correlações históricas.

38.2. Informação quantitativa para avaliação da natureza e extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros

a) Risco de crédito

Nos quadros seguintes, apresenta-se o nível máximo de exposição ao risco de crédito e a classificação creditícia dos emissores de valores de títulos de dívida:

Euros

Classificação Creditícia dos Emissores	2018			
	Valor mercado			Total
	Dívida pública e outros emissores públicos	Bancos e instituições financeiras	Outros	
AAA	-	-	-	-
AA	-	15.012.850,91	-	15.012.850,91
A	74.385.832,47	3.352.319,61	1.209.680,92	78.947.833,00
BBB	177.738.049,86	22.262.218,71	12.733.658,82	212.733.927,39
BB ou menor	-	-	-	-
NR	-	-	212.542,06	212.542,06
Total	252.123.882,33	40.627.389,23	14.155.881,80	306.907.153,36

Euros

Classificação Creditícia dos Emissores	2017			
	Valor mercado			Total
	Dívida pública e outros emissores públicos	Bancos e instituições financeiras	Outros	
AAA	-	-	-	-
AA	-	5.859.280,00	-	5.859.280,00
A	-	15.808.560,00	5.882.840,00	21.691.400,00
BBB	264.254.631,08	17.349.580,00	10.633.804,91	292.238.015,99
BB ou menor	-	-	-	-
NR	-	-	995.770,00	995.770,00
Total	264.254.631,08	39.017.420,00	17.512.414,91	320.784.465,99



b) Risco de câmbio

Nos quadros seguintes, apresenta-se o detalhe dos instrumentos financeiros atendendo às moedas em que estão denominados à data de encerramento do exercício:

Euros

2018					
<i>Valor contabilístico</i>					
<i>Tipo de Moeda</i>	Ações	Unidades particip. fundos invest.	Títulos de dívida	Outros depósitos	Total
Euro	14.650.862,39	8.652.079,93	306.907.153,36	224.757,01	330.434.852,69
Franco Suíço	644.751,84	-	-	-	644.751,84
Libras	286.658,03	-	-	-	286.658,03
Total	15.582.272,26	8.652.079,93	306.907.153,36	224.757,01	331.366.262,56

Euros

2017					
<i>Valor contabilístico</i>					
<i>Tipo de Moeda</i>	Ações	Unidades particip. fundos invest.	Títulos de dívida	Outros depósitos	Total
Euro	15.283.444,97	7.252.866,13	320.784.465,99	262.309,30	343.583.086,39
Franco Suíço	887.998,15	-	-	-	887.998,15
Libras	403.332,13	-	-	-	403.332,13
Total	16.574.775,25	7.252.866,13	320.784.465,99	262.309,30	344.874.416,67

c) Risco de mercado

Nas análises de sensibilidade realizadas ao risco financeiro, destacam-se entre outros, os indicadores da duração modificada, para instrumentos financeiros de rendimento fixo e o VaR (Valor em Risco) para os de rendimento variável.

A duração modificada reflete a sensibilidade do valor dos ativos aos movimentos das taxas de juro e representa uma aproximação ao valor da variação percentual no valor dos ativos financeiros, por cada ponto percentual de variação das taxas de juro.

Nos quadros abaixo, detalham-se os vencimentos, a taxa de juro média e a duração modificada:

Euros

Tipo de ativo	2018								Taxa de juro	Duração modificada
	Saldo final	Vencimento a:						Após 5 anos		
		1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos				
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas										
Títulos de dívida	33.546.519,18	-	-	5.316.699,48	5.503.107,26	-	22.726.712,44	2,5387	4,7663	
Ativos financeiros disponíveis p/venda										
Títulos de dívida	273.360.634,18	35.313.022,94	2.101.824,70	30.624.563,54	31.391.197,21	39.315.831,23	134.614.194,56	3,3606	5,2881	
Total	306.907.153,36	35.313.022,94	2.101.824,70	35.941.263,02	36.894.304,47	39.315.831,23	157.340.907,00	-	-	

Euros

Tipo de ativo	2017								Taxa de juro	Duração modificada
	Saldo final	Vencimento a:						Após 5 anos		
		1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos				
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas										
Títulos de dívida	22.976.863,05	-	-	-	5.446.710,43	5.536.839,38	11.993.313,24	2,4692	5,3699	
Ativos financeiros disponíveis p/venda										
Títulos de dívida	297.807.602,94	18.647.459,34	43.326.567,90	2.178.831,97	30.584.029,19	34.878.032,92	168.192.681,62	3,3477	5,3183	
Total	320.784.465,99	18.647.459,34	43.326.567,90	2.178.831,97	36.030.739,62	40.414.872,30	180.185.994,86	-	-	

No quadro que se segue, mostra-se os impactos estimados com base na duração média modificada do risco, resultante das alterações da taxa de juro, no capital próprio da Companhia:

Euros

Capital próprio	2018	2017
Capital próprio	39.455.063,56	39.000.294,18
Aumento de 1 p.p. na taxa de juro		
Impacto no capital próprio	(7.571.057,52)	(7.479.414,95)
Capital próprio após o impacto	31.884.006,04	31.520.879,23
Diminuição de 1 p.p. na taxa de juro		
Impacto no capital próprio	7.571.057,52	7.479.414,95
Capital próprio após o impacto	47.026.121,08	46.479.709,13

Os seguintes quadros, refletem o valor contabilístico dos instrumentos financeiros de rendimento variável expostos ao risco de bolsa e o VaR, o valor em risco (máxima variação esperada num horizonte temporal de um ano e para um nível de confiança de 99%):

Euros

2018		
<i>Tipo de ativo</i>	Valor contabilístico	VaR
Instrumentos de rendimento variável	24.234.352,19	5.048.000,00
Total	24.234.352,19	5.048.000,00

Euros

2017		
<i>Tipo de ativo</i>	Valor contabilístico	VaR
Instrumentos de rendimento variável	23.827.641,38	7.660.000,00
Total	23.827.641,38	7.660.000,00

d) Risco de concentração

No quadro abaixo, apresenta-se a exposição por sector, do total das participações financeiras à data de encerramento das contas dos exercícios de 2018 e 2017:

Euros

<i>Setor de Atividade</i>	2018	2017
Dívida pública e outros emissores públicos	252.123.882,33	264.254.631,08
Instituições financeiras	52.706.059,87	56.350.336,61
Energia	8.822.452,46	8.583.943,18
Industriais	5.381.618,07	4.600.813,35
Petrolíferas	5.302.545,57	4.947.853,79
Comunicações	5.083.341,84	4.654.702,84
Construção	1.145.496,12	-
Distribuição	382.162,65	556.653,33
Imobiliário	193.946,64	165.375,50
Tecnológicas	-	497.797,69
Total	331.141.505,55	344.612.107,37

e) Risco de liquidez

A Companhia efetua o controlo periódico do risco de liquidez e os fluxos prováveis de entradas e saídas apresentam os seguintes valores ao encerramento dos exercícios de 2018 e 2017:

Euros

Conceito	2018						
	Seguro Direto						
	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	5.º ano	Após o 5.º ano	Saldo final
Ativo							
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	7.797.068,55	-	-	-	-	-	7.797.068,55
Ativos financeiros disponíveis para venda	51.357.146,93	27.825.011,53	40.733.109,68	41.536.290,60	40.973.478,91	155.656.604,29	358.081.641,94
Empréstimos concedidos e contas a receber	45.637,94	15.113,53	40.463,82	19.154,84	11.588,85	91.690,61	223.649,59
Contas a receber por operações de seguro directo	1.756.180,14	-	-	-	-	-	1.756.180,14
Contas a receber por operações de resseguro	343.782,05	-	-	-	-	-	343.782,05
Total Ativo	61.299.815,61	27.840.125,06	40.773.573,50	41.555.445,44	40.985.067,76	155.748.294,90	368.202.322,27
Passivo							
Provisão matemática	54.804.649,34	38.919.658,25	31.598.515,84	26.554.106,10	35.864.723,20	116.520.592,66	304.262.245,39
Provisão para sinistros	13.609.919,50	-	-	-	-	-	13.609.919,50
Provisão para participação nos resultados	906.565,05	1,97	0,08	2,39	0,29	101.091,11	1.007.660,89
Provisão para prémios não adquiridos	807.449,67	-	-	-	-	-	807.449,67
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	855.630,65	936.044,07	795.284,65	677.332,80	534.444,49	4.313.945,91	8.112.682,57
Dívidas por operações de seguro directo	837.378,36	-	-	-	-	-	837.378,36
Dívidas por operações de resseguro	2.539,56	-	-	-	-	-	2.539,56
Total Passivo	71.824.132,13	39.855.704,29	32.393.800,57	27.231.441,29	36.399.167,98	120.935.629,68	328.639.875,94

Conceito	2017						
	Seguro Direto						
	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	5.º ano	Após o 5.º ano	Saldo final
Ativo							
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	7.028.856,96	-	-	-	-	-	7.028.856,96
Ativos financeiros disponíveis para venda	37.685.246,10	49.751.369,41	25.254.173,21	39.062.287,13	43.920.608,01	179.039.530,45	374.713.214,31
Empréstimos concedidos e contas a receber	38.114,00	35.441,94	11.476,23	35.239,92	34.570,78	106.662,54	261.505,41
Contas a receber por operações de seguro directo	2.637.546,46	-	-	-	-	-	2.637.546,46
Contas a receber por operações de resseguro	177.088,78	-	-	-	-	-	177.088,78
Total Ativo	47.566.852,30	49.786.811,35	25.265.649,44	39.097.527,05	43.955.178,79	179.146.192,99	384.818.211,92
Passivo							
Provisão matemática	43.886.399,60	52.290.012,01	37.015.446,64	28.939.725,32	24.426.522,42	126.389.906,79	312.948.012,78
Provisão para sinistros	7.133.587,07	468.662,28	353.044,60	385.506,27	338.239,87	685.546,33	9.364.586,42
Provisão para participação nos Resultados	846.769,07	369,00	4,87	0,21	6,55	79.579,73	926.729,43
Provisão para prémios não adquiridos	750.996,93	-	-	-	-	-	750.996,93
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	3.041.672,98	768.538,58	786.436,63	645.413,63	516.970,72	4.183.336,02	9.942.368,56
Dívidas por operações de seguro directo	2.358.102,30	-	-	-	-	-	2.358.102,30
Dívidas por operações de resseguro	32.854,06	-	-	-	-	-	32.854,06
Total Passivo	58.050.382,01	53.527.581,87	38.154.932,74	29.970.645,43	25.281.739,56	131.338.368,87	336.323.650,48

39. Divulgações Relativas à Gestão de Riscos e Gestão de Capital

39.1. Objetivos, políticas, processos e métodos de gestão dos riscos

A MAPFRE dispõe de um sistema de gestão de riscos, baseado na gestão integrada dos processos de negócio e na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos.

No topo deste sistema encontra-se o Código de Bom Governo, que define as regras basilares a observar no que respeita à ética empresarial.

Em relação à estratégia, o respetivo plano anual é elaborado sob coordenação da área de Gestão de Risco e Controlo Interno, com a participação de todas as áreas de negócio, em função dos objetivos traçados pelo órgão de gestão (crescimento, contenção de custos e rentabilidade), facto que garante, desde logo, a implicação e a articulação entre todas as áreas e níveis da organização.

Cada área apresenta as suas propostas, identificando o seu enquadramento estratégico, os seus benefícios, o calendário de execução previsto, bem como os valores preliminares envolvidos, classificados por natureza.

Estas propostas são discutidas com o órgão de gestão. As que forem aprovadas são classificadas em projetos ou meras iniciativas, segundo a sua complexidade, seguindo-se um período em que são quantificadas detalhadamente.

O processo de orçamentação conta com a nomeação de um responsável por cada rubrica, segundo a sua natureza (prémios, resseguro, comissões e gastos gerais), assegurando, cada um deles, a quantificação dos valores de índole corrente e dos que resultam das iniciativas apresentadas no âmbito do plano estratégico.

Se uma iniciativa implica a quantificação de mais do que uma variável, o seu proponente articula-se com o responsável de cada uma delas.

A área Financeira garante a integração global dos diversos orçamentos inerentes às Atividades, garantindo a sua consistência, acordando os ajustamentos que se revelem necessários com cada um dos responsáveis, os quais, por sua vez, se coordenam com os proponentes das iniciativas e dos projetos.

Na fase de execução, aquelas iniciativas que se classificaram como projetos, seguem obrigatoriamente a Metodologia de Gestão de Projetos MAPFRE, que foi desenhada para assegurar a devida interligação entre as diversas áreas envolvidas, o controlo orçamental e a gestão dos riscos associados.

Esta metodologia obriga a uma pormenorizada definição do projeto, à sua aprovação pelo órgão de gestão e posterior nomeação de uma equipa de gestão, composta por um patrocinador, um chefe de projeto e colaboradores das áreas funcionais envolvidas, encontrando-se perfeitamente definidas as responsabilidades de cada um.

O acompanhamento da evolução dos projetos é efetuado através de relatórios de gestão quinzenais, da responsabilidade do chefe de projeto, e por reuniões da comissão de *Steering* respetivo, de cuja aprovação dependem eventuais alterações ao âmbito.

O acompanhamento global da execução do plano estratégico é coordenado pela área de Gestão de Risco e Controlo Interno, que obtém as evidências necessárias de cada área e elabora um documento resumo que é apresentado mensalmente ao órgão de gestão.

No que concerne à operativa diária da Companhia, ela assenta em fluxos de trabalho decorrentes de normas

definidas, com base em políticas aprovadas e com o apoio de comissões sectoriais ou grupos de trabalho, em função da sua natureza.

A mais importante dessas políticas é a de aceitação de riscos, cujas principais linhas são as seguintes:

- Observância de um princípio de diversificação, através da exploração dos diversos ramos, evitando concentrações excessivas em um ou alguns deles;
- Rigorosa seleção de riscos, classificando-os em três categorias: aceitação automática, condicionada e interdita;
- Grelha de autonomias, baseada nas competências e na experiência dos colaboradores, os quais procedem à sua aceitação formal;
- Minimização do risco através de contratos de resseguro adequados, revistos anualmente, onde as percentagens de retenção têm por base uma filosofia de prudência (por exemplo, o valor de exposição máxima ao risco catastrófico é de aproximadamente 1,7 milhões de euros, incluindo os custos de reposição);
- Seleção dos resseguradores em função do grau de qualidade creditícia mínima, sendo a referência o *“rating A”* da Standard & Poors;
- Controlo automático dos cúmulos de risco; e
- Minimizações do risco através da partilha em regime de cosseguro, quando estão em causa capitais demasiado elevados.

Por sua vez, a política de gestão de sinistros, privilegia a elevada velocidade de liquidação de sinistros e o controlo permanente dos custos médios de abertura e fecho dos processos.

Estas políticas encontram-se vertidas em manuais operativos, dos quais destacamos os manuais de subscrição, resseguro e sinistros:

- O manual de subscrição contém todas as normas de aceitação de riscos, as tarifas aplicáveis, a cadeia de delegações e o controlo de cúmulos de risco;
- O manual de resseguro contém todas as políticas a seguir nesta área, nomeadamente o grau creditício dos resseguradores a observar; e
- O manual de sinistros, contém todas as normas de valoração de sinistros e a definição dos planos de tramitação dos mesmos.

A fim de garantir a sua eficácia, a grande maioria das normas previstas nestes manuais encontra-se transposta para o funcionamento do sistema informático, através de um sistema de controlo técnico que impede a sua inobservância.

Os fluxos de trabalho são desenhados de forma a garantir a máxima eficácia e a minimização dos riscos, na estrita observância das políticas e normas aprovadas, contando com a intervenção da área de Gestão de Risco e Controlo Interno.

A monitorização dos riscos é efetuada através das mais diversas formas.

Desde logo, pelas comissões operativas ou grupos de trabalho, os quais têm uma função de acompanhamento e, em certos casos, de decisão.

As comissões operativas e grupos de trabalho existentes, bem como as suas atribuições mais importantes, são as seguintes:

- Comissão de Gestão de Riscos e Solvência: deverá assegurar o seguimento da estrutura de gestão de riscos implementada e a coordenação das funções de controlo (Gestão de Risco e Controlo Interno);
- Comissão Crescimento Todos os Canais, no qual são discutidos os temas relacionados com a distribuição dos produtos e a organização da rede de vendas, nomeadamente a análise do cumprimento dos objetivos de vendas por ramos, a aprovação das condições económicas da rede de distribuição, a análise das campanhas comerciais, a aprovação da abertura de pontos de venda, etc;
- Comissão Reequilíbrio Técnico, em sede do qual se define as normas de subscrição e respetivas delegações, se procede à aceitação dos riscos especiais e dos que se encontram fora das normas e se efetua um acompanhamento da suficiência técnica do negócio;
- Comissão de Operações, realiza o seguimento de projetos de adequação do Back Office, dos seus processos e do seu modelo de governação;
- Comissão Estratégica de Tecnologias: analisa e aprova as propostas oriundas da metodologia da gestão de projetos já referida;
- Comissão de Segurança e Meio Ambiente: define e aprova as linhas mestras de atuação em matéria de segurança e meio ambiente, em articulação com o órgão corporativo da MAPFRE;
- Grupo de Trabalho de Alterações, onde se atribui prioridades e se discutem as solicitações das diversas áreas aos Serviços de Tecnologias, articulando todas as áreas envolvidas.

Estas comissões desenvolveram as suas atividades com normalidade ao longo de 2018.

Por outro lado, mensalmente, a área Financeira procede ao apuramento de resultados, elaborando as respetivas demonstrações (balanço e conta de resultados), bem como um relatório de reporte bastante detalhado, contendo uma análise da evolução das mais diversas variáveis e rácios (por exemplo, rácio de gastos, rácio combinado e taxa de rentabilidade financeira), o qual é analisado pelo órgão de gestão e disponibilizado a todas as áreas.

Finalmente, uma referência para o facto da política de remunerações da Companhia prever a atribuição de remuneração variável, indexadas ao desempenho relacionado com os aspetos anteriormente citados, a todos os colaboradores.

39.2. Monitorização global da exposição ao risco
Todos os processos descritos garantem uma elevada consistência na gestão de risco da Companhia e são complementados por um sistema global de monitorização e quantificação da exposição.

Tal sistema encontra-se sob a responsabilidade do Coordenador de Riscos, que assegura:

A quantificação global da exposição aos riscos
Para o caso do cálculo de Riscos e Capitais, o Grupo MAPFRE dispõe de uma política interna de capitalização e dividendos destinada a dotar as Unidades de uma forma racional e objetiva dos capitais necessários para cobrir os riscos assumidos. O cálculo dos riscos realiza-se através de um modelo “*standard*” de fatores fixos no qual são quantificados os riscos financeiros, riscos de crédito e riscos da Atividade seguradora. Desta forma, fica definido que o capital de cada unidade MAPFRE nunca poderá ser inferior ao capital mínimo requerido a cada momento acrescido de uma margem de 10%. O Capital é calculado em função das estimativas para o ano seguinte, sendo feita uma revisão do mesmo pelo menos uma vez por ano em função da evolução dos riscos.

A elaboração e implementação de planos de ação mitigadores dos riscos

Para os riscos com grau de criticidade elevada, o Coordenador de Riscos promove, em conjunto com as áreas envolvidas, a elaboração e implementação de planos de mitigação desses riscos.

O desenvolvimento de pontos de controlo de riscos
Em função do tratamento das respostas aos questionários, o Coordenador de Riscos sugere a implementação de pontos de controlo e acompanha a sua implementação em prática.

A implementação de um ambiente de gestão e controlo de riscos na organização

Esta vertente é assegurada pela divulgação a toda a Companhia da quantificação efetuada, pelo envolvimento de toda a organização nos planos mitigadores e nos pontos de controlo, bem como através da promoção de diversas ações de formação.

Método de avaliação dos riscos operacional e reputacional
Bianualmente é levado a cabo um processo de levantamento de riscos operacionais, utilizando a ferramenta informática Riskm@p, desenvolvida pelo Grupo MAPFRE.

Anualmente é efetuada uma monitorização que inclui 23 tipos de riscos, agrupados nas seguintes áreas: Atuarial, Jurídica, Informática, Pessoal, Colaboradores, Procedimentos, Informação, Fraude e Bens Materiais e Mercado.

Para os riscos contidos em cada processo que apresentem um índice de criticidade superior a 75% é obrigatoriamente elaborado um plano de ação, com o objetivo de os minimizar.

Apresentam-se no quadro abaixo os índices de criticidades dos riscos operacionais apurados em 2018, não existindo nenhum superior a 75%:

Percentagem

<i>Processo</i>	<i>Índice de Criticidade Associado</i>	
	2018	2017
Geral	62,86	62,82
Desenvolvimento de produtos	59,83	64,46
Emissão	66,04	64,35
Sinistros	59,81	61,32
Gestão administrativa	58,64	58,12
Actividades comerciais	63,08	60,87
Recursos humanos	66,15	59,96
Comissões	62,17	60,48
Co-Seguro/resseguro	70,87	63,20
Provisões técnicas	54,47	61,46
Investimentos	57,16	62,30
Sistemas tecnológicos	65,73	60,30
Atendimento ao cliente	65,53	62,74



40. Elementos Extrapatrimoniais

No âmbito do *leasing* operacional com viaturas, a Companhia tem em vigor até ao ano de 2021, fluxos futuros contratualizados no valor de 34.514,70 €, que se demonstram por exercício no quadro abaixo:

<i>Conceito</i>	<i>Fluxos futuros contratualizados</i>			
	2019	2020	2021	2022
<i>Leasing operacional com viaturas</i>	21.782,28	12.168,19	564,23	-
Total	21.782,28	12.168,19	564,23	-

Euros

41. Acontecimentos Após a Data de Balanço não Descritos em Pontos Anteriores

Nada a divulgar.

42. Normas Contabilísticas e Interpretações Recentemente Emitidas

42.1. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que a MAPFRE – Seguros de Vida, S.A. aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras

IFRS 15 Rédito de contratos com clientes

O IASB emitiu, em 28 de maio de 2014, a norma IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes.

A IFRS 15 foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1905/2016, de 22 de setembro de 2016. Com aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018.

Esta norma revoga as normas IAS 11 – Contratos de construção, IAS 18 – Rédito, IFRIC 13 – Programas de Fidelidade do Cliente, IFRIC 15 – Acordos para a Construção de Imóveis, IFRIC 18 – Transferências de Ativos Provenientes de Clientes e SIC 31 Rédito – Transações de Troca Direta Envolvendo Serviços de Publicidade.

A IFRS 15 determina um modelo baseado em cinco passos de análise por forma a determinar quando o rédito deve ser reconhecido e qual o montante. O modelo especifica que o rédito deve ser reconhecido quando uma entidade transfere bens ou serviços ao cliente, mensurado pelo montante que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo do cumprimento de alguns critérios, o rédito é reconhecido:

- No momento preciso, quando o controlo dos bens ou serviços é transferido para o cliente; ou
- Ao longo do período, na medida em que retracta a performance da entidade.

A MAPFRE - Seguros de Vida, S.A. não teve impacto decorrente da adoção desta norma, considerando que a maioria da sua atividade corresponde a contratos que se enquadram no âmbito do IFRS 4.

IFRIC 22 – Transações em moeda estrangeira e contraprestação de adiantamentos

Foi emitida em 8 de dezembro de 2016 a interpretação IFRIC 22, com data de aplicação obrigatória para períodos que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018.

A nova IFRIC 22 vem definir que, tendo existido adiantamentos em moeda estrangeira para efeitos de aquisição de ativos, suporte de gastos ou geração de rendimentos, ao aplicar os parágrafos 21 a 22 da IAS 21, a data considerada de transação para efeitos da determinação da taxa de câmbio a utilizar no reconhecimento do ativo, gasto ou rendimento (ou parte dele) inerente é a data em que a entidade reconhece inicialmente o ativo ou passivo não monetário resultante do pagamento ou recebimento do adiantamento na moeda estrangeira (ou havendo múltiplos adiantamentos, as taxas que vigorarem em cada adiantamento).

A MAPFRE - Seguros de Vida, S.A. não teve qualquer impacto na adoção da presente interpretação.

Outras alterações

Foram ainda emitidas pelo IASB:

- Em 20 de junho de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2018, alterações à IFRS 2 – Classificação e Mensuração de Transações com pagamentos baseados em ações.
- Em 8 de dezembro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2018, alterações à IAS 40 – Transferência de propriedades de investimento clarificando o momento em que a entidade deve transferir propriedades em construção ou desenvolvimento de, ou para, propriedades de investimento quando ocorra alteração no uso de tais propriedades que seja suportado por evidência (além do listado no parágrafo 57 da IAS 40).

- Os melhoramentos anuais do ciclo 2014-2016, emitidos pelo IASB em 8 de dezembro de 2016 introduzem alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de julho de 2018 às normas IFRS 1 (eliminação da exceção de curto prazo para aplicantes das IFRS pela primeira vez) e IAS 28 (mensuração de uma associada ou *joint venture* ao justo valor) e com data efetiva em, ou após, 1 de janeiro de 2017 à norma IFRS 12 (clarificação do âmbito de aplicação da norma).

A MAPFRE - Seguros de Vida, S.A. não teve qualquer impacto na adoção das referidas alterações.

42.2. Normas contabilísticas e/ou interpretações, adotadas pela União Europeia, mas que MAPFRE – Seguros de Vida, S.A. decidiu optar pela não aplicação antecipada na elaboração das suas demonstrações

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010, 2013 e 2014)

A IFRS 9 foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2067/2016, de 22 de novembro de 2016 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de janeiro de 2018).

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. A IFRS 9 (2013) introduziu a metodologia da cobertura. A IFRS 9 (2014) procedeu a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de ativos financeiros.



Os requisitos da IFRS 9 (2009) representam uma mudança significativa dos atuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos ativos financeiros. A norma contém três categorias de mensuração de ativos financeiros: custo amortizado, justo valor por contrapartida em outro rendimento integral (OCI) e justo valor por contrapartida em resultados. Um ativo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objetivo é deter o ativo por forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor. Se o instrumento de dívida for detido no âmbito de um modelo de negócio que tanto capte os fluxos de caixa contratuais do instrumento como capte por vendas, a mensuração será ao justo valor com a contrapartida em outro rendimento integral (OCI), mantendo-se o rendimento de juros a afetar os resultados.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada ativo, de apresentação das alterações de justo valor em OCI. Nenhuma desta quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados, por tais investimentos, são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Nas restantes situações, quer os casos em que os ativos financeiros sejam detidos no âmbito de um modelo de negócio de *trading*, quer outros instrumentos que não tenham apenas o propósito de receber juro e amortização e capital, são mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados.

Nesta situação incluem-se igualmente investimentos em instrumentos de capital próprio, para os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, sendo assim mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo contrato base seja um ativo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra e, verificando-se os derivados embutidos, terão de ser mensurados ao justo valor através de resultados.

A norma elimina as categorias atualmente existentes na IAS 39 de “detido até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e pagar”.

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com exceção desta alteração, a IFRS 9 (2010) na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 (2013) introduziu novos requisitos para a contabilidade de cobertura que alinha esta de forma mais próxima com a gestão de risco.

Os requisitos também estabelecem uma maior abordagem de princípios à contabilidade de cobertura resolvendo alguns pontos fracos contidos no modelo de cobertura da IAS 39.

A IFRS 9 (2014) estabelece um novo modelo de imparidade baseado em “perdas esperadas” que substituirá o atual modelo baseado em “perdas incorridas” previsto na IAS 39.

Assim, o evento de perda não mais necessita de vir a ser verificado antes de se constituir uma imparidade. Este novo modelo pretende acelerar o reconhecimento de perdas por via de imparidade aplicável aos instrumentos de dívida detidos, cuja mensuração seja ao custo amortizado ou ao justo valor por contrapartida em OCI.

No caso de o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer nos próximos 12 meses.

No caso de o risco de crédito tiver aumentado significativamente, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer até à respetiva maturidade, aumentando assim a quantia de imparidade reconhecida.

Uma vez verificando-se o evento de perda (o que atualmente se designa por “prova objetiva de imparidade”), a imparidade acumulada é afeta diretamente ao instrumento em causa, ficando o seu tratamento contabilístico similar ao previsto na IAS 39, incluindo o tratamento do respetivo juro.

A IFRS 9 foi aplicável em ou após 1 de janeiro de 2018.

Alterações à IFRS 4: Aplicação da IFRS 9 Instrumentos Financeiros com a IFRS 4: Contratos de Seguro (emitida em 12 de setembro de 2016) permite que uma seguradora, que cumpra determinados critérios especificados, adote uma exceção temporária à IFRS 9 e mantenha a aplicação da IAS 39 até 1 de janeiro de 2022.

Considerando que os critérios previstos para a exceção temporária estão cumpridos, a MAPFRE - Seguros de Vida, S.A. optou por não proceder à adoção da norma com referência a 1 de janeiro de 2018. Esta opção teve por base a alteração introduzida igualmente no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, através da Norma Regulamentar n.º 3/2018-R emitida pela ASF.

A MAPFRE - Seguros de Vida, S.A. está a avaliar os impactos que a presente norma irá ter nas suas demonstrações financeiras, estando a ser assessorada pelo Grupo MAPFRE, que dispõem de equipas multidisciplinares encarregues de analisar os impactos e de em conjunto serem tomadas as medidas necessárias para o devida implementação e cumprimento da norma.

IFRS 16 – Locações

O IASB, emitiu, em 13 de janeiro de 2016, a norma IFRS 16 – Locações, de aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019. A norma foi endossada na União Europeia pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1986/2017, de 31 de outubro. A sua adoção antecipada é permitida desde que adotada igualmente a IFRS 15. Esta norma revoga a norma IAS 17 – Locações.

A IFRS 16 retira a classificação das locações como operacionais ou financeiras (para o locatário – o cliente do *leasing*), tratando todas as locações como financeiras.

Locações de curto-prazo (menos de 12 meses) e locações de ativos de baixo valor (como computadores pessoais) são isentos de aplicação dos requisitos da norma.

A Companhia irá reconhecer os novos ativos e passivos para as suas locações operacionais, nomeadamente da sede (serviços centrais) e viaturas. A natureza das despesas relacionadas com estas locações operacionais será alterada, uma vez que a IFRS 16 substitui despesas lineares de locações operacionais por depreciações para os ativos sob direito de uso e encargos com juros relativos aos passivos de locação.

Anteriormente, a Companhia reconhecia as despesas de locação operacional linearmente durante a vigência do contrato de locação, e reconhecia ativos e passivos apenas na medida em que observava uma diferença no período de tempo entre os pagamentos de locação e o reconhecimento da despesa.

A Companhia já efetuou uma avaliação inicial dos potenciais impactos nas suas demonstrações financeiras contudo, ainda não consolidou a sua avaliação de forma a aferir sobre o montante dos impactos a incorporar nas demonstrações financeiras.

O impacto real de aplicar a IFRS 16 nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial irá depender de condições económicas futuras, do desenvolvimento do portefólio de contratos de locação da Companhia, da avaliação da Companhia, nomeadamente, se esta irá exercer alguma das opções de renovação, da amplitude que a Companhia escolha em termos de utilização dos expedientes práticos disponíveis e do reconhecimento das exceções.

IFRIC 23 – Incerteza sobre tratamento fiscal de imposto sobre rendimentos

Foi emitida em 7 de junho de 2017 uma interpretação sobre como lidar, contabilisticamente, com incertezas sobre o tratamento fiscal de impostos sobre o rendimento, especialmente quando a legislação fiscal impõe que seja feito um pagamento às Autoridades no âmbito de uma disputa fiscal e a entidade tenciona recorrer do entendimento em questão que levou a fazer tal pagamento.

A interpretação veio definir que o pagamento pode ser considerado um ativo de imposto, caso seja relativo a impostos sobre o rendimento, nos termos da IAS 12 aplicando-se o critério da probabilidade definido pela norma quanto ao desfecho favorável em favor da entidade sobre a matéria de disputa em causa.

Nesse contexto a entidade pode utilizar o método do montante mais provável ou, caso a resolução possa ditar intervalos de valores em causa, utilizar o método do valor esperado.

A IFRIC 23 foi adotada pela Regulamento da Comissão EU 2018/1595, de 23 de outubro sendo de aplicação obrigatória para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019 podendo ser adotada antecipadamente.

A MAPFRE - Seguros de Vida, S.A. não espera que ocorram alterações significativas na adoção da presente interpretação.

42.3. Normas, alterações e interpretações emitidas, mas ainda não efetivas para a MAPFRE – Seguros de Vida, S.A.

Os melhoramentos do ciclo 2015-2017, emitidos pelo IASB em 12 de dezembro de 2017 introduzem alterações, com data efetiva para períodos que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019, às normas IFRS 3 (remensuração da participação anteriormente detida como operação conjunta quando obtém controlo sobre o negócio), IFRS 11 (não remensuração da participação anteriormente detida na operação conjunta quando obtém controlo conjunto sobre o negócio), IAS 12 (contabilização de todas as consequências fiscais do pagamento de dividendos de forma consistente), IAS 23 (tratamento como empréstimos geral qualquer empréstimo originalmente efetuado para desenvolver um ativo quando este se torna apto para utilização ou venda).

Outras alterações efetuadas pelo IASB cuja entrada em vigor se espera venha a ser em, ou após 1 de janeiro de 2019:

- Interesses de longo prazo em Associadas e Empreendimentos conjuntos (Alteração à IAS 28 emitida em 12 de outubro de 2017) clarificando a interação com a aplicação do modelo de imparidade previsto na IFRS 9;
- Alterações, cortes ou liquidações do Plano (alterações à IAS 19, emitidas em 7 de fevereiro de 2018) onde é clarificado que na contabilização de alterações, cortes ou liquidações de um plano de benefícios definidos a empresa deve usar pressupostos atuariais atualizados para determinar os custos dos serviços passados e a taxa de juro líquida do período. O efeito do *asset ceiling* não é tomado em consideração para o cálculo do ganho e perda na liquidação do plano e é lido separadamente no outro rendimento integral (OCI);
- Alterações à definição de Negócio (alteração à IFRS 3, emitida em 22 de outubro de 2018);

Alterações à definição de Materialidade (Alterações à IAS 1 e à IAS 8, emitidas em 31 de outubro de 2018).

A MAPFRE - Seguros de Vida, S.A. não antecipa qualquer impacto relevante na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

IFRS 17 – Contratos de Seguro

O IASB emitiu em 18 de maio de 2017 uma norma que veio substituir a IFRS 4 e reformar por completo o tratamento a dar aos contratos de seguro. A norma introduz alterações significativas à forma como é mensurado e apresentado a performance dos contratos de seguro com diversos impactos também ao nível da posição financeira. A norma prevê a sua aplicação para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022.

A MAPFRE - Seguros de Vida, S.A. está a avaliar os impactos que a presente norma irá ter nas suas demonstrações financeiras, estando a ser assessorada pelo Grupo MAPFRE, que dispõem de equipas multidisciplinares encarregues de analisar os impactos e de em conjunto serem tomadas as medidas necessárias para a devida implementação e cumprimento da norma.

Durante o ano de 2018 já ocorrem algumas sessões de formação, para que as pessoas envolvidas na aplicação da norma possam ir tomando consciência da sua amplitude e impactos.

Lisboa, 13 de março de 2019

FILIPPE TEMPERO
Contabilista Certificado

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

LUIS ANULA RODRIGUEZ
(Presidente)

VÍTOR MANUEL DA SILVA REIS
(Vice-Presidente)

JUAN FERNÁNDEZ PALACIOS
(Vogal)

PEDRO RIBEIRO E SILVA
(Vogal – Secretário)

Inventário de participações e instrumentos financeiros

Anexo 1.1.

31.12.2018

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
	1 - Filiais, associadas, empreendimentos conjuntos e outras empresas participadas e participantes							
	1.1 - Títulos nacionais							
	1.1.1 - Partes de capital em filiais							
	1.1.2 - Partes de capital em associadas							
	1.1.3 - Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	1.1.4 - Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	1.1.5 - Títulos de dívida de filiais							
	1.1.6 - Títulos de dívida de associadas							
	1.1.7 - Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
	1.1.8 - Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	1.1.9 - Outros títulos em filiais							
	1.1.10 - Outros títulos em associadas							
	1.1.11 - Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.1.12 - Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	Subtotal 1.1							
	1.2 - Títulos estrangeiros							
	1.2.1 - Partes de capital em filiais							
	1.2.2 - Partes de capital em associadas							
	1.2.3 - Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	1.2.4 - Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	1.2.5 - Títulos de dívida de filiais							
	1.2.6 - Títulos de dívida de associadas							
	1.2.7 - Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
	1.2.8 - Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	1.2.9 - Outros títulos em filiais							

* Inclui o valor dos juros decorridos

(continua)

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
	1.2.10 - Outros títulos em associadas							
	1.2.11 - Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.2.12 - Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	Subtotal 1.2							
	Total 1							
	2 - Outros							
	2.1 - Títulos nacionais							
	2.1.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.1.1.1 - Ações							
	Subtotal							
	2.1.1.2 - Títulos de participação							
	Subtotal							
	2.1.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
	Subtotal							
	2.1.1.4 - Outros							
	Subtotal							
	Subtotal 2.1.1							
	2.1.2 - Títulos de dívida							
	2.1.2.1 - De dívida pública							
PTOTE5OE0007	REPÚBLICA DE PORTUGAL 4,1 4/2037		1.282.000,00	105,80		1.356.419,90	124,92	1.601.434,03
PTOTEAOE0021	REPÚBLICA DE PORTUGAL 4,95 10/2023		20.924.500,00	114,20		23.895.796,78	122,33	25.597.431,19
PTOTEBOE0020	REPÚBLICA DE PORTUGAL 4,1 2/2045		5.264.000,00	103,39		5.442.581,54	125,09	6.584.806,92
PTOTECOEO0029	REPÚBLICA DE PORTUGAL 4,8 6/2020		950.000,00	112,43		1.068.047,00	110,18	1.046.735,70
PTOTEKOE0011	REPÚBLICA DE PORTUGAL 2,875 10/2025		26.023.000,00	98,14		25.540.022,87	111,98	29.141.148,56
PTOTEMOE0027	REPÚBLICA DE PORTUGAL 4,75 6/2019		26.020.000,00	103,00		26.801.617,09	104,99	27.318.585,30
PTOTEQOE0015	REPÚBLICA DE PORTUGAL 5,65 2/2024		11.890.000,00	119,72		14.234.436,49	130,30	15.493.151,47
PTOTEROE0014	REPÚBLICA DE PORTUGAL 3,875 2/2030		4.912.000,00	108,19		5.314.368,86	122,42	6.013.442,90
PTOTESOE0013	REPÚBLICA DE PORTUGAL 2,2 10/2022		7.385.000,00	99,01		7.311.527,85	108,32	7.999.389,22
PTOTETOE0012	REPÚBLICA DE PORTUGAL 2,875 7/2026		4.275.000,00	104,06		4.448.670,78	112,17	4.795.066,44
PTOTEUOE0019	REPÚBLICA DE PORTUGAL 4,125 4/2027		18.080.000,00	104,41		18.877.365,20	123,08	22.252.753,45
PTOTEVOE0018	REPÚBLICA DE PORTUGAL 2,125 10/2028		1.900.000,00	103,01		1.957.228,00	104,12	1.978.212,08
PTOTEYOE0007	REPÚBLICA DE PORTUGAL 3,85 4/2021		11.219.000,00	98,42		11.042.078,21	112,07	12.572.617,82
	Subtotal	0	140.124.500,00			147.290.160,57		162.394.775,08
	2.1.2.2 - De outros emissores públicos							
	Subtotal							
	2.1.2.3 - De outros emissores							

* Inclui o valor dos juros decorridos

(continua)

(continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
PTGALJ0E0008	GALP ENERGIA SGPS S.A. 3 1/2021		200.000,00	107,15		214.300,00	106,27	212.542,06
PTNOSFOM0000	NOS SGPS S.A. 1,125 5/2023		2.000.000,00	99,76		1.995.242,84	100,46	2.009.293,84
PTTGUAOM0005	TAGUS SOCIEDADE DE TITULARIZAC 1,582 5/2025		3.312.348,30	103,00		3.411.718,77	102,67	3.400.930,32
	Subtotal		5.512.348,30			5.621.261,61		5.622.766,22
	Subtotal 2.1.2	0	145.636.848,30			152.911.422,18		168.017.541,30
	Subtotal 2.1	0	145.636.848,30			152.911.422,18		168.017.541,30
2.2 - Títulos estrangeiros								
2.2.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação								
2.2.2.1 - Ações								
ES0167050915	ACS ACTIVIDADES DE CONST. Y SE	12.330			23,52	290.054,50	33,83	417.123,90
FR0000120073	AIR LIQUIDE S.A.	2.372			105,98	251.377,80	108,45	257.243,40
DE0008404005	ALLIANZ SE	474			177,42	84.097,29	175,14	83.016,36
NL0010273215	ASML HOLDING NV	1.645			145,07	238.635,37	137,16	225.628,20
ES0113211835	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARI	126.661			5,91	748.090,73	4,64	587.137,05
ES0113900J37	BANCO SANTANDER SA	220.928			4,51	996.500,23	3,97	877.746,93
ES0113307062	BANKIA S.A.	13.545			3,31	44.853,57	2,56	34.675,20
ES0113679I37	BANKINTER	32.426			7,33	237.648,21	7,02	227.565,65
DE000BAY0017	BAYER A.G.	5.159			67,39	347.661,75	60,56	312.429,04
FR0000131104	BNP PARIBAS SA - PARIS	24.398			46,60	1.137.022,24	39,47	963.111,04
ES0140609019	CAIXABANK S.A.	76.558			4,14	317.251,61	3,16	242.229,51
FR0000120644	DANONE S.A.	7.844			56,64	444.253,31	61,51	482.484,44
DE0005557508	DEUTSCHE TELEKOM AG	46.693			13,82	645.491,73	14,82	691.990,26
DE000ENAG999	E.ON SE	17.637			7,59	133.802,01	8,63	152.154,39
IT0003128367	ENEL SPA	118.379			4,47	529.329,74	5,04	597.103,66
FR0010208488	ENGIE S.A.	22.844			13,53	309.080,26	12,52	286.121,09
IT0003132476	ENI SPA	38.419			14,67	563.740,00	13,75	528.184,40
ES0118900010	FERROVIAL S.A.	19.754			17,33	342.351,02	17,69	349.547,02
GB0009252882	GLAXOSMITHKLINE PLC	9.087			16,99	154.425,56	16,60	150.826,22
ES0171996087	GRIFOLS S.A.	7.394			19,81	146.453,56	22,90	169.322,60
ES0144580Y14	IBERDROLA S.A.	101.519			4,53	460.117,86	7,02	712.460,33
ES0148396007	INDUSTRIA DE DISEÑO TEXTIL, S.	17.099			31,66	541.413,17	22,35	382.162,65
NL0011821202	ING GROEP N.V.	8.221			12,48	102.623,15	9,41	77.359,61
ES0105025003	MERLIN PROPERTIES SOCIMI S.A.	17.983			9,35	168.064,60	10,78	193.946,64
DE0008430026	MUENCHENER RUECKVERSICHERUNGS	1.754			156,22	274.018,50	190,55	334.224,70
ES0116870314	NATURGY ENERGY GROUP S.A.	10.850			18,41	199.772,97	22,26	241.521,00
CH0038863350	NESTLE S.A.	3.455			71,70	247.731,01	70,86	244.837,30
CH0012005267	NOVARTIS AG	1.692			64,60	109.310,70	74,63	126.273,72
FR0000133308	ORANGE S.A.	22.183			12,72	282.233,03	14,15	314.000,36
ES0173516115	REPSOL S.A.	37.975			12,68	481.593,72	14,08	534.688,00
ES06735169D7	REPSOL S.A.	37.975			0,41	15.607,71	0,40	15.190,00
CH0012032048	ROCHE HOLDING AG	1.266			140,73	178.165,00	216,15	273.640,82

* Inclui o valor dos juros decorridos

(continua)

(continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
GB00B03MLX29	ROYAL DUTCH SHELL PLC	10.562			25,36	267.881,79	25,65	270.968,10
FR0000120578	SANOFI	5.164			70,71	365.164,10	75,66	390.708,24
DE0007164600	SAP SE	4.166			71,17	296.505,94	86,93	362.150,38
DE0007236101	SIEMENS AG	7.275			98,25	714.768,97	97,38	708.439,50
ES0178430E18	TELEFONICA, S.A.	80.086			7,67	614.648,68	7,34	587.751,14
FR0000120271	TOTAL S.A.	19.710			42,94	846.426,12	46,18	910.207,80
NL0000009355	UNILEVER PLC	2.186			47,43	103.678,00	47,42	103.660,12
FR0000125486	VINCI S.A.	5.260			62,13	326.828,31	72,02	378.825,20
FR0000127771	VIVENDI SA	30.441			20,00	608.947,22	21,28	647.784,48
GB00BH4HKS39	VODAFONE GROUP	79.813			1,62	129.062,19	1,70	135.831,81
	Subtotal	1.311.182				15.296.683,23		15.582.272,26
	2.2.2.2 - Títulos de participação							
	Subtotal							
	2.2.2.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
ES0157103005	ALTAMAR X GLOBAL PRIVATE EQ PR	10.000				10.000,00	1,00	10.030,00
LU1851969334	ARDIAN PRIVATE DEBT IV SCS SIC	28.321				28.360,59	1,03	29.170,44
LU0043136406	CAPITAL INVESTMENT FUND	3.884				957.017,65	315,68	1.226.227,38
ES0138658036	FONDMAPFRE BOLSA AMERICA F.I.	133.976				1.565.000,00	11,71	1.568.715,77
ES0178520039	FONDMAPFRE BOLSA EUROPA FI	22.131				1.412.985,00	55,60	1.230.422,29
ES0138022001	FONDMAPFRE ELECCION DECIDIDA F	240.243				1.570.200,00	6,17	1.482.842,42
ES0137910008	FONDMAPFRE ELECCION MODERADA F	147.580				915.000,00	5,97	880.676,27
ES0112835006	FONDMAPFRE ELECCION PRUDENTE F	324.035				1.923.709,78	5,83	1.889.676,37
ES0138445038	FONDMAPFRE GLOBAL F.I.	24.998				228.000,00	8,68	217.044,39
LU1829218319	LYXOR BARCLAYS FLOATING RATE E	1.188				120.154,79	98,72	117.274,60
	Subtotal	936.355				8.730.427,81		8.652.079,93
	2.2.2.4 - Outros							
	Subtotal							
	Subtotal 2.2.1	2.247.537		-		24.027.111,04		24.234.352,19
	2.2.2 - Títulos de dívida							
	2.2.2.1 - De dívida pública							
IT0005274805	REPÚBLICA DE ITALIA 2,05 8/2027		4.250.000,00	99,97		4.248.930,06	97,18	4.130.323,04
IT0004423957	REPÚBLICA DE ITALIA 4,5 3/2019		1.000.000,00	101,86		1.018.553,26	102,26	1.022.618,41
IT0004953417	REPÚBLICA DE ITALIA 4,5 3/2024		8.530.000,00	108,45		9.251.119,40	114,04	9.727.645,67
IT0003256820	REPÚBLICA DE ITALIA 5,75 2/2033		350.000,00	108,85		380.965,12	132,20	462.687,66
ES0000012A89	TESORO PÚBLICO 1,45 10/2027		900.000,00	99,31		893.775,00	101,70	915.310,71
ES0000011967	TESORO PÚBLICO 100 1/2022		4.200.000,00	72,19		3.032.073,07	99,92	4.196.697,11
ES00000123N4	TESORO PÚBLICO 100 1/2022		2.800.000,00	70,49		1.973.854,55	100,12	2.803.281,79

* Inclui o valor dos juros decorridos

(continua)

(continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
ES0000012676	TESORO PÚBLICO 100 7/2022		2.950.000,00	80,66		2.379.350,27	99,42	2.932.922,91
ES0000012726	TESORO PÚBLICO 100 7/2027		700.000,00	43,26		302.837,99	89,11	623.748,56
ES0000012767	TESORO PÚBLICO 100 7/2031		700.000,00	34,45		241.146,79	78,90	552.309,49
ES00000126B2	TESORO PÚBLICO 2,75 10/2024		3.500.000,00	104,77		3.666.950,00	112,51	3.937.894,45
ES00000124V5	TESORO PÚBLICO 2,75 4/2019		2.000.000,00	103,22		2.064.350,76	102,89	2.057.817,23
ES00000124W3	TESORO PÚBLICO 3,8 4/2024		2.200.000,00	110,90		2.439.836,00	119,57	2.630.613,29
ES0000012932	TESORO PÚBLICO 4,2 1/2037		5.440.000,00	92,61		5.038.091,27	135,40	7.365.514,24
ES00000123X3	TESORO PÚBLICO 4,4 10/2023		2.275.000,00	107,27		2.440.332,50	119,84	2.726.425,64
ES00000122E5	TESORO PÚBLICO 4,65 7/2025		2.945.000,00	100,60		2.962.554,22	126,56	3.727.151,93
ES00000121S7	TESORO PÚBLICO 4,7 7/2041		25.000,00	99,77		24.943,70	143,29	35.821,64
ES00000121G2	TESORO PÚBLICO 4,8 1/2024		100.000,00	127,98		127.979,00	126,07	126.065,50
ES00000122T3	TESORO PÚBLICO 4,85 10/2020		300.000,00	89,27		267.795,00	110,19	330.575,76
ES00000120N0	TESORO PÚBLICO 4,9 7/2040		4.260.000,00	88,17		3.756.101,64	146,40	6.236.666,84
ES00000124C5	TESORO PÚBLICO 5,15 10/2028		1.584.000,00	116,69		1.848.408,60	135,04	2.139.044,75
ES00000124H4	TESORO PÚBLICO 5,15 10/2044		3.196.000,00	127,29		4.068.251,04	151,99	4.857.723,19
ES00000123B9	TESORO PÚBLICO 5,5 4/2021		9.850.000,00	103,74		10.218.345,96	116,97	11.521.956,26
ES0000012411	TESORO PÚBLICO 5,75 7/2032		2.365.000,00	101,83		2.408.301,33	150,33	3.555.422,34
ES00000123K0	TESORO PÚBLICO 5,85 1/2022		2.575.000,00	111,42		2.868.965,50	123,55	3.181.322,85
ES00000123C7	TESORO PÚBLICO 5,9 7/2026		4.170.000,00	117,11		4.883.688,21	137,86	5.748.933,56
ES0000011868	TESORO PÚBLICO 6 1/2029		675.000,00	103,01		695.317,61	148,28	1.000.858,25
	Subtotal	-	73.840.000,00			73.502.817,85		88.547.353,07
	2.2.2.2 - De outros emissores públicos							
XS0599993622	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL 6 3/2021		1.000.000,00	98,90		989.000,00	118,18	1.181.754,18
	Subtotal	-	1.000.000,00			989.000,00		1.181.754,18
	2.2.2.3 - De outros emissores							
XS0765299572	ABN AMRO BANK N.V. AMSTERDAM 4,125 3/2022		740.000,00	107,03		792.022,00	115,31	853.297,99
XS1799975765	AIB GROUP PLC 1,5 3/2023		700.000,00	97,04		679.301,00	98,94	692.563,91
XS1909193150	ALLERGAN FUNDING SCS 1,5 11/2023		1.200.000,00	99,63		1.195.536,00	100,93	1.211.135,92
XS1002977103	BANK OF AMERICA CORP 1,875 1/2019		240.000,00	99,56		238.955,29	101,88	244.509,38
XS0611398008	BARCLAYS BANK PLC LONDON 6,625 3/2022		750.000,00	124,17		931.253,25	117,29	879.640,50
ES0205067103	BBVA GLOBAL MARKETS B.V. 2,7 6/2021		5.000.000,00	100,05		5.002.500,00	106,33	5.316.699,48
ES0205067145	BBVA GLOBAL MARKETS B.V. 2,71 1/2022		5.000.000,00	100,05		5.002.500,00	105,51	5.275.636,48
XS1752476538	CAIXABANK S.A. 0,75 4/2023		200.000,00	98,52		197.036,00	98,52	197.040,64

* Inclui o valor dos juros decorridos

(continua)

(continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
XS1897489578	CAIXABANK S.A. 1,75 10/2023		1.000.000,00	99,32		993.200,00	99,81	998.123,18
XS1808351214	CAIXABANK S.A. 2,25 4/2030		1.000.000,00	98,70		987.000,00	92,42	924.208,08
ES0414970246	CAIXABANK S.A. 3,625 1/2021		1.800.000,00	86,55		1.557.874,11	111,12	2.000.100,72
ES0414970303	CAIXABANK S.A. 4,5 1/2022		4.250.000,00	93,29		3.965.003,78	117,79	5.005.991,27
ES0414970402	CAIXABANK S.A. 4,625 6/2019		900.000,00	98,93		890.367,00	104,74	942.646,01
XS1069772082	COÖPERATIEVE RABOBANK UA 2,5 5/2026		200.000,00	106,36		212.720,00	105,10	210.200,61
DE000DL19T18	DEUTSCHE BANK AG FRANKFURT 0,375 1/2021		1.100.000,00	99,19		1.091.035,00	97,45	1.071.927,26
XS1842121029	DOURO FINANCE B.V. 1,5 10/2024		6.900.000,00	100,00		6.900.000,00	97,05	6.696.178,57
XS1558083652	EDP FINANCE B.V. 1,875 9/2023		500.000,00	105,88		529.400,00	104,04	520.179,53
XS0399353506	EDP FINANCE B.V. 100 11/2023		3.800.000,00	91,94		3.493.850,00	93,35	3.547.272,08
FR0011318658	ELECTRICITE DE FRANCE S.A. 2,75 3/2023		900.000,00	99,26		893.349,00	111,27	1.001.396,96
XS0451457435	ENI SPA 4,125 9/2019		200.000,00	105,04		210.079,87	104,14	208.283,96
XS0954025267	GE CAPITAL EUROPEAN FUNDING UN 2,25 7/2020		700.000,00	99,69		697.802,00	103,50	724.513,24
NL0000122489	ING BANK NV AMSTERDAM 5,25 6/2019		250.000,00	99,34		248.346,07	105,29	263.225,14
XS0412842857	INNOGY FINANCE BV 6,5 8/2021		600.000,00	99,97		599.790,91	118,94	713.650,50
XS1139091372	LLOYDS BANK PLC 11/2021		1.000.000,00	101,96		1.019.633,05	101,55	1.015.475,20
XS1633845158	LLOYDS BANKING GROUP PLC 0,471 6/2024		500.000,00	101,89		509.460,00	95,13	475.638,46
XS1828132735	MITSUBISHI UFJ FINANCIAL GROUP 0,234 5/2023		400.000,00	100,00		400.000,00	99,31	397.231,68
XS0627188468	NATURGY CAPITAL MARKETS S.A. 5,375 5/2019		600.000,00	99,46		596.760,00	105,48	632.856,26
XS0801636902	NORDEA BANK ABP 3,25 7/2022		3.280.000,00	99,25		3.255.236,00	111,68	3.663.182,59
XS1423826798	REN FINANCE BV 1,75 6/2023		400.000,00	99,59		398.348,00	104,43	417.736,66
XS0733696495	REPSOL INTERNATIONAL FINANCE B 4,875 2/2019		2.500.000,00	100,08		2.502.013,55	104,90	2.622.481,25
XS1330948818	SANTANDER INTERNATIONAL DEBT S 1,375 12/2022		100.000,00	99,92		99.924,00	102,94	102.941,76
XS0907289978	TELEFONICA EMISIONES S.A.U. 3,961 3/2021		300.000,00	100,64		301.928,22	111,51	334.539,54
	Subtotal	-	47.010.000,00			46.392.224,10		49.160.504,81
	Subtotal 2.2.2	-	121.850.000,00			120.884.041,95		138.889.612,06
	Subtotal 2.2	2.247.537	121.850.000,00			144.911.152,99		163.123.964,25
	2.3 - Derivados de negociação							
	Subtotal 2.3							
	2.4 - Derivados de cobertura							
	Subtotal 2.4							
	Total 2	2.247.537	267.486.848,30			297.822.575,17		331.141.505,55
	TOTAL GERAL	2.247.537	267.486.848,30			297.822.575,17		331.141.505,55

* Inclui o valor dos juros decorridos

Inventário de participações e instrumentos financeiros

Anexo 1.2.

31.12.2017

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
	1 - Filiais, associadas, empreendimentos conjuntos e outras empresas participadas e participantes							
	1.1 - Títulos nacionais							
	1.1.1 - Partes de capital em filiais							
	1.1.2 - Partes de capital em associadas							
	1.1.3 - Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	1.1.4 - Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	1.1.5 - Títulos de dívida de filiais							
	1.1.6 - Títulos de dívida de associadas							
	1.1.7 - Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
	1.1.8 - Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	1.1.9 - Outros títulos em filiais							
	1.1.10 - Outros títulos em associadas							
	1.1.11 - Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.1.12 - Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	Subtotal 1.1							
	1.2 - Títulos estrangeiros							
	1.2.1 - Partes de capital em filiais							
	1.2.2 - Partes de capital em associadas							
	1.2.3 - Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	1.2.4 - Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	1.2.5 - Títulos de dívida de filiais							
	1.2.6 - Títulos de dívida de associadas							
	1.2.7 - Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
	1.2.8 - Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	1.2.9 - Outros títulos em filiais							
	1.2.10 - Outros títulos em associadas							

* Inclui o valor dos juros decorridos

(continua)

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
	1.211 - Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.212 - Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	Subtotal 1.2							
	Total 1							
	2 - Outros							
	2.1 - Títulos nacionais							
	2.11 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.111 - Ações							
	Subtotal							
	2.11.2 - Títulos de participação							
	Subtotal							
	2.11.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
	Subtotal							
	2.11.4 - Outros							
	Subtotal							
	Subtotal 2.1.1							
	2.1.2 - Títulos de dívida							
	2.1.2.1 - De dívida pública							
PTOTE5OE0007	REPÚBLICA DE PORTUGAL 4,1 4/2037		1.582.000,00	107,93		1.707.524,90	122,43	1.936.840,60
PTOTEAOE0021	REPÚBLICA DE PORTUGAL 4,95 10/2023		21.484.500,00	114,41		24.580.598,88	124,26	26.696.154,65
PTOTEBOE0020	REPÚBLICA DE PORTUGAL 4,1 2/2045		5.264.000,00	103,39		5.442.581,54	120,96	6.367.309,00
PTOTECOEO0029	REPÚBLICA DE PORTUGAL 4,8 6/2020		950.000,00	112,43		1.068.047,00	114,48	1.087.546,91
PTOTEKOE0011	REPÚBLICA DE PORTUGAL 2,875 10/2025		29.308.000,00	98,91		28.989.080,02	110,98	32.526.706,09
PTOTEMOE0027	REPÚBLICA DE PORTUGAL 4,75 6/2019		26.020.000,00	103,00		26.801.617,09	109,72	28.549.571,96
PTOTENOE0018	REPÚBLICA DE PORTUGAL 4,45 6/2018		4.875.000,00	105,49		5.142.540,00	104,64	5.101.202,20
PTOTEQOE0015	REPÚBLICA DE PORTUGAL 5,65 2/2024		10.940.000,00	119,17		13.037.681,49	132,31	14.474.608,55
PTOTEROE0014	REPÚBLICA DE PORTUGAL 3,875 2/2030		5.612.000,00	109,23		6.129.867,86	119,73	6.719.219,25
PTOTESOE0013	REPÚBLICA DE PORTUGAL 2,2 10/2022		7.285.000,00	98,89		7.203.822,85	108,99	7.940.049,89
PTOTETOE0012	REPÚBLICA DE PORTUGAL 2,875 7/2026		4.765.000,00	101,74		4.847.736,58	110,50	5.265.338,69
PTOTEUOE0019	REPÚBLICA DE PORTUGAL 4,125 4/2027		17.130.000,00	103,50		17.730.397,20	122,75	21.026.880,42
PTOTEYOE0007	REPÚBLICA DE PORTUGAL 3,85 4/2021		11.219.000,00	98,42		11.042.078,21	115,31	12.936.511,00
	Subtotal		- 146.434.500,00			153.723.573,62		170.627.939,21
	2.1.2.2 - De outros emissores públicos							
	Subtotal							
	2.1.2.3 - De outros emissores							
PTGALLOM0004	GALP ENERGIA SGPS S.A. 1,02 2/2023		1.000.000,00	99,69		996.910,00	99,58	995.772,19

* Inclui o valor dos juros decorridos

(continua)

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
PTTGUAOM0005	TAGUS SOCIEDADE DE TITULARIZAC 1,579000001 5/2025		3.840.152,27	103,00		3.955.356,84	10718	4.116.024,65
	Subtotal		4.840.152,27			4.952.266,84		5.111.796,84
	Subtotal 2.1.2	-	151.274.652,27			158.675.840,46		175.739.736,05
	Subtotal 2.1	-	151.274.652,27			158.675.840,46		175.739.736,05
	2.2 - Títulos estrangeiros							
	2.2.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.2.2.1 - Ações							
CH0012005267	NOVARTIS AG	4.602			64,42	296.450,12	70,46	324.264,45
CH0012032048	ROCHE HOLDING AG	1.267			133,70	169.392,31	210,79	267.066,28
CH0038863350	NESTLE S.A.	4.140			40,40	167.250,10	71,66	296.667,42
DE0005557508	DEUTSCHE TELEKOM AG	31.605			13,98	441.895,01	14,79	467.595,97
DE0007164600	SAP SE	4.414			69,45	306.560,35	93,45	412.488,30
DE0007236101	SIEMENS AG	4.717			92,57	436.657,72	116,15	547.879,55
DE0008404005	ALLIANZ SE	366			172,95	63.299,05	191,50	70.089,00
DE0008430026	MUENCHENER RUECKVERSICHERUNGS	1.754			156,22	274.018,50	180,75	317.035,50
DE000BAY0017	BAYER A.G.	4.523			68,80	311.203,81	104,00	470.392,00
DE000ENAG999	E.ON SE	14.631			7,44	108.847,74	9,06	132.571,49
DE000UNSE018	UNIPER SE	1.468			9,72	14.275,85	26,00	38.168,00
ES0105025003	MERLIN PROPERTIES SOCIMI S.A.	14.635			9,20	134.687,35	11,30	165.375,50
ES0111845014	ABERTIS INFRAESTRUCTURAS S.A.	24.564			12,35	303.303,87	18,55	455.662,20
ES0113211835	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARI	96.029			6,41	615.105,47	7,11	682.958,24
ES0113679137	BANKINTER	15.576			2,85	44.391,37	7,90	123.112,70
ES0113900J37	BANCO SANTANDER SA	185.892			4,59	853.765,74	5,48	1.018.502,26
ES0116870314	GAS NATURAL SDG SA	12.575			18,58	233.602,08	19,25	242.068,75
ES0118594417	INDRA SISTEMAS S.A.	7.480			10,33	77.257,09	11,40	85.309,39
ES0118900010	FERROVIAL S.A.	13.000			17,28	224.639,79	18,92	246.024,99
ES0126775032	DISTRIBUIDORA INTERNAL DE ALIM	14.615			5,36	78.365,48	4,30	62.888,33
ES0140609019	CAIXABANK S.A.	71.509			4,14	296.231,37	3,89	278.098,49
ES0144580Y14	IBERDROLA S.A.	133.605			4,59	613.298,07	6,46	863.088,30
ES0148396007	INDUSTRIA DE DISEÑO TEXTIL, S.	17.000			32,99	560.840,68	29,05	493.765,00
ES0167050915	ACS ACTIVIDADES DE CONST. Y SE	11.058			23,26	257.205,15	32,62	360.711,96
ES0171996087	GRIFOLS S.A.	7.394			19,81	146.453,56	24,42	180.598,44
ES0173093024	RED ELÉCTRICA CORPORACIÓN S.A.	5.931			12,46	73.910,92	18,71	110.969,01
ES0173516115	REPSOL YPF,S.A.	35.032			10,14	355.352,56	14,75	516.546,84
ES0178430E18	TELEFONICA, S.A.	91.027			9,94	904.993,02	8,12	739.594,36
ES06735169B1	REPSOL YPF,S.A.	35.032			0,39	13.592,41	0,38	13.277,12
FR0000120073	AIR LIQUIDE S.A.	1.173			101,38	118.916,59	105,05	123.223,65
FR0000120271	TOTAL S.A.	19.154			42,74	818.575,23	46,05	881.945,93
FR0000120578	SANOFI	4.680			71,59	335.061,67	71,85	336.258,00
FR0000120644	DANONE S.A.	6.070			54,09	328.347,07	69,95	424.596,50
FR0000125486	VINCI S.A.	2.552			50,13	127.939,00	85,15	217.302,80
FR0000127771	VIVENDI SA	15.043			18,83	283.227,97	22,42	337.264,06

* Inclui o valor dos juros decorridos

(continua)

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
FR0000131104	BNP PARIBAS SA - PARIS	14.812			47,69	706.383,40	62,25	922.047,00
FR0000133308	ORANGE S.A.	28.785			12,30	353.992,97	14,47	416.662,87
FR0010208488	ENGIE S.A.	22.844			13,53	309.080,26	14,33	327.468,73
GB0005405286	HSBC HOLDINGS PLC	5.714			5,95	33.981,94	8,63	49.294,86
GB0009252882	GLAXOSMITHKLINE PLC	6.845			17,13	117.243,37	14,88	101.833,78
GB0031348658	BARCLAYS PLC	23.171			2,28	52.922,17	2,28	52.939,21
GB00B03MLX29	ROYAL DUTCH SHELL PLC	6.388			23,49	150.053,08	27,78	177.490,57
GB00BH4HKS39	VODAFONE GROUP	75.377			2,24	168.558,08	2,64	199.264,28
IT0000072618	INTESA SANPAOLO SPA	70.181			2,85	200.241,96	2,77	194.401,37
IT0003128367	ENEL SPA	106.869			4,41	470.946,43	5,13	548.237,97
IT0003132476	ENI SPA	28.777			14,94	429.811,47	13,80	397.122,60
NL0000009355	UNILEVER PLC	7.913			36,37	287.768,50	46,95	371.554,91
NL0011821202	ING GROEP N.V.	33.481			14,41	482.370,13	15,32	513.096,32
	Subtotal	1.345.270				14.152.267,83		16.574.775,25
	2.2.2.2 - Títulos de participação							
	Subtotal							
	2.2.2.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
ES0112835006	FONDMAPFRE ELECCION PRUDENTE F	358.035				2.125.558,96	6,03	2.159.353,81
ES0137910008	FONDMAPFRE ELECCION MODERADA F	103.527				638.000,00	6,36	657.922,15
ES0138022001	FONDMAPFRE ELECCION DECIDIDA F	107.262				683.200,00	6,70	718.642,05
ES0138445038	FONDMAPFRE GLOBAL F.I.	24.998				228.000,00	9,61	240.125,92
ES0138708039	MAPFRE PUENTE GARANTÍA 12, FI	8.807				127.862,57	15,54	136.868,12
FR0010654913	AMUNDI ETF EURO STOXX 50 UCITS	12.780				900.680,96	73,12	934.473,60
FR0012386696	LYXOR BARCLAYS FLOATING RATE E	1.188				120.154,80	101,09	120.097,29
LU0043136406	CAPITAL INVESTMENT FUND	3.884				957.017,65	310,18	1.204.863,19
LU0592216393	DB X-TRACKERS IBEX 35 INDEX ET	45.400				1.101.001,89	23,80	1.080.520,00
	Subtotal	665.881				6.881.476,83		7.252.866,13
	2.2.2.4 - Outros							
	Subtotal							
	Subtotal 2.2.1	2.011.151		-		21.033.744,66		23.827.641,38
	2.2.2 - Títulos de dívida							
	2.2.2.1 - De dívida pública							
ES0000011868	TESORO PÚBLICO 6 1/2029		675.000,00	103,01		695.317,61	148,85	1.004.751,98
ES0000011967	TESORO PÚBLICO 100 1/2022		4.200.000,00	72,19		3.032.073,07	99,07	4.161.013,94
ES00000120N0	TESORO PÚBLICO 4,9 7/2040		4.260.000,00	88,17		3.756.101,64	142,36	6.064.627,92
ES00000121A5	TESORO PÚBLICO 4,1 7/2018		450.000,00	111,53		501.868,40	104,39	469.770,11
ES00000121G2	TESORO PÚBLICO 4,8 1/2024		100.000,00	127,98		127.979,00	129,12	129.118,24
ES00000121S7	TESORO PÚBLICO 4,7 7/2041		25.000,00	99,77		24.943,70	139,21	34.802,81
ES00000122E5	TESORO PÚBLICO 4,65 7/2025		2.945.000,00	100,60		2.962.554,22	128,60	3.787.277,05
ES00000122T3	TESORO PÚBLICO 4,85 10/2020		300.000,00	89,27		267.795,00	114,87	344.607,17
ES00000123B9	TESORO PÚBLICO 5,5 4/2021		9.850.000,00	103,74		10.218.345,96	121,88	12.005.453,28

* Inclui o valor dos juros decorridos

(continua)

(continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
ES00000123C7	TESORO PÚBLICO 5,9 7/2026		4.170.000,00	117,11		4.883.688,21	140,15	5.844.268,45
ES00000123K0	TESORO PÚBLICO 5,85 1/2022		2.575.000,00	111,42		2.868.965,50	128,52	3.309.445,07
ES00000123N4	TESORO PÚBLICO 100 1/2022		2.800.000,00	70,49		1.973.854,55	99,23	2.778.411,13
ES00000123Q7	TESORO PÚBLICO 4,5 1/2018		3.500.000,00	102,68		3.593.775,12	104,56	3.659.592,33
ES00000123X3	TESORO PÚBLICO 4,4 10/2023		2.275.000,00	107,27		2.440.332,50	122,55	2.787.957,67
ES0000012411	TESORO PÚBLICO 5,75 7/2032		2.365.000,00	101,83		2.408.301,33	149,42	3.533.713,68
ES00000124B7	TESORO PÚBLICO 3,75 10/2018		4.000.000,00	103,38		4.135.252,91	104,19	4.167.456,84
ES00000124C5	TESORO PÚBLICO 5,15 10/2028		1.584.000,00	116,69		1.848.408,60	135,01	2.138.522,25
ES00000124H4	TESORO PÚBLICO 5,15 10/2044		3.196.000,00	127,29		4.068.251,04	146,33	4.676.815,35
ES00000124V5	TESORO PÚBLICO 2,75 4/2019		4.800.000,00	102,90		4.939.407,50	106,02	5.088.800,44
ES00000124W3	TESORO PÚBLICO 3,8 4/2024		2.300.000,00	110,72		2.546.596,72	121,66	2.798.277,98
ES0000012676	TESORO PÚBLICO 100 7/2022		4.000.000,00	81,51		3.260.209,79	98,32	3.932.860,27
ES00000126B2	TESORO PÚBLICO 2,75 10/2024		3.500.000,00	104,77		3.666.950,00	113,33	3.966.697,37
ES0000012726	TESORO PÚBLICO 100 7/2027		700.000,00	43,26		302.837,99	85,46	598.225,76
ES0000012767	TESORO PÚBLICO 100 7/2031		700.000,00	34,45		241.146,79	74,23	519.614,01
ES0000012932	TESORO PÚBLICO 4,2 1/2037		5.440.000,00	92,61		5.038.091,27	132,11	7.186.568,30
ES0000012A89	TESORO PÚBLICO 1,45 10/2027		400.000,00	99,10		396.400,00	99,38	397.511,57
IT0003256820	REPÚBLICA DE ITALIA 5,75 2/2033		350.000,00	108,85		380.965,12	142,01	497.021,16
IT0004273493	REPÚBLICA DE ITALIA 4,5 2/2018		1.500.000,00	104,22		1.563.270,00	102,30	1.534.573,86
IT0004423957	REPÚBLICA DE ITALIA 4,5 3/2019		4.250.000,00	102,29		4.347.463,26	107,08	4.550.944,51
	Subtotal	-	77.210.000,00			76.491.146,80		91.968.700,50
	2.2.2.2 - De outros emissores públicos							
XS0599993622	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL 6 3/2021		1.000.000,00	98,90		989.000,00	123,83	1.238.296,22
XS0740606768	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL 4,875 2/2018		400.000,00	100,34		401.360,00	104,92	419.697,42
	Subtotal	-	1.400.000,00			1.390.360,00		1.657.993,64
	2.2.2.3 - De outros emissores							
ES0205067103	BBVA GLOBAL MARKETS B.V. 2,7 6/2021		5.000.000,00	100,05		5.002.500,00	108,93	5.446.710,43
ES0205067145	BBVA GLOBAL MARKETS B.V. 2,71 1/2022		5.000.000,00	100,05		5.002.500,00	106,16	5.307.956,68
ES0370148019	AYT CÉDULAS CAJAS V F.T.A. 4,75 12/2018		500.000,00	97,20		486.000,00	104,98	524.883,78
ES0413790074	BANCO POPULAR ESPAÑOL S.A. 4,125 4/2018		2.000.000,00	98,54		1.970.715,90	104,31	2.086.135,62
ES0414970246	CAIXABANK S.A. 3,625 1/2021		1.800.000,00	86,55		1.557.874,11	114,49	2.060.892,27
ES0414970303	CAIXABANK S.A. 4,5 1/2022		4.250.000,00	93,29		3.965.003,78	121,78	5.175.453,18
ES0414970402	CAIXABANK S.A. 4,625 6/2019		900.000,00	98,93		890.367,00	109,59	986.340,03
FR0011318658	ELECTRICITE DE FRANCE S.A. 2,75 3/2023		900.000,00	99,26		893.349,00	113,35	1.020.133,91

* Inclui o valor dos juros decorridos

(continua)

(continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
NL0000122489	ING BANK NV AMSTERDAM 5,25 6/2019		250.000,00	99,34		248.346,07	110,07	275.186,44
XS0359388690	UBS AG LONDON 6 4/2018		350.000,00	107,84		377.447,70	106,17	371.595,54
XS0399353506	EDP FINANCE B.V. 100 11/2023		4.000.000,00	91,99		3.679.450,00	94,00	3.760.062,80
XS0412842857	INNOGY FINANCE BV 6,5 8/2021		600.000,00	99,97		599.790,91	125,50	753.025,06
XS0451457435	ENI SPA 4,125 9/2019		200.000,00	105,04		210.079,87	108,42	216.834,79
XS0555977312	INTESA SANPAOLO SPA 4 11/2018		300.000,00	99,57		298.719,00	104,18	312.551,64
XS0611398008	BARCLAYS BANK PLC LONDON 6,625 3/2022		750.000,00	124,17		931.253,25	127,84	958.780,86
XS0627188468	GAS NATURAL CAPITAL MARKETS S. 5,375 5/2019		600.000,00	99,46		596.760,00	110,82	664.925,51
XS0733696495	REPSOL INTL. FINANCE 4,875 2/2019		2.500.000,00	100,08		2.502.013,55	109,79	2.744.635,94
XS0765299572	ABN AMRO BANK N.V. AMSTERDAM 4,125 3/2022		740.000,00	107,03		792.022,00	119,37	883.344,86
XS0801636902	NORDEA BANK AB - SUECIA 3,25 7/2022		3.280.000,00	99,25		3.255.236,00	115,03	3.773.147,32
XS0907289978	TELEFONICA EMISIONES S.A.U. 3,961 3/2021		300.000,00	100,64		301.928,22	115,31	345.933,51
XS0954025267	GE CAPITAL EUROPEAN FUNDING UN 2,25 7/2020		700.000,00	99,69		697.802,00	106,67	746.677,89
XS1002977103	BANK OF AMERICA CORP 1,875 1/2019		240.000,00	99,56		238.955,29	103,89	249.328,28
XS1069772082	COOPERATIEVE RABOBANK UA 2,5 5/2021		200.000,00	106,36		212.720,00	107,47	214.940,69
XS1139091372	LLOYDS BANK PLC 1 11/2021		1.000.000,00	102,43		1.024.300,00	102,90	1.028.977,16
XS1330948818	SANTANDER INTERNATIONAL DEBT S 1,375 12/2022		2.100.000,00	99,92		2.098.404,00	104,50	2.194.409,10
XS1382792197	DEUTSCHE TELEKOM INTERNATIONAL 0,625 4/2023		1.700.000,00	101,07		1.718.190,00	101,36	1.723.126,53
XS1423826798	REN FINANCE BV 1,75 6/2023		400.000,00	99,59		398.348,00	106,31	425.259,07
XS1611255719	BANCO SANTANDER SA 0,891 5/2024		500.000,00	100,25		501.250,00	103,29	516.426,83
XS1615065320	SANTANDER UK GROUP HOLDINGS PL 0,451 5/2023		2.200.000,00	101,48		2.232.494,00	101,96	2.243.066,10
XS1616341829	SOCIETE GENERALE (PARIS) 0,471 5/2024		2.500.000,00	102,06		2.551.375,00	102,56	2.564.086,94
XS1626933102	BNP PARIBAS SA - PARIS 0,424 6/2024		1.300.000,00	100,42		1.305.408,00	102,41	1.331.323,14
XS1633845158	LLOYDS BANKING GROUP PLC 0,451 6/2024		500.000,00	101,89		509.460,00	102,38	511.883,90
	Subtotal	-	47.560.000,00			47.050.062,65		51.418.035,80
	Subtotal 2.2.2	-	126.170.000,00			124.931.569,45		145.044.729,94
	Subtotal 2.2	2.011.151	126.170.000,00			145.965.314,11		168.872.371,32
	2.3 - Derivados de negociação							
	Subtotal 2.3							
	2.4 - Derivados de cobertura							
	Subtotal 2.4							
	Total 2	2.011.151	277.444.652,27			304.641.154,57		344.612.107,37
	Total Geral	2.011.151	277.444.652,27			304.641.154,57		344.612.107,37

* Inclui o valor dos juros decorridos

Desenvolvimento da provisão para sinistros relativa a sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos (correções)

Anexo 2.1.

31.12.2018

Euros

<i>Ramos/Grupos de Ramos</i>	Provisão para sinistros em 31/12/2017 (1)	Custos com sinistros* montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros* em 31/12/2018 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
Vida	7.460.889,89	3.544.490,81	2.849.130,53	-1.067.268,55
Não vida	-	-	-	-
Acidentes e doença	-	-	-	-
Acidentes de trabalho	-	-	-	-
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	-	-	-	-
Doença	-	-	-	-
Incêndio e outros danos	-	-	-	-
Automóvel	-	-	-	-
Responsabilidade civil	-	-	-	-
Outras coberturas	-	-	-	-
Marítimo e transportes	-	-	-	-
Aéreo	-	-	-	-
Mercadorias transportadas	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Crédito e caução	-	-	-	-
Protecção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-
Total	7.460.889,89	3.544.490,81	2.849.130,53	-1.067.268,55

* Sinistros ocorridos no ano 2017 e anteriores



Anexo 2.2.

31.12.2017

Euros

<i>Ramos/Grupos de Ramos</i>	Provisão para sinistros em 31/12/2016 (1)	Custos com sinistros* montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros* em 31/12/2017 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
Vida	6.888.247,60	3.692.504,13	3.429.424,89	233.681,42
Não vida	-	-	-	-
Acidentes e doença	-	-	-	-
Acidentes de trabalho	-	-	-	-
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	-	-	-	-
Doença	-	-	-	-
Incêndio e outros danos	-	-	-	-
Automóvel	-	-	-	-
Responsabilidade civil	-	-	-	-
Outras coberturas	-	-	-	-
Marítimo e transportes	-	-	-	-
Aéreo	-	-	-	-
Mercadorias transportadas	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Crédito e caução	-	-	-	-
Protecção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-
Total	6.888.247,60	3.692.504,13	3.429.424,89	233.681,42

* Sinistros ocorridos no ano 2016 e anteriores



5

Certificação Legal das Contas e Relatório e Parecer do Conselho Fiscal



KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Edifício Monumental - Av. Praia da Vitória, 71 - A, 8º
1069-006 Lisboa - Portugal
+351 210 110 000 | www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **MAPFRE – Seguros de Vida, S.A.** (a Entidade), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2018 que evidencia um total de 345.825.516 euros e um total de capital próprio de 39.455.064 euros, incluindo um resultado líquido de 1.711.593 euros, a conta de ganhos e perdas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração de variações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **MAPFRE – Seguros de Vida, S.A.** em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor Segurador, estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., a firma portuguesa membro da rede KPMG, composta por firmas independentes afiliadas da KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Capital Social: 3.916.000 Euros - Pessoa Colectiva N.º PT 502 161 078 -
Inscrito na O.R.O.C. N.º 189 - Inscrito na C.M.V.M. N.º 20161489
Matriculada na Conservatória do registo Comercial de Lisboa sob o N.º PT
502 161 078

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Mensuração dos instrumentos financeiros (incluindo o reconhecimento de imparidade)

Ver notas 4 e 5 das demonstrações financeiras.

O Risco

Em 31 de dezembro de 2018, a carteira de ativos financeiros disponíveis para venda totaliza 293.341.791 euros e a carteira de ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas totaliza 37.799.714 euros, representando em conjunto cerca de 96% do ativo.

A mensuração destes ativos encontra-se ao justo valor de acordo com a respetiva política contabilística que se encontra detalhada na nota 2.3 das notas anexas às demonstrações financeiras. A Entidade determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda de acordo com o descrito no ponto Imparidade, da alínea b) Mensuração subsequente, da referida nota.

O justo valor para maioria dos ativos, que compõem a carteira de instrumentos financeiros, é determinado diretamente com referência a um mercado oficial ativo ou através de *price providers*. Conforme referido nas notas 4.2 e 5.2 das notas anexas às demonstrações financeiras, o justo valor depende de fatores como a liquidez, condições económicas e *spreads* praticados no mercado, entre outros.

A nossa resposta ao risco identificado

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros aspetos:

- Análise do desenho e implementação pela Entidade dos procedimentos de controlo interno relevantes ao nível da mensuração e reconhecimento das operações com a sua carteira de instrumentos financeiros.
- Reconciliação da carteira de instrumentos financeiros com as demonstrações financeiras.
- Teste à valorização dos instrumentos financeiros com vista a aferir da razoabilidade do justo valor reconhecido pela Entidade.
- Testes para avaliar eventuais perdas por imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda.
- Revisão da adequação das divulgações da Entidade tendo em conta o referencial contabilístico aplicável.

Provisões técnicas e responsabilidades relativas a contratos de investimento

Ver notas 13 e 14 das demonstrações financeiras.

O Risco

Em 31 de dezembro de 2018, as Provisões Técnicas e as Responsabilidades relativas a contratos de investimento, no montante de 293.166.856 euros e 7.069.149 euros, respetivamente representam, em conjunto, cerca de 98% do Passivo à mesma data.

A Entidade procede em cada data de relato a uma avaliação da adequação das suas responsabilidades com provisões técnicas e contratos de investimento.

Esta é uma área que envolve um grau de julgamento significativo por parte da Administração da Entidade, nomeadamente (i) o valor total estimado de responsabilidades de longo prazo para com os segurados (o qual depende de um amplo conjunto de pressupostos económicos e atuariais usados como inputs para estimar esses passivos de longo prazo) e (ii) o rendimento esperado da carteira de investimentos afetos à cobertura dessas responsabilidades, incluindo as taxas de reinvestimento.

A nossa resposta ao risco identificado

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros aspetos:

- Análise do desenho e implementação pela Entidade dos procedimentos de controlo interno relevantes ao nível da sua política de provisionamento para sinistros.
- Realização de testes, os quais compreenderam, entre outros, a avaliação da adequação (i) das metodologias e pressupostos utilizados pela Entidade na projeção dos seus passivos relativos a contratos de seguros e de investimento e (ii) da taxa de retorno esperada da carteira de investimentos.
- Análise da movimentação para o ano findo em 31 de dezembro de 2018 das responsabilidades com contratos de seguros e de investimento, tendo em consideração os pressupostos adotados pela Entidade, bem como a nossa compreensão da evolução do negócio e das tendências de mercado.
- Avaliação do trabalho produzido e a objetividade das conclusões obtidas pelo atuário independente contratado pela Entidade, bem como a sua competência profissional.
- Revisão da adequação das divulgações da Entidade tendo em conta o referencial contabilístico aplicável.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector Segurador, estabelecidos pela ASF;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares, aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e,
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e,
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 27 de março de 2015 para um mandato compreendido entre 2015 e 2017. Fomos eleitos na assembleia geral de acionistas realizada em 27 de julho de 2018 para um segundo mandato compreendido entre 2018 e 2020.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 26 de março de 2019.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.
- Informamos que, para além da auditoria, prestámos à Entidade os seguintes serviços permitidos pela lei e regulamentos em vigor:
 - o Relatório de Conclusões Factuais do Revisor Oficial de Contas a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 15.º da Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (no âmbito da Solvência II);
 - o Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre os modelos quantitativos a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º da Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (no âmbito da Solvência II);
 - o Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre o relatório anual sobre a solvência e a situação financeira nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º da Norma n.º 2/2017-R, de 24 de março, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (no âmbito da Solvência II); e



- Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre os Sistemas de Gestão de Riscos e de Controlo Interno quanto aos procedimentos específicos para o combate ao Branqueamento de Capitais e à Política Antifraude nos termos do n.º 2 da Circular n.º 1/2017 da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Lisboa, 26 de março de 2019

KPMG & Associados,
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
José Manuel Horta Nova Nunes (ROC n.º 1581)

Mapfe Seguros de Vida, SA

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
Relatório de Gestão, Contas e Propostas – Exercício findo em 31-12-2018

Senhores Acionistas

1. No âmbito geral das disposições dos artigos 413º a 423º-A do Código das Sociedades Comerciais relativas à fiscalização das sociedades por Conselho Fiscal, no âmbito dos artigos 26º e 27º dos estatutos da Sociedade, relativos à fiscalização da sociedade e dos atos sociais, no âmbito das disposições pertinentes do regime jurídico da atividade seguradora, aprovado como anexo I da lei 147/2015, com as alterações a ele introduzidas pelo decreto-lei 127/2017, pela lei 35/2018 e pela lei 7/2019, e em corolário das suas demais competências e deveres, vem o Conselho Fiscal, nos termos específicos da alínea g) do número 1 do artigo 420º do mencionado Código, apresentar relatório sobre a sua ação fiscalizadora, e dar parecer sobre o relatório, sobre as contas e sobre as propostas apresentadas pelo Conselho de Administração da Mapfre Seguros de Vida, SA, tudo relativamente ao exercício findo em 31-12-2018.
2. Os membros do Conselho Fiscal, na sua atual conformação, foram designados por deliberações dos senhores acionistas tomadas em Assembleias Gerais de 25-7-2018 e de 5-12-2018, sob a condição legal essencial da respetiva aceitação para registo pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), nos termos da alínea b) do número 1 do artigo 43º do mencionado regime de exercício da atividade seguradora (anexo I da lei 147/2015).
3. Neste contexto formal, o Conselho Fiscal, na sua atual conformação, entretanto designado e registado para o triénio 2018-2020, iniciou funções em 8 de novembro de 2018, data em que a ASF procedeu ao registo de três dos seus membros (presidente, primeiro vogal efetivo e vogal suplente). O segundo vogal efetivo foi registado já em 11 de janeiro de 2019, mas com efeito reportado à data do ato original, nos termos da correspondente deliberação da ASF.
4. O Conselho Fiscal tomou como ponto de partida da sua análise todos os documentos de contas relativos ao triénio anterior, e analisou e discutiu a extensa informação entretanto disponibilizada pelo Conselho de Administração da Sociedade, pelo seu diretor financeiro e pelo seu diretor de auditoria interna (apresentação do Grupo Mapfre e “relatório de gestão para o Conselho Fiscal” de outubro de 2018).
5. O Conselho Fiscal analisou e discutiu também os documentos informativos e metodológicos da sociedade revisora oficial de contas KPMG: “Relatório para o Conselho Fiscal de 10-12-2018” e “Conclusões de auditoria interina com referência a 30 de setembro de 2018” de 10-12-2018.
6. O Conselho Fiscal realizou reuniões de trabalho com o administrador-delegado, com os mencionados diretores financeiro e de auditoria interna, e com os representantes da KPMG, para



Mapfe Seguros de Vida, SA

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
Relatório de Gestão, Contas e Propostas – Exercício findo em 31-12-2018

discussão ampla e detalhada de toda a informação recebida, dos tópicos essenciais da atividade da sociedade, e dos critérios relevantes para a análise do seu desempenho e situação, em 5-12-2018, em 18-12-2018 e em 9-1-2019.

7. O Conselho Fiscal recebeu em 22-2-2019 do Conselho de Administração e sob a sua responsabilidade, o Relatório de Gestão, com as propostas nele mencionadas, o Balanço e a Conta de Ganhos e Perdas, a Demonstração da Variação do Capital Próprio, a Demonstração do Rendimento Integral, o Fluxo de Caixa, bem como as Notas às Demonstrações Financeiras, tudo relativo ao exercício findo em 31-12-2018, tendo-as analisado de novo devidamente.

8. Em reunião de 26-2-2019 o Conselho Fiscal recebeu do diretor financeiro, do diretor de auditoria interna e dos representantes da KPMG os esclarecimentos complementares relativos às Contas de 2018, com base em documento próprio relativo ao encerramento do exercício de 2018.

9. Ainda em 26-2-2019, o Conselho Fiscal recebeu também e discutiu o relatório da Atuário externo com o título “Mapfre Vida – Relatório Trimestral do Provisionamento a 31 de dezembro de 2018”, com data de 11-2-2019, preparado pela Actuarial – Consultadoria.

10. Em reunião de 19-3-2019 o Conselho Fiscal recebeu e analisou com o diretor financeiro e com o diretor de auditoria interna da Mapfre, e com os representantes dos auditores KPMG, o “Relatório para o Conselho Fiscal, relativo às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, em versão não assinada de 19-3-2019” preparado pela KPMG.

11. Na reunião de 19-3-2019 e no próprio Relatório os auditores KPMG confirmaram a bondade das contas e da sua apresentação, no escopo da respetiva intervenção, e confirmaram o sentido favorável de todas as comunicações obrigatórias ao Conselho Fiscal: não pediram qualquer representação específica para a carta de representação do Conselho de Administração relativa às Contas de 2018; não surgiram questões significativas relacionadas com partes relacionadas nem outras questões relevantes; não identificaram nem deficiências de controlo nem suspeitas de fraude ou de incumprimento de leis ou regulamentos; não existiram alterações ao relatório de auditoria nem a sua elaboração suscitou dificuldades significativas, divergências ou inconsistências; não foi evidenciada qualquer situação que pudesse afetar a independência do relato e da auditoria; foram seguidas as práticas contabilísticas apropriadas e as matérias significativas, relativas a provisões para sinistros, a instrumentos financeiros e ao reconhecimento de réditos, foram devidamente discutidas e adequadamente suportadas.

12. O Conselho Fiscal foi expressamente informado da operação de venda relativa ao edifício na



Mapfe Seguros de Vida, SA

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
Relatório de Gestão, Contas e Propostas – Exercício findo em 31-12-2018

Rua Castilho em Lisboa, que tem sido sede da Sociedade, dos respetivos efeitos positivos nas contas e nos resultados do exercício de 2018, e da consequente mudança de sede da Sociedade.

13. Nas reuniões realizadas o Conselho Fiscal formulou questões e recebeu respostas adequadas sobre os critérios de avaliação de ativos e de responsabilidades e, designadamente, sobre metodologias e critérios de provisionamento em uso na Mapfre Seguros de Vida, sobre as respetivas bases técnicas e bases financeiras, e ainda sobre metodologias e critérios de auditoria de procedimentos, de fiabilidade e de compleição dos dados, e sobre a credibilização dos métodos, dos cálculos e dos valores registados a título de provisões com bases atuariais, ou de outras provisões, em uso quer pela KPMG, quer pela Atuarial, tendo analisado e discutido as respetivas diferenças que, considerando os seus diferentes pressupostos, não se apresentaram como materialmente relevantes.

14. O Conselho Fiscal nas reuniões de trabalho havidas alcançou receber dos demais órgãos da Sociedade a informação relevante e adequada para o exercício das suas funções, não tendo sido informado de quaisquer reservas ou ênfases sobre a bondade das contas ou sobre a situação da Sociedade, antes tendo recebido a confirmação das suas boas práticas.

15. O Conselho Fiscal acedeu também em 21-3-2019 ao relato das atividades de auditoria interna da Mapfre em 2018, feito no seu “Plano de Auditoria Interna para 2019 – março de 2019”.

16. O Conselho Fiscal recebeu entretanto a “carta de representação” do Conselho de Administração com data de 26-3-2019 e dirigida à KPMG, e recebeu também da KPMG, como devido, o Relatório de Auditoria devidamente assinado, e a correspondente Certificação Legal das Contas, sem que estes documentos apresentem ou sugiram reservas, ênfases ou recomendações que justifiquem qualquer registo, reparo ou diligência do Conselho Fiscal.

17. Tendo em conta o que fica como relatório da sua atividade, o Conselho Fiscal está em condições de dar o seu parecer e de, nesse âmbito legal, declarar que na sua convicção o Relatório do Conselho de Administração descreve adequadamente o que foi a atividade da Mapfre Seguros de Vida, SA, em 2018.

18. Tendo em conta o que fica como Relatório da sua atividade, e a informação recebida e diligentemente analisada, o Conselho Fiscal no seu conjunto, e cada um dos seus Membros individualmente, todos aqui signatários, declara e declaram ainda, sob sua responsabilidade conjunta e individual, ser parecer seu que, quanto foi e é do seu conhecimento, o Relatório de Gestão, as Contas relativas ao exercício de 2018, em todas as suas peças, e o próprio Certificado Legal, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, apresentam e representam

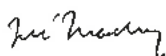
Mapfe Seguros de Vida, SA

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
Relatório de Gestão, Contas e Propostas – Exercício findo em 31-12-2018


adequadamente a atividade e a evolução dos negócios em 2018, e dão uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, dos resultados e da situação financeira da Sociedade em 31-12-2018, não sendo conhecidos factos ou eventos posteriores que façam alterar tal apreciação.

19. Tendo em conta quando diz e fica, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral:
- Aprove o Relatório do Conselho de Administração relativo ao exercício findo em 31-12-2018;
 - Aprove as Contas relativas ao exercício de 2018 apresentadas pelo Conselho de Administração e certificadas pela KPMG como sociedade revisora oficial de contas e auditora externa;
 - Aprove a proposta de aplicação de resultados formulada a final do Relatório de Gestão e que está em conformidade com as normas legais aplicáveis, no sentido de o resultado líquido do exercício – no montante de 1.711.592,59 € (um milhão, setecentos e onze mil quinhentos e noventa e dois euros, e cinquenta e nove cêntimos) - ser destinado ao reforço dos fundos próprios da sociedade, da seguinte forma:
 - 171.159,24 € (cento e setenta e um mil, cento e cinquenta e nove euros e vinte e quatro cêntimos) como reserva legal;
 - 1.540.433,35 € (um milhão, quinhentos e quarenta mil, quatrocentos e trinta e três euros e trinta e cinco cêntimos) como reservas livres;
 - Aprecie, nos termos previstos sob o artigo 455º do CSC, as condições em que foi assegurada a administração e a fiscalização da Sociedade.

Lisboa, 26 de março de 2019


José Ferreira Machado


Luís Filipe Caldas


João Sobral do Rosário

Relatório e Contas 2018

MAPFRE – Seguros de Vida, S.A.



Rua Doutor António Loureiro Borges,
9, Edifício Zenith – Miraflores
1495-131 ALGÉS. Portugal
mapfre.pt

www.mapfre.pt

